

# Comunicação Ensino &



Experiências e discussões

Gilson Pôrto Jr.  
Darlene Teixeira Castro  
Rodrigo Barbosa e Silva  
Sinomar Soares de Carvalho Silva  
(Orgs.)



A obra trata de um conjunto de reflexões, fruto de pesquisas realizadas junto a atividades de ensino, pesquisa e extensão nos vários níveis. O foco geral é a interface entre as áreas de Comunicação, Educação e Ensino, o que permite uma amplitude nos olhares e nas formas de tratar os diversos problemas. Longe de ser um trabalho fechado, os autores entendem os textos como espaços de construção e, portanto, passíveis de novos olhares e reconstruções. Dessa forma convidamos você a ler e partilhar das temáticas aqui apresentadas.



## **Comunicação e Ensino**

Série  
**Comunicação,  
Jornalismo e  
Educação**



**Diretor da série:**

**Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

**Comitê Editorial e Científico:**

**Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

**Prof. Dr. João Nunes da Silva**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

**Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota**  
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

**Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes**  
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

**Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva**  
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

**Prof. Dr. Rogério Christofoletti**  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

**Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista**  
Universidade de Caxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

**Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge**  
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

**Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

**Prof. Dr. Fagner da Silva Soares**  
CLIO & ANEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória  
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

**Dr. Luís Francisco Munaro**  
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

**Dr. José Manuel Peláez**  
Universidade do Minho, Portugal

**Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes**  
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do  
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

# Comunicação e Ensino

Experiências e discussões

**Organizadores:**

Gilson Pôrto Jr.

Darlene Teixeira Castro

Rodrigo Barbosa e Silva

Sinomar Soares de Carvalho Silva



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Comunicação, Jornalismo e Educação - 33

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

PÔRTO JR, Gilson. et al (Orgs.)

Comunicação e Ensino: experiências e discussões [recurso eletrônico] / Gilson Pôrto Jr. et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

153 p.

ISBN - 978-65-81512-33-0

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Comunicação; 2. Ensino; 3. Mídias; 4. Experiências; 5. Debate; I. Título. II Série.

CDD: 177

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade

177

# Sumário

<b>Prefácio.....</b>	<b>9</b>
Gilson Pôrto Jr. Darlene Teixeira Castro Rodrigo Barbosa e Silva Sinomar Soares de Carvalho Silva	
<b>Capítulo 1.....</b>	<b>13</b>
<b>Projetos extracurriculares: o ensino aprendizagem sob uma nova perspectiva</b> Isabel Cristina Lima Gonçalves Rodrigo Barbosa e Silva	
<b>Capítulo 2 .....</b>	<b>26</b>
<b>Comunicação, jornalismo e ensino: o despertar da produção de conhecimento em uma escola municipal</b> Cleide das Graças Veloso dos Santos Ana Carolina Costa dos Anjos	
<b>Capítulo 3 .....</b>	<b>45</b>
<b>A midiaticização da violência nos telejornais de Araguaína (TO)</b> Keliene M. Silva Santos Vale Gabriela Melo	
<b>Capítulo 4 .....</b>	<b>63</b>
<b>Povos indígenas: violência na mídia, violência da mídia</b> Laudovina Aparecida Pereira Darlene Teixeira Castro	
<b>Capítulo 5 .....</b>	<b>86</b>
<b>História e Propaganda: Discussão sobre a construção identitária da mulher negra na publicidade brasileira</b> Monnalisa Coelho Viana Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior	

<b>Capítulo 6 .....</b>	<b>105</b>
<b>Aplicativo revista observatório: uma proposta de aplicativo para dispositivos móveis para a revista observatório - Opaje/UFT</b>	
Kécia Garcia Ferreira	
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior	
<b>Capítulo 7.....</b>	<b>120</b>
<b>Ensino de Comunicação/Jornalismo na Amazônia: um panorama sobre a produção docente</b>	
Sinomar Soares de Carvalho Silva	
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior	
<b>Capítulo 8 .....</b>	<b>137</b>
<b>Mídia x Língua: Como (e quando) erros gramaticais são abordados _Estudo de caso Uol Educação_</b>	
Andréia Rocha	
Ana Carolina Costa dos Anjos	



## **Prefácio**

*Gilson Pôrto Jr.*

*Darlene Teixeira Castro*

*Rodrigo Barbosa e Silva*

*Sinomar Soares de Carvalho Silva*

É com satisfação que trazemos a coletânea intitulada “Comunicação e Ensino: experiências e discussões”. Trata-se de um conjunto de reflexões, fruto de pesquisas realizadas junto a atividades de ensino, pesquisa e extensão nos vários níveis. O foco geral é a interface entre as áreas de Comunicação, Educação e Ensino, o que permite uma amplitude nos olhares e nas formas de tratar os diversos problemas. Longe de ser um trabalho fechado, os autores entendem os textos como espaços de construção e, portanto, passíveis de novos olhares e reconstruções. Dessa forma convidamos você a ler e partilhar das temáticas aqui apresentadas.

No capítulo 1 intitulado “Projetos extracurriculares: o ensino aprendizagem sob uma nova perspectiva”, os autores Isabel Cristina Lima Gonçalves e Rodrigo Barbosa e Silva fazem um breve estudo sobre a inserção de projetos extracurriculares dentro do ambiente escolar como ferramenta de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes nos anos iniciais do ensino. Para tanto, buscou-se apresentar o conceito e as primeiras discussões em torno de uma ressignificação da escola a partir da compreensão do contexto cultural e social dos alunos e a inclusão de atividades que complementem o currículo pedagógico das unidades de ensino. Com este artigo, pretende-se compreender como esses projetos foram ao longo dos anos contribuindo para o ensino das escolas em uma perspectiva participativa, de desenvolvimento e formação dos alunos.

No capítulo 2 intitulado “COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E ENSINO: O DESPERTAR DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL” as autoras Cleide das Graças Veloso dos Santos e Ana Carolina Costa dos Anjos trazem um relato da compreensão do processo de construção do conhecimento proposto na especialização, especialmente nas atividades desenvolvidas junto ao Programa Escola Livre de Jornalismo do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino da Universidade Federal do Tocantins (OPAJE-UFT). Para enveredar nesse entendimento é importante compreender o cenário em que se encontram as etapas dessa análise, a perspectiva da observação e os procedimentos adotados na pesquisa para obtenção dos resultados.

No capítulo 3 intitulado “A MUDIATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS TELEJORNALIS DE ARAGUAÍNA (TO)” as autoras Keliene M. Silva Santos Vale e Gabriela Melo discutem uma suposta padronização das notícias veiculadas nos telejornais de Araguaína, realizamos uma pesquisa quantitativa para compreender a presença da temática violência nas notícias veiculadas durante o período da nossa pesquisa. A partir dos dados da pesquisa evidenciamos uma inclinação para a cobertura de notícias policiais, através das quais discutimos a mediação atribuída ao telejornalismo na produção de sentidos sobre a midiaticização da violência, constituindo-se, na verdade, de reflexões iniciais sobre o tema.

No capítulo 4 intitulado “POVOS INDÍGENAS: VIOLÊNCIA NA MÍDIA, VIOLÊNCIA DA MÍDIA” as autoras Laudovina Aparecida Pereira e Darlene Teixeira Castro analisam as chamadas da grande mídia, ou mídia tradicional escrita, televisionada e radial com foco nos povos indígenas. As autoras apontam que a grande mídia parece os tratar de forma violenta, ou os mostram de forma violenta, ou, ainda, não veiculam a realidade dos fatos. O que leva à ampliação de preconceitos ou manutenção de estereótipos.

No capítulo 5 intitulado “História e Propaganda: Discussão sobre a construção identitária da mulher negra na publicidade brasileira” os

autores Monnalisa Coelho Viana e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior focam na publicidade. A publicidade é uma das mais poderosas forças mediadoras da cultura. Os anúncios publicitários vendem mais do que apenas produtos. Eles podem vender imagens, valores, alvos, conceitos de quem nós somos e quem devíamos ser. Eles podem moldar as nossas atitudes, e as nossas atitudes moldam e definem o nosso comportamento e contribuem para a construção de nossa identidade. O presente capítulo objetiva discutir como se estruturou a participação da mulher negra nessa atividade de comunicação. Através de um ensaio do olhar histórico sobre a presença das mulheres negras desde o período pós escravatura, até os dias atuais, na busca de compreender como foi o processo de construção da imagem da mulher negra na publicidade.

No capítulo 6 intitulado “APLICATIVO REVISTA OBSERVATÓRIO - UMA PROPOSTA DE APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA A REVISTA OBSERVATÓRIO - OPAJE/UFT” os autores Kécia Garcia Ferreira e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior pretendem relatar o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis para a Revista Observatório. O aplicativo possui a proposta de facilitar a comunicação da Revista Observatório para com seus usuários, leitores, autores e comunidade acadêmica em geral, por meio de uma interface intuitiva e de fácil utilização, criando assim mais um canal de divulgação e propagação dos estudos da Comunicação, Jornalismo e Educação. Para alcançar o maior número de usuários sem demandar grandes equipes de desenvolvimento, foi desenvolvido um aplicativo híbrido, característica que permite a qualquer usuário a instalação da aplicação na maioria dos sistemas operacionais disponíveis no mercado.

No capítulo 7 intitulado “Ensino de Comunicação/Jornalismo na Amazônia: um panorama sobre a produção docente” os autores Sinomar Soares de Carvalho Silva e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior constroem um panorama sobre a pesquisa realizada pelos cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação Social/Jornalismo na Região Norte. Para alcançar os objetivos utilizamos um estudo de caso exploratório. A

pesquisa mostrou que os docentes da pós-graduação responderam por 81,7% dos artigos de periódicos publicados no período pesquisado. Mas a colaboração científica é limitada. O estudo conclui que apesar das evoluções tecnológicas e da tradição da pesquisa na pós-graduação os docentes não têm utilizado os avanços para cooperar e aumentar a relevância da região em termos de produção científica de artigos de periódico.

No capítulo 8 intitulado “Mídia x Língua: Como (e quando) erros gramaticais são abordados - Estudo de caso Uol Educação” as autoras Andréia Rocha e Ana Carolina Costa dos Anjos apresentar como erros gramaticais são abordados na mídia, mais especificamente no Portal de Notícias Uol. Partindo do pressuposto de que a língua é mais do que aquilo que a Norma gramatical prescreve, busca-se traçar um panorama de como casos de desvios gramaticais- com base nos estudos da Linguística e de demais áreas correlatas sobre conceitos de língua e gramática-, são dispostos no portal de notícias estudado, destacando a narrativa, as vozes envolvidas e que tipos de deslizos (se ortográficos, de pontuação, dentre outros) foram cometidos pelos personagens citados. O artigo visa ainda discutir como a língua se torna um valor-notícia e quais diretrizes estão presentes nas matérias que validam o fato linguístico como notícia.

Temos certeza que as reflexões e indicativos dados nos vários capítulos agregaram maior potencial de discussões e construções.

Boa Leitura!

# Capítulo 1

## **Projetos extracurriculares: o ensino aprendizagem sob uma nova perspectiva**

*Isabel Cristina Lima Gonçalves*<sup>1</sup>

*Rodrigo Barbosa e Silva*<sup>2</sup>

### **1 Introdução**

A inserção de projetos extracurriculares dentro do ambiente escolar proporciona ao aluno um universo diferenciado de saberes, experiências, oportunidades de aguçar a criticidade sobre temáticas e de vivenciar uma sociabilidade que vai além do cotidiano da escola.

Pesquisadores como Moura & Barbosa (2006), Lemos (2000), Hernández (1998) e Freire (1982) defendem que o planejamento e a escolha das ferramentas pedagógicas devem respeitar o ambiente escolar, a cultura local, interagindo com o cotidiano dos alunos, interligando o processo de aprendizagem curricular e o meio social em que o indivíduo está inserido.

Nesse contexto é observado que a realização de atividades interativas desenvolvidas dentro das escolas como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem tem se tornado um método fortalecedor da educação, com reflexos significativos no rendimento dos alunos e também no combate à evasão escolar.

---

<sup>1</sup> Jornalista, Assistente Social e aluna do curso de Pós-Graduação em Ensino de Comunicação/Jornalismo: temas contemporâneos da Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: isacristina.jornalismo@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Professor na Universidade Estadual do Tocantins. E-mail: rodrigo.bs@unitins.br.

Um levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, divulgado em 2017, aponta que nos últimos 10 anos o número de alunos que deixaram as escolas apresentou uma redução considerada significativa. A exemplo, citamos os anos iniciais do ensino fundamental onde 3,5% dos estudantes haviam abandonado as salas de aulas em 2007. Em 2015, esse número caiu para 2,1% (BRASIL, 2017).

O objetivo desse artigo é analisar o desenvolvimento de projetos extracurriculares no ambiente escolar e sua contribuição para o processo de ensino aprendizagem dos estudantes.

## **2 Novas experiências escolares: breve histórico**

A escola na atualidade e os novos meios de ensino buscam se ressignificar diariamente e o surgimento de alternativas pedagógicas no universo escolar, como a aplicação de projetos, oficinas ou outras atividades, despontam como alternativa de desenvolvimento da aprendizagem do conteúdo, modificando assim a interação entre estudantes e professores.

Na literatura encontramos os primeiros relatos do pensamento sobre a importância da experiência escolar com projetos pedagógicos com John Dewey (1859-1952), filósofo, psicólogo e pedagogo liberal norte-americano, além de outros pesquisadores e militantes do ideal de aplicação de novas técnicas de ensino como Cecil Reddie (1858-1932, Inglaterra), Edmond Demolins (1852-1907, Alemanha) e Hermann Letz (1868-1910, Alemanha) que esboçaram discussões sobre o pensamento de uma Nova Escola ou Escola Ativa.

O movimento para a reformulação do pensamento educacional se destaca no final do século XIX, na Inglaterra, seguindo também para a França, Alemanha, Itália, Áustria e Espanha. Professores, pesquisadores e filósofos começam a discutir e desenvolver ações e atividades com o propósito de romper com o modelo conservador de ensino e a passividade das escolas que condenavam as crianças a seguir condições inapropriadas para seu desenvolvimento.

A corrente teórica por uma Escola Nova defendia ainda que em cada fase a criança deveria ser observada de maneira diferente e as tradicionais provas seriam substituídas por testes que observassem a individualidade do aluno. Em 1889, por exemplo, Dr. Cecil Reddie (1858-1932), cria a primeira escola nova, na Inglaterra, denominada Abbotsholme. O nome da instituição foi uma escolha proposital para evidenciar o movimento New School. Entre as metas da escola criada por Reddie está uma reforma educacional dos clássicos colégios ingleses e o fim das competições individuais, disciplinas aplicadas com rigidez, retomada das atividades manuais e matérias com cunho científico e técnico.

Nesse contexto histórico era defendido que os alunos, a partir de uma vivência diferenciada, apoiada por uma participação interativa com outros espaços (núcleo familiar, comunidade ou igrejas), poderiam desenvolver-se mais se fossem estimulados por meio de outras experiências educacionais.

Para Dewey, em *Vida e Educação* (1978), considerado uma de suas mais importantes contribuições literárias, os locais de ensino deveriam ser equipados com laboratórios, equipamentos ou jogos para a formação de uma mentalidade continuada dos alunos, que replicasse a vida, formasse novas ações e estimulasse a curiosidade pelo saber. Para o autor, seria uma espécie de enriquecimento com uma nova qualidade, aprendendo com tudo que está em volta e não somente o que se pretende ensinar na escola.

Dewey (1978, p. 27) aponta que,

A aquisição isolada de saber intelectual, tendendo muitas vezes a impedir o sentido social que só a participação em uma atividade de interesse comum pode dar – deixa de ser educativa, contradizendo o seu próprio fim. O que é aprendido, sendo aprendido fora do lugar real que tem na vida, perde com isso seu sentido e seu valor.

No pensamento deweyano o ensino deveria ser reflexivo, de experiências mais intensas e que envolvesse toda a escola. Seria então agir sobre um corpo e que esse corpo reagisse a esses estímulos. Neste sentido, a

escola ativa de Dewey era contrária às normas de submissão, autoridade e obediência impostas por grupos dominantes, como, por exemplo, a igreja Católica, que, junto com o estado, dividiam a responsabilidade da educação.

O filósofo também defendia um ensino pautado em experiências e essas só poderiam ser vivenciadas a partir de ações dentro do ambiente escolar que se somassem ao conteúdo aplicado. Para Dewey, a equação que revelaria resultados mais positivos se dava por meio da interação entre as vivências cotidianas, as experiências absorvidas mais o conteúdo aprendido, gerando, assim, um novo agente, capaz de vivenciar o cotidiano de uma maneira diferenciada, com pensamento mais crítico e reflexivo.

O surgimento desse novo agente, resultado dos processos educacionais de uma escola mais ativa, para John Dewey, revela uma reconstrução e reorganização de um homem mais inteligente, com mais capacidade crítica e estimulando a ter um olhar diferenciado para o cotidiano.

Nas palavras de Dewey (1978, p. 17),

Essa experiência inteligente, em que participa o pensamento, através do qual se vêem a perceber relações e continuidades antes não percebidas.

Todas as vezes que a experiência for assim reflexiva, isto é, que atentamos no antes e no depois do seu processo, a aquisição de novos conhecimentos, ou conhecimentos mais extensos do antes, será um dos seus resultados naturais. É nisso que consiste a educação. Educar-se é crescer.

O método de ensino aplicado das unidades educacionais também foi questionado pelos pensadores da Escola Ativa. Nessa concepção o que era ensinado não seria uma sequência pronta, formulada ou com regras já definidas. Para ensinar o conteúdo ao aluno e a partir dele o professor obter outras experiências, seria necessário reavaliar o modo e compreender o porquê e para quê da aprendizagem.

Dewey (1978, p. 33) afirmava que encontrar o significado dos porquês era para toda a vida:



Sendo assim, compreende-se que método, para nós, não é nenhum conjunto de fórmulas ou regras pedagógicas, mas o modo por que devemos dirigir a vida das crianças para seu máximo crescimento e máximo aprender.

Vejamos, pois, o que é aprender e como se aprende. Se o nosso interesse fundamental é pela vida, aprender significa adquirir um novo modo de agir, um novo “comportamento” de nosso organismo. [...] Aprender para a vida significa que a pessoa não somente poderá agir, mas agirá do novo modo aprendido, assim que a ocasião que exija esse saber apareça [...].

A educação mais ativa que quebre a sequência “ultrapassada” de cadeiras enfileiradas, de ensino reto e que busque novas curvas para o conhecimento é também defendida pelo francês Bernard Charlot. De acordo com esse pesquisador, em *A Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*, publicado em 1979, o comportamento da criança, à época, era moldado a partir de concepções institucionais que enfraqueciam a formação social do indivíduo.

Essas concepções, conforme debatidas por Charlot, eram constituídas de conceitos políticos-filosóficos milenares da Grécia clássica, representado pelo filósofo e matemático Platão, defensor de um processo “natural” de formação da sociedade a partir de uma divisão do trabalho. Sendo assim, o homem era educado seguindo suas aptidões e não seus interesses ou potencial de aprendizagem.

O conservadorismo no ensino, conforme o autor, insistia na insuficiência de desenvolvimento e de experiência, modelo negativo segundo ele, onde crianças são transformadas em função de uma norma ideal, tradicional e economicamente viável, sem relação ou interação com a realidade social.

Charlot (2016, p. 164) apontava a falta de reflexão dos moldes conservadores da pedagogia, apoiada pelo discurso da verdade, replicado pelo professor:

A classe tradicional é um espaço orientado segundo um eixo de trás para diante. Na frente o mestre empoleirado em seu estrado, que lhe permite ver cada um, e dispondo do quadro negro sobre o qual se inscreve a verdade.

O autor criticava o ensino desenvolvido e enfatizava como inteligível ao mundo contemporâneo, indicando a necessidade real de um novo comportamento, tanto da escola, quanto dos educadores e alunos.

Sendo assim, a escola, conforme Charlot (2016, p. 151), deve se resignificar a partir das mudanças sociais e culturais vivenciadas pelas sociedades:

A escola, fundamentalmente conservadora, assegura a transmissão de uma cultura que deixou de tornar inteligível o mundo em que vivemos e que desconhece as formas culturais novas que tomam cada vez mais lugar em nossa sociedade. A escola, fechada em si mesma, rotineira, prisioneira de tradições ultrapassadas, vê-se assim acusada de ser inadaptada à sociedade cultural.

Neste sentido, entende-se que é preciso romper com o ensino baseado apenas na reprodução de ideias, supondo novas relações, uma nova interação com o saber que une processos sob a lógica constante da inovação.

## **2.1 A pedagogia de projetos**

Hernández (1998), em *Transgressão e mudança na educação*, reflete que o ensino apoiado por práticas pedagógicas que envolvam trabalho com projetos faz com que o aluno adquira, descubra ou desenvolva habilidades, articule saberes, crie autonomia frente a situações diferentes ou propostas, aprendendo, assim, o valor da colaboração. Para esse autor, o trabalho inovador dentro da escola exerce uma função social determinante na formação do aluno e do seu ciclo de convivência.

Repensar a escola seria, então, um desafio? Para Hernández (1998), sim. O autor sugere alguns caminhos que, na perspectiva entre o saber e o ensinar, a escola deveria levar o aluno a questionar formas de pensamento único, reconhecer as reações de um determinado estudo, observar diferentes versões, desenvolver uma visão crítica que levante questionamentos e introduzir uma opinião diferenciada diante dos fenômenos.

Sendo assim, a escola também precisa passar por modificações que envolvem o estabelecimento de critérios avaliativos, observação do que traz internamente enquanto valores, respeito, solidariedade e tolerância, além do desenvolvimento de capacidades cognitivas sejam pessoais ou sociais.

Para Hernández (1998, p. 33-34) a escola enfrenta o dilema social entre promover novos valores e confrontar o conservadorismo:

A escola hoje se movimenta no dilema (que é um dilema social) entre ensinar novos valores sobre a identidade cultural, alguns baseados no próximo e imediato, na identidade vinculada ao território e à língua; outros baseados na identificação dos discursos que defendem posturas e privilégios, que favorecem a alguns contra outros, que revelam que a realidade sempre é mestiça e que aqueles que o negam ou reprimem o fazem para tirar benefícios (econômicos e de poder) às custas dos sentimentos de alguns frente a outros.

A formação de estratégias e de uma organização dos currículos a partir de projetos integradores, que se relacionem com aspectos mais abrangentes do cotidiano escolar e da vida dos alunos, em uma perspectiva globalizada do conhecimento, são apontados também por Hernández e Ventura (1998, p. 61) que afirmam que os projetos no ambiente escolar buscam:

Favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio.

O conceito de inovação pode ser interpretado como qualquer aspecto novo em um determinado ambiente ou situação. Mas o que seria novo para um poderia não ser para o outro? Essa questão é respondida por Hernández (2000) que reflete sobre a inovação a partir de sua interpretação e do que se deseja fazer a partir dela.

Ideias inovadoras surgem no ambiente escolar como uma alternativa para a introdução de novos conhecimentos a partir de experiências

vivenciadas na escola, fora dela e que se complementam no final do plano estabelecido para o aprendizado do conteúdo (HERNÁNDEZ, 2000). Todavia, as práticas extracurriculares precisam ser alinhadas ao currículo pedagógico da escola, mas também respeitando a individualidade do aluno, sua história, cultura e também saberes.

Hernández (2000) afirma ainda que a inovação é uma substituição do olhar programado para um novo enfoque. No ambiente escolar a mudança inovadora vai além de modificações em currículos, seria então um emaranhado de mecanismos aliados a um objetivo.

Sendo assim, Hernández (2000, p. 29) enfatiza que:

Nas escolas, sob a denominação de inovação, incluem-se não só mudanças curriculares, mas também a introdução de novos processos de ensino e aprendizagem, de produtos, materiais, ideias e, inclusive, pessoas. Isto gera a necessidade de uma definição que destaque também o processo e a intenção da inovação.

Moura e Barbosa (2006) apontam que o trabalho com projetos dentro das escolas ganha uma nova perspectiva educacional ao levar o aluno a desenvolver competências, investigar a realidade local e organizar conhecimento. Para os autores, a atividade proporciona uma intenção (cultural, social, econômica, pedagógica e outras) com extensão para a pluralidade do saber e alcance fora dos muros da escola.

A construção do conhecimento, a interatividade com outras disciplinas, a abordagem do meio social e o enriquecimento do saber por meio da participação dos alunos em projetos formam a peça central de uma engrenagem complexa e desafiadora chamada de educação formal e que de acordo com Lemos e Moura (2000) é complementar de uma filosofia construtiva do tripé: escola, alunos e professores.

Lemos e Moura (2000, p. 58) relatam que:

[...] para se obter uma aprendizagem mais significativa, não basta apenas adquirir conhecimentos teóricos informativos, necessita-se ir além, para direcionar e utilizar toda a informação adquirida. Diante de conteúdos e fatos,

é preciso saber analisá-los, criticá-los e sintetizá-los, de modo a planejar ações e resolver problemas.

Neste contexto, o desenvolvimento de ações no ambiente escolar deve relacionar-se diretamente com o educando e minimamente seguir um planejamento em função da realidade vivenciada, considerando-se aspectos básicos como características individuais e também sociais.

### **3 O movimento para um ensino novo no Brasil**

No Brasil, na década de 1920, o movimento para reforma do ensino ou Escolanovismo liderado por nomes como Anísio Teixeira (1900-1971) e Rui Barbosa (1949-1923) busca romper com imposição do saber tradicional onde o professor repassa o conhecimento e o aluno o recebe passivamente sem o estímulo para questionamentos. Nesse período, o conteúdo pedagógico aliado a projetos é visto de maneira diferente e o contexto social, cultural e econômico é levado em consideração, com observância para a vida do estudante e seu cotidiano.

Em 1932, apoiados pelo pensamento de transformação do ensino Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Roquette Pinto, Mario Casassanta, Cecília Meirelles e outros 21 intelectuais elaboraram um manifesto intitulado *A Reconstrução Educacional no Brasil: ao povo e ao governo, que ficou conhecido como uma das mais importantes ações dos pioneiros da educação nova*. O documento relatava o contexto histórico brasileiro no âmbito do desenvolvimento no ensino e afirmava que o país, mesmo após a proclamação da República, não possuía um sistema organizado de ensino. Além disso, os intelectuais eram contra ao favorecimento de classes por sua condição financeira e que a educação deveria ser para todos, assumindo um caráter de direito e não socioeconômico.

Outro destaque para o manifesto dos pioneiros era a introdução de uma escola pública e de responsabilidade do Estado. Esse pensamento dos intelectuais brasileiros sofreu forte crítica principalmente das classes mais

favorecidas e da Igreja Católica que era responsável por uma grande parcela da educação do país.

O documento de 1932 é considerado um marco histórico nacional e se consolidou como instrumento político na defesa de um ensino igualitário, assim como apontado por Saviani (2004, p. 34):

O Manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político [...]. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo.

O Manifesto é, portanto, na história da educação no Brasil, um divisor entre práticas consideradas arcaicas e tradicionais para um pensamento que vislumbra a formação de uma sociedade com mais conhecimento, consistente, preocupada com o social, mais humana e de acesso facilitado. A meta era então ter mais reflexão sobre o todo e efetivar ações.

Os articuladores do movimento para uma nova escola no país defendiam um forte discurso para a acessibilidade da educação custeada pelo Estado que, de acordo com os intelectuais, era o responsável por promover para a sociedade esse ensino. Na época só tinha o direito a concluir os estudos quem pudesse arcar com seus custos financeiros. Para os reformadores, que mudaram o curso da história nacional, a escola seria um espaço multidisciplinar, de oportunidades diferenciadas e que necessitava de um desmembramento das sujeições impostas pelo modelo político-econômico.

Os intelectuais do Manifesto pensavam em uma escola mais dinâmica, com conteúdos que envolvessem o cotidiano, ultrapassando o repasse de conteúdos programados e cobrança do aprendizado por meio de provas ou outras exigências. O movimento brasileiro era favorável de

uma construção a partir do saber das classes, aliado a valores e a contribuição social que cada indivíduo é capaz de compartilhar.

No documento é possível ainda destacar a preocupação dos ativistas com a função social da educação “ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável, com o fim de dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento, de acordo com uma certa concepção do mundo” (MANIFESTO, 1932, p. 43).

Neste sentido, Manifesto (1932, p. 48) afirma que a escola pública não é um favorecimento àqueles que mais precisam e sim um mérito de todo aquele que deseja dela usufruir:

A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. Aliás o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito.

Os movimentos históricos ocorridos no Brasil e fora dele marcam profundas transformações nos sistemas educacionais e revelam que a educação é um processo em constante construção e que aliada a inovação é importante ferramenta de modificação social e contribuição no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

#### **4 Considerações finais**

Observa-se a inovação dos currículos escolares a partir da introdução de projetos extracurriculares como uma alternativa viável e de relevante contribuição para o processo de ensino aprendizagem dos alunos já que o desenvolvimento intelectual do indivíduo se dá a partir da formação de um saber questionador, desalienado e provocador.

Diante disso, é possível afirmar, a partir do diálogo com os autores citados nesse artigo, que a educação passa por um desafio diário quando

se propõe a romper com a formalidade do ensino de cadeiras enfileiradas. O ensinar é muito mais que um currículo pré-estabelecido, normas administrativas e que deve ser seguido em uma linha reta, sem condições para uma nova visão.

Para tanto, é preciso ir além e os educadores também são desafiados a criar metodologias que proporcionem ao ambiente escolar uma produção diferenciada do conhecimento, buscando não somente adquirir o saber por si só, e sim construir novos segmentos que vão desde o conhecimento das regras ou equações matemáticas até um posicionamento crítico e dialógico da sociedade.

A escola necessita desenvolver relações, trazer a sociedade e suas problemáticas para dentro do seu cotidiano, envolvendo os alunos em uma discussão aprofundada a partir de exemplos vivenciados no próprio contexto social, cultural e econômico em que estão inseridos. É preciso, assim como defendido pelos estudiosos, libertar-se das correntes conservadoras, buscando uma formação emancipatória de cidadãos críticos e mais propositivos.

## 5 Referências

- BRASIL. **Evasão escolar cai em todas as etapas de ensino**, 2017. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/06/evasao-escolar-cai-em-todas-as-etapas-de-ensino>.
- CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**: Realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Coleção Docência em Formação. Editora Cortez, 2016.
- DEWEY, John. **Vida e Educação**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- EDWARDS, Betty. **Desenhando com o lado direito do cérebro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Aprendendo com as inovações nas Escolas**. Porto Alegre. Artmed, 2000.



HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LEMOS, Josemary Bosco R.; MOURA, Dácio Guimarães. **Metodologia de projetos no ensino da disciplina Análise de Sistemas**: relato de experiência. *Revista Educação & Tecnologia*, CEFET-MG. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 57-61, jul/dez 2000.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. **A Reconstrução Educacional do Brasil**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso 12 de maio de 2018.

MARTINS, M.; C.; PICOSQUE, G.; GUERRA, M.; T. **Didática do ensino da arte**: A língua do mundo: Poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos – Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais**. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do “longo século XX” brasileiro**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

## Capítulo 2

### **Comunicação, jornalismo e ensino: o despertar da produção de conhecimento em uma escola municipal**

*Cleide das Graças Veloso dos Santos*<sup>1</sup>

*Ana Carolina Costa dos Anjos*<sup>2</sup>

Esse capítulo traz um relato da compreensão do processo de construção do conhecimento proposto na especialização, especialmente nas atividades desenvolvidas junto ao Programa Escola Livre de Jornalismo do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino da Universidade Federal do Tocantins (OPAJE-UFT). Para enveredar nesse entendimento é importante compreender o cenário em que se encontram as etapas dessa análise, a perspectiva da observação e os procedimentos adotados na pesquisa para obtenção dos resultados.

A mudança no modelo de ensino público e privado do Brasil foi tema recente de debates<sup>3</sup>, em que a resistência estudantil encontrou motivação - entre outros fatores, na dispensa da prioridade de disciplinas e corte de recursos - para mobilizações e ocupações de unidades do ensino público,

---

<sup>1</sup> Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFT (2011), Master of Business Administration (MBA) em Jornalismo Empresarial e Assessoria de Imprensa pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro (2014), Pós-graduada na Especialização em Comunicação, Jornalismo e Ensino: Temas Contemporâneos pela Universidade Federal do Tocantins (2018) e Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (2019). E-mail: cleide.veloso13@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFT (2012), Especialista em Comunicação, Jornalismo e Ensino (Opaje-UFT, 2017), Mestra em Ciências do Ambiente (2015), Doutoranda em Sociologia (Universidade Federal de São Carlos, 2018-2022). E-mail: [carolcdosanjos@gmail.com](mailto:carolcdosanjos@gmail.com)

<sup>3</sup> Momento da Reforma do Ensino Médio, Medida Provisória do Novo Ensino Médio (MPV 746/0216), aprovado dia 8 de fevereiro de 2017, sob a forma de Lei de Conversão (PLV) 34/2016.

registradas nos meios de comunicação como, por exemplo, na matéria: “Estudantes se reúnem para protestar contra reforma do ensino médio” do G1 Paraná (2016)<sup>4</sup>, que traz uma lista de 50 escolas.

No sentido de propor um modelo de ensino público ajustado à demanda de formação atual, na Universidade Federal do Tocantins, a Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos do Opaje-UFT tem inspiração em um modelo de processo formativo diferenciado que busca se aproximar das diretrizes do ensino aprendizagem, com a perspectiva da oferta de conhecimento em menor espaço de tempo, conforme proposto no Processo de Bolonha (PÔRTO JÚNIOR, 2016)<sup>5</sup>.

O modelo de formação do Opaje elege três dimensões para o desenvolvimento do processo de compreensão da Comunicação, como uma construção multidimensional; sendo elas; a dimensão humana, social e solidária; a dimensão técnica, político social da formação do profissional jornalista, comunicador e educador; e a dimensão da sensibilização de si e do saber sensibilizar com o compromisso social, ético e político do profissional da comunicação (PÔRTO JÚNIOR, 2016).

A mobilidade de estudantes e docentes é um dos campos da linha mestra do Processo de Bolonha<sup>6</sup>, o processo de formação da Especialização do Opaje, por sua vez, traz essa proposta para o desenvolvimento dessa dinâmica de aprendizado, a partir da vivência, em suas atividades de extensão (PÔRTO JÚNIOR, 2016).

Além do conhecimento teórico é exigido que os(as) discentes participem de atividades de Extensão, com orientação das disciplinas pertinentes ao processo de formação. Para tanto, são ofertadas oportunidades de

---

<sup>4</sup> Dada a possibilidade de reedição de notícias online se faz importante destacar que, a versão citada nesse trecho, foi publicada em 9 de outubro de 2016 às 16h42, atualizada às 18h36 e assinada por G1 PR.

<sup>5</sup> Esclarecimento realizado pelo Professor Doutor Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior, durante apresentação da disciplina Contemporaneidade e Formação Profissional, no módulo I da Especialização, em 14 de outubro de 2016, auditório do Bloco III, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, campus de Palmas(TO).

<sup>6</sup> A Declaração de Bolonha configura-se em torno de quatro campos de aproximação que representam a linha-mestra do Processo. São elas: 1. mudança (sic) da estrutura do ensino superior, 2. sistema (sic) de títulos homologáveis a nível europeu, 3. organização (sic) de sistema de créditos e 4. **mobilidade (sic) de estudantes e docentes** (PÔRTO JÚNIOR, 2012, p. 61, grifo do autor).

participação em projetos coordenados por docentes do curso. Assim surge a demanda de desenvolvimento de um projeto, para a oferta de ensino ministrado pelos(as) pós-graduandos(as), que transcendam os limites da academia e aproxime a comunidade, estimulando o interesse no conhecimento acadêmico da área Comunicação e Jornalismo e/ou do exercício da profissão, por meio de projetos.

Dessa perspectiva, no 1º módulo, os acadêmicos são orientados a se organizarem em grupos e, desse modo, planejarem e apresentarem um projeto de oficinas, para oferta desse conhecimento prático em unidades de ensino público. Com a proposta voltada para o ensino de Comunicação e Jornalismo, por meio de vídeo reportagem. Desse modo, a oficina recebeu o título “*Pocket Reportagem: Um olhar crítico sobre a vida na escola*” e passou a integrar a rede de cooperação da Escola Livre de Jornalismo<sup>7</sup>.

O projeto foi elaborado para execução em duas edições, devendo cada etapa ser ministrada para diferentes turmas de alunos do ensino público. O foco desse estudo é a primeira edição, ministrada para a turma do 8º ano do ensino público municipal na Escola de Tempo Integral – ETI Olga Benário, em Palmas(TO), na qual os estudantes foram divididos em 6 grupos, para tratar de diferentes temas pertinentes ao cotidiano escolar.

No decorrer da execução do projeto, as atividades, as demandas e aspectos observados na trajetória da oficina são registrados, a cada encontro, pelos monitores dos grupos na escola, pois, ao final a equipe de pós-graduandos deve entregar um relatório, sobre a atividade de extensão, para validação da mesma. Partindo dessa percepção, sob o método de observação-participante, foi realizado um registro do desempenho das atividades, de cada encontro, de forma geral, no relatório da oficina.

Cada monitoria de grupo teve a oportunidade de realizar o registro do desempenho da equipe monitorada que acompanhou. E, desta forma, foi desenvolvida a pesquisa da performance do grupo que trabalhou o

---

<sup>7</sup> O projeto coordenado pelo Professor Doutor em Comunicação e Sociedade Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior e monitorado pela mestranda em Comunicação e Sociedade da UFT, Alessandra Bonfim Bacelar Abreu Adrian, em prática de docência.

tema “*Bullying* na Escola”; ora de forma escrita, ora por meio de registro de diálogos, com o gravador de voz profissional, marca Sony, modelo ICD-PX312, *Intelligent Noise Cut*, 2GB, que permitiu reunir neste artigo, aspectos do desenvolvimento da equipe na oficina, de um ponto de vista focal.

A reunião dos dados qualitativos destacados no título da performance do grupo *Bullying* na oficina se elege objeto da análise proposta, para verificar se há evidências práticas da cooperação e mobilidade dos estudantes e docentes; produção de conhecimento com o ensino de Comunicação/Jornalismo por meio da oficina; aproximação e estímulo ao exercício profissional e a busca pelo conhecimento acadêmico; construção de um olhar crítico social; tendo como referência as recomendações do Processo de Bolonha e do projeto “Inventar com a Diferença: cinema e direitos humanos da Universidade Federal Fluminense – UFF”<sup>8</sup>, sendo esse último, desenvolvido na UFT sob a coordenação do professor Doutor João Nunes<sup>9</sup>.

Para melhor compreensão do cenário, o título a seguir tece a relação das disciplinas com o plano da oficina.

### **A relação multidisciplinar da oficina *Pocket Reportagem* no Opaje**

Com vista no estímulo ao ensino e aprendizagem, a partir da prática, para produção de conhecimento, a ementa da disciplina Contemporaneidade e Formação Profissional do curso de Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos (Opaje/UFT) traz a proposta de planejamento e execução de oficinas, a serem ministradas pelos pós-graduandos, como uma das atividades de extensão, com a condição de realização em uma das unidades de ensino público tocantinense.

---

<sup>8</sup> Esse projeto implementa diretrizes às atividades orientadas para contribuição do cinema no ensino, tendo entre suas instituições parceiras, a Universidade Federal do Tocantins - UFT, descrito no próprio site do projeto.

<sup>9</sup> Professor Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2012, João Nunes da Silva, defendeu a tese sob o título A construção dos personagens e representação da violência urbana nos documentários “O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas e Ônibus 174”. No decorrer da pós-graduação do Opaje, ministrou a disciplina “Imagem”, num processo paralelo a execução da oficina, objetivando a oferta de subsídios para o amadurecimento da percepção crítica na produção de conhecimento; recebendo, na ocasião, a visita de um componente do projeto Inventar com a Diferença.

Desse ângulo, surgem as demandas do desenvolvimento de estudos e práticas jornalísticas, pois existem diferentes formas de jornalismo e maneiras de ser compreendido, relacionados aos variados momentos históricos de formação acadêmica de cada profissional. Assim, considera-se necessário refletir a respeito destes fatores, em busca da compreensão sobre a Comunicação e o Jornalismo (PÔRTO JÚNIOR, 2016).

E essa compreensão do sentido da comunicação não se limita nas relações humanas, de outra forma, deve-se partir da análise do lugar da comunicação, disposto nas disciplinas de estudos dos processos comunicativos, em relação aos outros saberes fundamentados (MARTINO, 2011). Considerando ainda a interdisciplinaridade permeada no campo da Comunicação; seu estudo como objeto, se faz necessário a partir das disciplinas, da experiência e do conhecimento (WOLTON, 1997 *apud* MARTINO, 2004).

O planejamento do projeto da oficina, inicialmente, teve foco na construção de parcerias. Porém, no decorrer do processo havia a preocupação de manter uma estrutura prática na oficina, com atividades voltadas para construção audiovisual da consciência crítica dentro da proposta. E paralela a fase de execução da oficina os processos de formação dos pós-graduandos em aulas expositivas deu subsídios para o amadurecimento desse entendimento.

No que se refere ao campo do Cinema na Educação e a construção de um olhar crítico, o professor Doutor João Nunes, que trouxe à luz esclarecimentos a respeito dessa percepção crítica na construção audiovisual, durante a apresentação da disciplina Comunicação, Sociedade e Jornalismo: construção da imagem<sup>10</sup>, com foco nas relações entre indivíduo e sociedade, bem como, entre comunicação e cultura, enfatizando que:

[...] é preciso refletir o sentido de imagem, pois é bem mais amplo do que se imagina. É preciso discernir o modo como se percebe as coisas e se dirige as

---

<sup>10</sup> Exposição oral realizada pelo professor doutor João Nunes Silva, durante a aula ministrada no 1º módulo da Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos (Opaje/UFT), campus de Palmas (TO), no auditório do Bloco III, em 11 nov. 2016.

ações, a partir dessa percepção. [...] O desenvolvimento dessa consciência crítica e capacidade de percepção tem forte relação com o volume de leitura e acesso a diferentes fontes de informação, para o acompanhamento da trajetória dos fatos, por parte de cada cidadão. [...] Ampliar o arcabouço dessas fontes de informação se torna imprescindível ao cidadão que deseja identificar possíveis tentativas de manipulação, (SILVA, 2016, em aula).

Para complementar a reflexão a respeito das possibilidades entorno dessa construção da imagem, a turma de pós-graduandos recebeu a visita de um dos idealizadores do projeto “Inventar com a Diferença”, o doutorando Isaac Pipano<sup>11</sup>, que trouxe demonstrações da dinâmica do projeto, bem como de experiências com a imagem e efeitos visuais utilizados no cinema, inseridos no processo de aprendizagem.

No site do projeto Inventar com a diferença (s/d) a apresentação dessa iniciativa informa que a 1ª edição aconteceu em 2014. Atualmente, são 25 projetos selecionados, entre eles, a Escola Livre de Jornalismo do Opaje/UFT. Esse modelo de diálogo do cinema e dos direitos humanos com a educação, no projeto Inventar com a diferença, foi concebido por três idealizadores, entre eles, Cezar Migliorin, Isaac Pipano e Luiz Garcia (2014, p. 97), que defendem a produção audiovisual para a narrativa do próprio território, na versão impressa do manual de orientação, afirmam:

[...] Acreditamos que tão importante quanto o processo são essas imagens e narrativas, geradas e montadas. São elas que podem circular, afetar e colocar aquele que está distante em contato com outras maneiras de experimentar o mundo, estimulando o direito de cada um a narrar o próprio território, a própria vida (MIGLIORIN; PIPANO; GARCIA, 2014, p. 13).

Nesse processo de amadurecimento acadêmico, a dinâmica da oficina ganhou um novo olhar, com o enfoque na percepção crítica e na liberdade criativa que o Cinema oferece à produção audiovisual. Porém, com a edição em andamento, alguns formatos de produção não puderam ser

---

<sup>11</sup> Doutorando e mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Isaac Pipano Alcantarilla é pesquisador, fotógrafo e cineasta.

sugeridos. Mesmo assim, promoveu avanços na capacidade de percepção dos ministrantes da oficina e conseqüentemente dos alunos, que apesar de não haver tempo hábil para regravar o material produzido, expressaram o desejo de promover ajustes criativos.

Ao se voltar para a hipótese dos ‘usos e satisfações’ McQuail (1975, p. 17 *apud* WOLF, 1999, p. 29) afirma que: “O receptor é também um iniciador, quer no sentido de originar mensagens de retorno, quer no sentido de pôr em prática processos de interpretação com um certo grau de autonomia. O receptor ‘age’ sobre a informação que está a sua disposição e ‘utiliza-a”.

Em seguida Wolf (1999, p. 29), complementa que; “Segundo este ponto de vista, o desinatário (sic) – continuando embora a ser desprovido de um papel autónomo (sic) e simétrico ao do destinador, no processo da comunicação, tanto o emissor como o receptor são parceiros activos (sic)”.

Rematando, conforme relatado, a dinâmica da oficina na escola é um processo que acontece de modo concomitante aos módulos de produção do conhecimento da especialização. Portanto, no decorrer desse período, o projeto da oficina apresenta sua proposta, adota métodos de registros e observação do desempenho das atividades, os quais são apresentados no subtítulo a seguir.

### **O projeto da oficina, seus registros e métodos de observação**

Conforme o registro do projeto, a oficina, “*Pocket* reportagens: um olhar crítico sobre a vida na escola”, foi elaborada por uma equipe de 12 pós-graduandos, sob a coordenação do projeto Escola Livre de Jornalismo e apresenta como objetivo geral, a produção de vídeos-reportagem sobre temas ligados a vida escolar, para produção de conhecimento sobre a construção da notícia e/ou processo de comunicação, a partir do desenvolvimento de um pensamento crítico dos próprios alunos.

O plano traz ainda, como objetivos específicos, o fortalecimento da participação de crianças e adolescentes na comunidade; contribuir no



processo de inclusão social e mais especificamente de inclusão tecnológica; levar conhecimento sobre o campo comunicação à comunidade escolar; explorar os eventos da vida escolar com o objetivo de instigar os alunos a se tornarem formadores de opinião e a colaborar com a formação de um olhar crítico sobre o seu cotidiano, principalmente, escolar.

No cronograma o projeto prevê a execução em duas etapas, sendo cada uma das fases no decorrer de um semestre, para uma turma de alunos, em uma escola de ensino público. A ementa do plano traz a justificativa e a programação dos conteúdos divididos por blocos, que correspondem a cada encontro.

A primeira fase foi iniciada no 2º semestre do ano de 2016, tendo como público-alvo 30 estudantes do 8º ano da Escola de Tempo Integral - ETI Olga Benário, em Palmas (TO), com a programação de cinco encontros presenciais, por um período de uma hora/aula.

O relatório da oficina, produzido e apresentado à monitoria do projeto após a primeira etapa de execução, traz o registro do desempenho das atividades, contendo fotografias dos momentos de interação coletiva dos alunos de todos os grupos. Esse documento registra o desempenho do projeto na escola, a partir da óptica da relação da equipe de pós-graduandos com a unidade escolar, além das atividades propostas e realizadas com os alunos. Outras formas de registro se deram com a produção de releases e contatos virtuais via aplicativo WhatsApp. A monitoria focada no grupo “*Bullying* na escola” realizou ainda, o registro de diálogos e entrevistas gravadas, que determinou a análise com enfoque na performance das alunas.

A apresentação do projeto à direção e corpo docente da escola, que precedeu aos encontros com os alunos e foi realizado por representantes da equipe da oficina, na companhia da monitora do projeto<sup>12</sup>. Na ocasião, coordenadores e professores que se dispuseram a acompanhar o

---

<sup>12</sup> Monitora da Oficina *Pocket* Reportagem junto o projeto Escola Livre de Jornalismo e mestre em Comunicação e Sociedade da UFT, Alessandra Bonfim Bacelar Abreu Adrian, em prática de docência.

desenvolvimento da turma, definiu o local dos encontros, horário e os recursos técnicos que seriam oferecidos.

Nessa 1ª edição da oficina *Pocket Reportagem*, os cinco encontros foram presenciais e semanais. Os 30 alunos do 8º ano da ETI Olga Benário foram divididos em seis grupos, que receberam de forma coletiva, do 1º ao 4º encontro, orientações teóricas e acompanhamentos práticos direcionados por monitores da oficina. No 5º e último encontro, a turma participou do encerramento, com a mostra dos vídeos reproduzidos, em tela de cinema, na sala do Cine Cultura, no Espaço Cultural; premiações por categorias simbólicas e uma breve confraternização.

O desempenho do grupo que trabalhou o tema “*Bullying* na Escola” se elegeu objeto desta análise, com vistas no recorte que permite a aproximação do olhar, para a observação dos resultados percebidos a partir do grupo, no decorrer dos procedimentos práticos. Uma vez exposto, partimos para o registro do desenvolvimento da oficina de forma geral e do *feedback* do grupo “*Bullying* na Escola” em específico, a cada encontro nesta etapa da atividade de extensão.

### **A performance da Oficina *Pocket Reportagem* no relatório e no grupo focal**

No relatório da oficina consta que foram cumpridas as atividades da programação do primeiro encontro, organizadas sob os títulos: Boas-Vindas; O que é vídeo reportagem (com exemplos); Tive uma ideia, e agora? Planejando um vídeo reportagem; Roteiro: construção, produção e pontos principais; Dividir grupos e temas; Tarefa: escolher o tema para o vídeo-reportagem e iniciar a produção de um roteiro. Nessa ocasião os grupos escolheram os temas: *Bullying* na escola; O fim do 9º ano; Alimentação; Funções de cada um na escola e Laboratório de Informática e Esporte.

A monitoria do grupo *Bullying* registrou com o gravador o diálogo do primeiro encontro com as estudantes. Além das apresentações pessoais, buscou-se a identificação da familiaridade com a tecnologia e as técnicas

de produção audiovisual por meio de perguntas e respostas, como por exemplo: “Vocês costumam gravar vídeo em celular?; Vocês conseguiriam gravar um vídeo com as técnicas apresentadas?; Vocês todas têm celular com acesso à internet?; Vocês têm ideia do tema que gostaria de tratar no vídeo reportagem?”, entre outras.

Apesar de afirmarem ter costume com a gravação de vídeo em celular, disseram não ter certeza de como escrever o roteiro, mas que queriam falar de *Bullying*. Apenas duas alunas do grupo tinham celular e somente uma delas com acesso constante à internet. Nessa ocasião, a monitoria também foi informada da necessidade de uma atenção especial com uma das alunas para compreensão do processo, pois ela possuía limitações oral-auditiva.

Do ponto de vista da análise focal desse primeiro encontro, se por um lado esses aspectos se apresentaram como desafios a serem superados para obtenção de um produto final por outro consolidava a motivação e estímulo favoráveis ao foco no incentivo às garantias dos direitos humanos, da inclusão tecnológica e social, da tolerância às diferenças, com uma ação afirmativa, recomendada no Art. 53 do Capítulo IV, da Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990), que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e que garante entre outros, o acesso à educação em condições de igualdade; bem como, os direitos previstos nas seções I, II, III e IV, do Capítulo II da Lei nº 12.852/2013 (BRASIL, 2013)<sup>13</sup> do Estatuto da Juventude, que preconiza a cidadania, participação social e política, educação, profissionalização, a diversidade e a igualdade.

Cabe ainda destacar que os eixos da estrutura de aprendizado, que defende os direitos humanos, foram iniciados com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH)<sup>14</sup>, no ano de 2003 que, por sua vez, iniciou o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDEDH) e que após a sistematização

---

<sup>13</sup> Institui o Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINJUVE).

<sup>14</sup> Criada pela Portaria nº 98/2003 da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH/PR).

das contribuições estaduais, no ano de 2006, retornou ao CNEDH e foi concluído no ano de 2007.

Esses princípios dos direitos humanos, a relação de parceria, a necessidade da compreensão do outro e de si mesmo no contexto; a flexibilidade para lidar com o desconhecido e a disposição para superação dos desafios, ainda que, em relação ao grupo, se apresentaram logo no primeiro encontro da oficina. Mesmo em processo de formação na especialização, houve sintonia dentro do grupo, comportamento que facilitou o desenvolvimento proposto na oficina<sup>15</sup>.

Em relação ao segundo encontro, o relatório da oficina registra o cumprimento dos conteúdos previstos no planejamento, que levou a apresentação dos títulos: Roteiro- termos técnicos e estrutura; plano e ângulos; som e iluminação. No final os grupos foram informados da necessidade de concluir o roteiro, para então iniciar as gravações a partir do encontro seguinte. Houve ainda, o registro da preocupação dos professores, com os temas, por considerarem polêmicos<sup>16</sup>.

No momento da monitoria, o diálogo com o grupo *Bullying* registrou algumas dúvidas das alunas para a definição do roteiro. Com a adoção do método de perguntas e respostas, como por exemplo - Vocês sabem o que é *bullying*?; Quem vocês desejam entrevistar para falar sobre o assunto?; O *bullying* também acontece na Escola?; Quais as consequências do *bullying* na escola?; Qual a mensagem que vocês querem levar para o público? – O grupo se estimulou ao encontro dos rumos do seu roteiro. As interações seguiram após o encontro, via aplicativo, para auxílio no esclarecimento de dúvidas, ao longo da semana e conclusão do plano.

Para maior compreensão sobre o tema foi sugerido ao grupo a pesquisa das definições sobre o *bullying*, que é um tipo de violência, conforme

---

<sup>15</sup> O desenvolvimento prático dessa oficina de vídeo reportagem possui orientação para atendimento das recomendações do projeto Escola Livre de Jornalismo e Inventar com a Diferença, bem como no modelo de ensino/aprendizagem propostos no Processo de Bolonha.

<sup>16</sup> Durante a monitoria do grupo *Bullying*, um dos professores externou, a preocupação com a forma que o assunto seria tratado. Mas, de pronto foi esclarecido que todo o processo de produção seria acompanhado pelos monitores e não seria permitida exposições, que pudessem prejudicar as pessoas envolvidas, neste processo de aprendizagem.

previsto no § 1º do art. 1º da Lei nº 13.185/2015<sup>17</sup> do Programa de Combate à Intimidação Sistemática (BRASIL, 2015). Também indicado o art. 2º da Lei, que complementa, a caracterização do ato de intimidação sistemática<sup>18</sup> e no Parágrafo único, o *cyberbullying*<sup>19</sup>. E reiterando, a Lei de combate ao *bullying* traz ainda, no seu Art. 3º, a classificação das ações praticadas<sup>20</sup>.

Diante desse cenário, a produção do vídeo reportagem, registrado pelo grupo com o uso de celular, direcionou o foco do seu roteiro para o esclarecimento do que é o *bullying*, quais as consequências para a vítima e para quem pratica; por meio de depoimentos da direção, de professores, incluindo ainda, a opinião de colegas da escola entre as entrevistas realizadas.

A respeito do terceiro encontro, seguimos cumprindo o conteúdo programado, sendo abordado: edição por computador e por celular; diálogo sobre as experiências de gravação; orientação dos grupos. Os grupos que as gravações concluídas foram utilizadas, como exemplo, para explicar técnicas de captação e edição. Em seguida, a tarefa se concentrou na conclusão das gravações para início da edição.

Durante a monitoria, o diálogo com o grupo *Bullying* registrou nesse encontro, que após ver outros vídeos na orientação coletiva, mesmo estando com o vídeo editado, as estudantes demonstraram preocupação com o ajuste do áudio de uma das entrevistas, antes de realizar a entrega final.

---

<sup>17</sup> Lei que instituiu o Programa de Combate à intimidação Sistemática (*Bullying*), publicada no Diário Oficial da União (DOE), de 9 de novembro de 2015, que define como, intimidação sistemática, todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

<sup>18</sup> A intimidação sistemática (**bullying**) caracteriza-se, ainda nos: I – ataques físicos; II – insultos pessoais; III – comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; IV – ameaças por quaisquer meios; V – grafites depreciativos; VI – expressões preconceituosas; VII – isolamento social consciente e premeditado; VIII – pilhérias (BRASIL, 2015).

<sup>19</sup> Na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usa os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios d constrangimento psicossocial (BRASIL, 2015).

<sup>20</sup> São classificadas as ações praticadas, como: I – verbal: insultar, xingar e apelar pejorativamente; II – moral: difamar, caluniar, disseminar rumores; III – sexual: assediar, induzir e ou abusar; IV – social: ignorar, isolar e excluir; V – psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar; VI – físico: socar, chutar, bater; VII – material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem; VIII – virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social (BRASIL, 2015).

Mas, as alunas perceberam que, para corrigir substancialmente alguns aspectos, teriam que regravar as entrevistas, pois haviam perdido a gravação original e pouco podia ser feito sobre a mídia fechada.

Perante o exposto, vale destacar que, segundo Migliorin (2010), a relação do Cinema e a escola se apoia na flexibilidade e incertezas que se hospedam nas infinitas possibilidades de ensino, com o Cinema. O autor reitera que:

Assim, o que está dado para se ensinar com o cinema é um não-sei-o-quê de possibilidades. Ensinar com o cinema passa, justamente, por um ‘não saber’ das partes que se preparam para o acontecimento, ou seja, para a invenção intempestiva consigo e com o outro, com as imagens, mundos e conexões que o cinema nos permite, nos autoriza. Mas só o cinema pode isso? Certamente não. Mas talvez nenhuma arte ou meio de expressão o possa com tanta intensidade. (MIGLIORIN, 2010, p. 4).

No âmbito das incertezas e com a preocupação com a melhoria do produto obtido – como por exemplo, o ângulo da câmera; a luz; a qualidade do som e da imagem; o plano de fundo; a moldura; o tipo de legenda e as várias técnicas de filmagens criativas do cinema – foram o norte apontado nas explicações feitas a partir da apresentação do vídeo de outros grupos. Contudo, esse desejo de fazer melhor, fazer diferente, pode ser considerado resultado do estímulo promovido a partir da oportunidade da experiência prática.

No quarto encontro, por diferentes motivos como perda de parte do vídeo, dificuldade de finalizar o roteiro, dificuldade de confirmar horário com o entrevistado, alguns grupos não conseguiram cumprir a entrega dos vídeos, conforme previsto na programação. Os monitores auxiliariam na gravação, realizaram entrevistas com os grupos que concluíram a atividade. Também foi registrada a presença da monitora da oficina, em prática docente, Alessandra Bonfim Bacelar Abreu Adrian, que acompanhou parte das atividades deste encontro.

Entre o quarto e o quinto encontro foi realizado um encontro extra, para estabelecimento de prazo de entrega das gravações, auxílio para

edição final dos vídeos e diálogo a respeito do encontro final. Nesta visita, as monitoras buscaram a direção para apresentar a proposta do último encontro, mas devido a uma emergência não puderam ser atendidas. Preocupado com a compreensão a respeito da dificuldade de rendimento de alguns grupos, um dos professores esclareceu que o desinteresse era um comportamento atípico, consequência da mudança de escola iriam enfrentar, no ano seguinte. E a oficina era uma das tentativas de resgate dessa motivação, com uma experiência diferenciada.

Na monitoria do grupo *Bullying* foi registrada a entrega do vídeo reportagem, conforme a programação do quarto encontro. Como nos encontros anteriores, o diálogo foi registrado, dessa vez, para verificar as impressões das alunas, até aquela etapa da experiência. Algumas perguntas foram dirigidas durante um bate-papo; a exemplo: “Como vocês estão se sentindo para a apresentação do vídeo que produziram, no evento final? Vocês fariam alguma mudança, se pudessem produzir novamente esse vídeo reportagem? Quais? O que vocês pensam a respeito da oficina?; Teve alguma coisa que vocês não gostaram?; Teve algo que vocês gostaram ou se interessaram?”.

De acordo com o registro desse diálogo<sup>21</sup>, uma das alunas afirmou que estava ansiosa para o evento final, porque queria ver também a produção dos outros grupos. Duas delas, disseram que se tivesse oportunidade mudaria algumas coisas, destacando o cuidado com o áudio e a iluminação. Com anotações foram registradas as reações da aluna com dificuldade na fala, que prestava atenção na conversa e por meio de sinais, concordava com as amigas ou não se manifestava. Entre uma resposta e outra, a estudantes buscavam uma aprovação antecipada da atuação do grupo. A respeito da oficina, a primeira disse ter sido bom participar e outra completou afirmando que no ano seguinte, com autorização do professor, gostaria de fazer outro vídeo na outra escola. Em seguida a terceira comentou que apesar de ter gostado da oficina, não se conformava de ter

---

<sup>21</sup> Por se tratar de menor de idade, para preservar a identidade das alunas, apresentamos o relato das respostas das alunas componentes do grupo às perguntas apresentadas no diálogo do quarto encontro, sem nomear as mesmas.

perdido a gravação original e não poder reeditar. Então uma delas finalizou dizendo ter achado legal ser jornalista, que acreditava ter aprendido muito e que apesar de considerar trabalhoso, naquele momento, estava cheia de novas ideias.

A combinação de imagem, *off* e legenda, com balões de diálogo foi a maneira encontrada pelo grupo, para promover a participação de todas, fazendo uso de efeitos visuais decorativos, disponíveis em aplicativos de edição de imagens em dispositivos celulares e característicos da preferência na idade pré-adolescente. A distribuição de tarefas, no processo de produção, também contribuiu para a participação ativa de todas.

O evento de encerramento ocorreu no 5º encontro, inicialmente a exibição seria para a comunidade escolar, nas instalações da própria escola. Mas em reunião com a diretora, os organizadores da oficina receberam a sugestão de realizar o evento final em um ambiente externo, que promovesse o acesso dos alunos a um espaço que não conheciam ou possuísem dificuldade de frequentar, na ocasião, a sala do Cine Cultura<sup>22</sup>, para apresentação e premiação das produções.

Além da exibição havia a intenção de realizar uma roda de conversa, para obtenção de um *feedback* final dos alunos sobre a oficina. Mas, com o tempo necessário ao traslado dos alunos tornou o prazo insuficiente para cumprir essa etapa da atividade. Mesmo assim, de forma geral, registrou-se a surpresa com a grandiosidade e satisfação com a organização do evento final; o desejo de ampliação do tempo de permanência da oficina na escola; a alegria da oportunidade de participação; a inspiração para novas produções; a gratidão da escola por ter sido escolhida pelo projeto; foram registrados também durante as entrevistas gravadas com alunos e professores informações para produção da matéria de divulgação do encerramento da oficina. Esse registro foi realizado no decorrer da confraternização, após a premiação simbólica, que contemplou cada grupo com medalhas em uma categoria, entre elas: Melhor entrevista, Melhor

---

<sup>22</sup> Localizada nas instalações do Espaço Cultural, no centro da Capital do Tocantins.



sonoplastia, Melhor roteiro, Melhor fotografia, Melhor montagem e Melhor direção.

No registro do último diálogo com as alunas, premiadas na categoria Melhor Entrevista; as perguntas foram pontuais. A primeira pergunta foi se a oficina tinha despertado algum interesse na profissão de jornalista. Uma das meninas respondeu que sempre achou que ser jornalista era legal, aumentando seu interesse; a segunda pergunta, foi se alguma delas tinha interesse em buscar o curso na universidade e outra menina afirmou ter interesse, lembrando da necessidade de conseguir a vaga; a terceira pergunta foi se acreditavam ter aprendido algo com a oficina, todas concordaram que a oficina ofereceu novos conhecimentos.

Os demais alunos foram observados de maneira geral; e estavam eufóricos, comentavam suas produções e entre um momento e outro, olhavam as medalhas simbólicas que receberam na premiação, mantidas em seus pescoços. Apenas um aluno da turma não teve permissão do responsável para participar da oficina, mas foi tratado sem diferença, apreciou a experiência e participou da confraternizou junto com a turma.

No primeiro instante, o vídeo era entendido como o produto final da oficina, mas no decorrer do processo a performance positiva do grupo na produção de conhecimento, a capacidade de compreensão das tarefas; a busca por esclarecimento e apresentação da produção a cada novo encontro passaram a ser compreendidos como resultados da atividade prática. Da mesma forma, as reações expressas a respeito dos estímulos oferecidos, obtidos por meio das respostas às perguntas apresentadas ao grupo escolar escolhido para essa análise.

## **Considerações Finais**

A partir das constatações do relatório da oficina e das reações registradas por meio da pesquisa observação-participante, realizada junto ao grupo que tratou do tema *Bullying* na Escola, é possível perceber evidências práticas do esforço recomendado no projeto para promoção do ensino

e aprendizagem com inspiração no Processo de Bolonha e no projeto “Inventar com a diferença”.

Cabe, no entanto esclarecer, que a proposta dessa análise se apoia na característica descritiva do estudo, de um ponto de vista focal e, portanto, outros artigos poderão ser desenvolvidos, com a apresentação de diagnósticos e/ou prognósticos; em relatos que apresentem considerações elaboradas sob outras perspectivas.

A performance do grupo que tratou do tema “*Bullying* na Escola”, observado de acordo com os critérios expostos, revela evidências práticas de cooperação e mobilidade, o que permitiu o desenvolvimento satisfatório das atividades no decorrer da oficina. Com um produto audiovisual produzido pelas próprias alunas; voltado para sensibilização do seu público-alvo; podemos inferir que houve a produção de conhecimento e a construção de um olhar crítico sobre o tema tratado. A expressão de interesse das alunas do grupo nos diálogos a respeito da área da Comunicação e do Jornalismo reflete um estímulo ao campo e ao desenvolvimento profissional.

Essa primeira experiência prática permitiu despertar um novo olhar a pós-graduanda, durante a monitoria do grupo, quanto as possibilidades de produção da oficina e a atenção aos aspectos necessários para o desenvolvimento do ser solidário. Com os conhecimentos adquiridos sobre outras possibilidades com a inserção de técnicas do cinema, o projeto da oficina *Pocket Reportagem*, inicialmente proposto, pode adotar outros modelos de produtos, como atividade prática do conhecimento oferecido, em outras edições realizadas, em uma mesma escola.

Não resta dúvida sobre a importância das constatações elencadas. Porém o olhar do grupo escolar sobre o tema *bullying* revela que a temática da violência na escola é um assunto que, ainda conserva aspectos carentes de compreensão social, o que sugere um aprofundamento na questão, com o desenvolvimento sob outros recortes, a partir da pesquisa científica.

## Referências

- BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 16 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 18 abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 12.852, de 6 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINJUVE). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acesso em: 18 abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 13.185, de 9 de novembro de 2015**. Instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm). Acesso em: 18 abr. 2017.
- G1 PARANÁ. Estudantes se reúnem para protestar contra reforma do ensino médio. **G1 Paraná**, Curitiba, 9, out. 2016. Disponível em: <https://www.globo.com.br/amp.g1.lobocom/pr/parana/noticia/2016/10/estudantes-se-reunem-para-protestar-contrareforma-do-ensino-medio.amp>. Acesso em: 06 maio 2017.
- MARTINO, L. C. História e Identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Ed. 1, dez., 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/e-compos>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, A; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MIGLIORIN, C. Cinema e Escola, sob os riscos da democracia. In: **Revista Contemporânea de Educação**, v. 5, n. 9, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1604/1452>. Acesso em: 07 mai. 2017.
- \_\_\_\_\_; PIPANO, I.; GARCIA, L. **Inventar com a diferença**: cinema e direitos humanos. Niterói (RJ): Editora da UFF (Universidade Federal Fluminense), 2014.
- PÔRTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças. **Entre Comunicação e Educação**: o Processo de Bolonha e as ações formativas em cursos de Comunicação Social/Jornalismo em Portugal. 2012. 614 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

- \_\_\_\_\_. Exposição Oral. Disciplina Contemporaneidade e Formação Profissional, no módulo 1. Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos, 2006, Palmas (To). Aula. 14 out. 2016, auditório do Bloco III, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Palmas/TO.
- SILVA, J. N. Exposição Oral. Disciplina Comunicação, Sociedade e Jornalismo: construção da imagem, módulo 1. Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos, 2006, Palmas (To). Aula. 11 nov. 2016, auditório do Bloco III, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Palmas/TO.
- WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Mass media: contextos e paradigmas. Novas tendências. Efeitos a longo prazo. O newsmaking. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 8 Ed. Portugal: Editorial Presença. 1999.

## Capítulo 3

### A midiatização da violência nos telejornais de Araguaína (TO) <sup>1</sup>

*Keliane M. Silva Santos Vale* <sup>2</sup>

*Gabriela Melo* <sup>3</sup>

#### 1 Introdução

A mídia araguainense, que se apresenta com um grande número de veículos televisivos, sendo atualmente cinco emissoras locais, é o objeto de estudo da nossa pesquisa. As problemáticas discutidas neste artigo englobam a investigação de uma padronização das notícias veiculadas nos telejornais de Araguaína.

Trazemos no artigo a análise que se deu durante duas semanas do mês de outubro de 2019, de segunda à sexta-feira, a partir do dia 1º a 31 do mês referente (com exceção do dia 30/9 que foi incluído para traçar um comparativo da oscilação das pautas na rotina semanal) – intercalando aleatoriamente os telejornais de três emissoras, levando em consideração a quantidade de programas disponíveis em cada emissora, sendo: TV Amazônia / Band (3 programas), TV Aratins / TV Meio Norte (5 programas) e TV Líder / Rede TV (2 programas).

Na tabela a seguir estão listados os programas jornalísticos integrantes nas grades das emissoras pesquisadas, sendo que incluímos 10 programas (destacados na tabela 1), tendo como critério a disponibilidade

---

<sup>1</sup> Este estudo é parte integrante de trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos, da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

<sup>2</sup> Jornalista (UFT). Mestre em Estudos de Cultura e Território (PPGCult/UFT). E-mail: keliane.vale@uft.edu.br

<sup>3</sup> Jornalista. Mestre em Comunicação e Sociedade (PPGCom/UFT)

da programação na íntegra na internet (canal que possibilitará a nossa análise).

Tabela 1 – Programas televisivos em Araguaína

<b>Emissora</b>	<b>Programas</b>
TV Amazônia / Band	1. Programa Comunidade (independente)
	2. Band Cidade
	3. Araguaína Urgente
TV Araguaína / SBT	4. O Povo na TV
	5. Programa Agora (independente)
TV Aratins / TV Meio Norte	6. Programa Lucas Lima na TV (independente)
	7. Programa Pancadão na TV (independente)
	8. Repórter Araguaína (independente)
	9. Ronda do Povão (independente)
TV Líder / Rede TV	10. Programa Rota (independente)
	11. Papo Reto
	12. A Voz do Povo
TV Jovem Araguaína / Record TV	13. Balanço Geral (independente)
	14. Saúde Total

Fonte: produzido pela pesquisadora

Apesar do período limitado, 10 dias, consideramos que é possível traçar uma discussão a partir da leitura dos dados da pesquisa se apropriando da metodologia qualitativa, considerando Deslauriers (1991) apud Gerhardt e Silveira (2009, p.31), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. As autoras afirmam que este tipo de pesquisa preocupa-se, na verdade, com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Assim, neste artigo, o segundo capítulo destaca o objeto da pesquisa, trazendo a análise de conteúdo de uma edição de cada programa televisivo/telejornal selecionado. Concomitantemente, colacionamos as

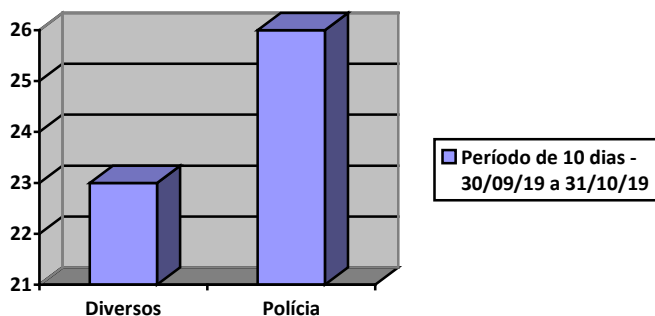
representações que se constituem desse material, promovendo o diálogo com vários autores.

## 2 Foco na cobertura

### 2.1 Análise Qualitativa de Programas Televisivos Locais

No decorrer de dez dias de análise contínua pudemos observar que a editoria polícia é fortemente marcada nas notícias disponíveis, entre outras observações. Foram veiculadas 59 notícias, sendo que grande parte delas é sobre criminalidade. Para identificar os temas das matérias, classificamos conforme as editorias<sup>4</sup>

Gráfico 1 - Tipos de notícias nos telejornais analisados



No gráfico acima, a coluna 1 traz 23 notícias de temas diversos e a coluna 2 com 26 notícias sobre polícia.

Todos os programas analisados também são fortemente marcados pela presença dos patrocinadores, iniciando com sequência de comerciais entre 5 a 20 minutos, durante o programa há diversos merchandising a cada matéria e com o intervalo comercial normal. Entre os programas analisados apenas não seguiram este padrão aqueles programas que não são

<sup>4</sup> EDITORIAS E CADERNOS. Disponível em <http://comofazerumjornal.blogspot.com/2010/11/editorias-e-cadernos.html>

independentes, ou melhor três programas (Araguaína Urgente, Band Cidade e Voz do Povo).

Apenas alguns programas contam com uma escalada das matérias integrantes da edição (Programa Rota/Band Cidade).

Após análise de 10 programas, destacamos apenas trechos do que foi veiculado na televisão e nos chamou a atenção. Trazemos as seguintes observações. Vejamos a análise:

Dia 1 – 30/09/19 – Programa Comunidade (independente)<sup>5</sup>. Na apresentação inicial, o apresentador chama para os destaques do programa:

A partir de agora você fica bem informado daquilo que acontece em Araguaína e toda região. As notícias do final de semana você fica sabendo primeiro aqui no Programa Comunidade. E olha, já vamos trazer agora uma informação do final de semana com alguns homicídios. Mais uma vez a criminalidade, ela esteve presente no final de semana para quem faz parte da vida do crime. Infelizmente a vida do crime é sem futuro, já dizia o profeta mano Brown, a vida bandida é sem futuro e já trazemos logo algumas ocorrências em que houveram homicídios no final de semana.

O programa veiculou oito notícias, contando com o resumo da rodada dos jogos de futebol. Dessas matérias, seis delas eram da editoria polícia, conforme resumo abaixo:

RETRANCA	EDITORIA
1. Corpo de um jovem foi encontrado e segundo informações ele foi executado	Polícia
2. Força-Tarefa contra homicídios. Polícia Civil tem mais de 300 inquéritos para investigar e agora vai	Polícia
3. Jovens são assassinados por briga de facções criminosas	Polícia
4. Um acidente trágico. Um jovem subiu em um pé de coco muito alto, o jovem caiu e morreu	Geral
5. Roubo de motocicleta aconteceu neste domingo	Polícia
6. Mulher é presa com 30 quilos de droga	Polícia
7. Homem é assassinado a golpes de foice	Polícia

<sup>5</sup> Programa veiculado de segunda à sexta-feira, de 7h às 8h, na TV Amazônia / Band. Apresentador Divino Bethânia. Edição do programa disponível em <https://www.facebook.com/programacomunidade/videos/90509422322769/?t=21>



Chama a atenção, os comentários do apresentador após o VT “Jovens são assassinados por briga de facções criminosas”: “Vou falar o quê, né? Tem nem o que falar disto aí”. Após o VT “Um jovem subiu em um pé de coco muito alto, o jovem caiu e morreu”: “Meu Deus! Que triste notícia! Que notícia triste! Que tristeza! Meu Deus do céu, que Deus conforte as famílias, nosso respeito a todos os familiares”.

Dia 2 – 01/10/19 – Programa Agora (independente)<sup>6</sup>. O apresentador apresenta as notícias iniciais:

Na edição do programa agora, desta terça-feira, informações inclusive já na manhã de hoje. Nós temos informações que dois homens armados provocou um tiroteio, na verdade um tiroteio não, efetuou disparados lá no Lago Azul Três e depois no Bairro de Fátima. A informação que chega é que eles tentaram praticar assalto tanto no Lago Azul Três, como também no no Bairro de Fátima, no caso do Bairro de Fátima próximo de uma escola pública. Daqui a pouco eu trago detalhes dentro do programa Agora, que está apenas começando.

Um quadro de apelo social no programa foi repercutido durante várias vezes na edição com o caso de um jovem enfermo que necessitava de uma cadeira de rodas. Segundo o apresentador, o alvo era alcançar a doação junto aos telespectadores. O programa trouxe mais duas inserções de notícias, sendo correlacionados ao município de Bandeirantes e políticos atuantes na região.

RETRANCA	EDITORIA
1. Quadro Solidarietàade	Social
2. Emenda do ex-deputado Lázaro Botelho para aquisição de micro-ônibus para traslado de pacientes de Bandeirantes	Política/Saúde
3. Quadro Solidarietàade	Social
4. III Festa do Peão de Bandeirantes	Política/Cultura

<sup>6</sup> Programa veiculado de segunda à sexta-feira, de 11h às 12h30, na TV Aratins / TV Meio Norte. Apresentador Tomaz Xavier. Edição do programa disponível em <https://www.facebook.com/ProgramaAgora/videos/496435340904067/>

Dia 3 – 02/10/19 – Programa Rota (independente)<sup>7</sup>. A edição do programa contou com uma escalada das matérias integrantes do programa. E apresentou cinco matérias da editoria polícia e mais uma com o tema saúde:

Hoje trazendo para você aqui as principais notícias. Trazendo aqui algumas informações, que aconteceram. Iremos falar sobre o caso de um motorista embriagado, que provocou um acidente deixando algumas pessoas feridas. Este caso aconteceu no Bairro São João, sentido Araguaína Sul, porque depois de atropelar algumas pessoas ele não parou e a gente traz os detalhes, as informações completas deste caso no programa Rota de hoje. Iremos falar também dos dois jovens que foram mortos aqui em Araguaína, inclusive outras pessoas que não tinham nada a ver com a situação acabaram ficando feridas. A gente traz também os detalhes desta ocorrência no programa de hoje, que está só começando.

RETRANCA	EDITORIA
1. Ataque de membros do Comando Vermelho mata dois jovens e deixa outros feridos em Araguaína	Polícia
2. Motorista é preso suspeito de dirigir bêbado e provocar série de acidentes em Araguaína	Polícia
3. Equipe médica da saúde faz captação de córneas de vítima de AVC hemorrágico em Araguaína	Saúde
4. Maior é detido e menor apreendido com motocicleta roubada em Araguaína	Polícia
5. Motocicleta roubada é recuperada pela Polícia Militar em Araguaína	Polícia
6. PM captura traficantes e usuários após serem flagrados com drogas no Parque Cimba	Polícia

Na reportagem “Maior é detido e menor apreendido com motocicleta roubada em Araguaína”, a fonte oficial declara:

E vale ressaltar também que esta mesma motocicleta já foi vítima de roubo outra vez e por sinal, foi nós que fizemos a condução também há 10 dias mais ou menos atrás e os autores foram presos na outra situação por receptação, e como a lei é um pouco frouxa eles foram liberados. E na data de hoje já

<sup>7</sup> Programa veiculado de segunda à sexta, de 18h às 19h, na TV Líder / Rede TV. Apresentadora Magna Cavalcante. Edição do programa disponível em <https://www.facebook.com/tvlidercanal20/videos/2382723955298867/>

tornaram a fazer o roubo da própria moto novamente e por sorte nós tornamos a recuperar.

A apresentadora conclui: “Parabéns, então, mais uma atuação da Polícia Militar e não para por aí”, segue a apresentadora chamando a próxima reportagem policial.

Na matéria “PM captura traficantes e usuários após serem flagrados com drogas no Parque Cimba”

Parque Cimba, gente, local das famílias praticar atividades físicas, lazer enfim. E esses meliantes ficam utilizando do local para muitas das vezes abordar os nossos filhos, eu digo assim, os filhos das famílias araguainenses, que muitas das vezes liberam seus filhos para irem para o parque Cimba brincar, andar de bicicleta, enfim, e aí os adolescentes são assediados, e aí é onde começa, onde os adolescentes entram no mundo das drogas. Realmente é um caso sério! Que fiquem detidos, que fiquem guardados, para que não ofereçam riscos aos filhos das famílias de Araguaína.

Dia 4 – 03/10/19 – Band Cidade<sup>8</sup>. A abertura do jornal foi com um o versículo bíblico, seguindo com os destaques em escalada:

Retranca	Editoria
1. Homem é alvejado de raspão por disparo de arma de fogo na nuca	Polícia
2. Casal que se envolveu em acidente em Palmas morre no hospital	Cidade
3. Jovem de 18 anos é preso com porte de espingarda e simulacro de arma de fogo	Polícia
4. Justiça nega pedido de liberdade para o ex-governador Marcelo Miranda	Política
5. Procon autua correspondentes bancários por causa de irregularidades denunciadas por clientes	Cidade
6. Consumidores terão energia mais barata no mês de outubro por causa da mudança de bandeira	Geral
7. Aumentam os casos de dengue em 2019	Geral
8. Gincana do Colégio da Polícia Militar de Araguaína arrecada mais de nove mil litros de leite e 49 bolsas de sangue	Cidade

<sup>8</sup> Programa veiculado de segunda à sexta, de 12h30 às 14h00, na TV Amazônia / Band. Apresentador Flávio Leal. Edição do programa disponível em: <https://www.facebook.com/bandcidadeflavioleal/videos/247275182856311/>

9. Entrega das cestas básicas arrecadadas na Gincana da Integração do Educandário Objetivo	Cidade
--	--------

Dia 5 – 04/10/19 – A Voz do Povo<sup>9</sup>. O programa é um dos mais sensacionalista dos programas pesquisados, trazendo as seguintes notícias:

Retranca	Editoria
1. Homicídio no Tereza Hilário: jovem é morto a tiros e outros ficam feridos	Polícia
2. PM encontra veículo roubado na noite de quinta-feira	Polícia
3. Opinião sobre prisão ex-governador Marcelo Miranda	Política
4. Opinião sobre apreensão de motos com documentos irregulares	Geral
5. PM encontra duas motocicletas e objetos de origem suspeita no Monte Sinai	Polícia
6. Caminhão desgovernado atinge salão na Av. 1º de Janeiro	Cidade

O programa abre com um corpo estendido no chão e BG ambiente de uma voz de mulher que grita: “uma alma senhor, mais uma alma senhor!”

[...] Estamos chegando com mais uma edição do programa A Voz do Povo e já chegando com notícia ruim. Mais homicídio, mais violência, mais criminalidade na cidade de Araguaína. E você vai acompanhando na tela que mais um jovem foi morto a tiros e desta vez o homicídio foi no Tereza Hilário. Um jovem foi executado a tiro e uma segunda pessoa ficou ferida. [...] Você vai acompanhando as imagens. [...] Neste momento você acompanha o momento que os profissionais do Instituto Médico Legal já retira o corpo desta vítima, que foi executado no Tereza Hilário. [...] Nosso papel é reportar os fatos e levar a informação até você.

No final do programa, o apresentador se solidariza: “fica nosso sentimento à família enlutada, à família que sofre neste momento por causa da execução do seu filho, por causa da perda desse jovem, que independentemente se tinha ou não envolvimento com o mundo do crime, não é motivo para a gente comemorar”.

<sup>9</sup> Programa veiculado de segunda à sexta, de 12h00 às 13h30, na TV Amazônia / Band. Apresentador Stoff Vieira Costa. Edição do programa disponível em: <https://www.facebook.com/tvlidercanal20/videos/926943697671427/>

Ainda sobre a discussão sobre criminalidade, após veicular essa primeira matéria policial, o apresentador chama a responsabilidade dos políticos, mas assegura a legitimação do trabalho policial: “não é criticando a polícia militar, a polícia civil, porque têm trabalhado, todo dia a gente faz matéria da polícia militar, que tem trabalhado, da polícia civil, que tem trabalhado. A fala é interrompida por uma ligação ao vivo do Deputado Elenil da Penha (a edição do programa providencia imediatamente uma foto do parlamentar), que expressa livremente sobre os projetos do político na cidade. O apresentador explicou que durante a fala, acionou pelo WhatsApp os deputados relacionados à Araguaína para se manifestarem no programa.

Durante a conversa mencionada, que durou cerca de 10 minutos ao vivo no ar, o apresentador problematizou ainda sobre o acesso aos equipamentos de lazer.

De toda forma, muito interessante a problematização do deputado: “como nós vamos admitir uma criança de 13 anos, 15 anos, 16 anos, 17 anos, estar morrendo aí como está morrendo. Ninguém nasce bandido, ninguém nasce cometendo crime. E se nós do poder público não cuidarmos, nós não vamos ter uma sociedade saudável”.

No decorrer do programa, o deputado Jorge Frederico também ligou ao programa e participou ao vivo. “O cidadão ele não quer só ter a sensação de segurança, ele ter a sensação de seguranças nas ruas com policiais qualificados”.

A ideia de proteção pessoal e segurança pública tem sido combustível para o comportamento social e político, senão, como explicar a crescente aquisição de equipamentos de segurança residencial e comercial, e os discursos políticos que prometem ações para efetivar ações para reduzir a criminalidade?

A ocorrência de casos de grande clamor social, como latrocínio, em plenas vias comerciais de Araguaína, ganham repercussão na mídia e respostas rápidas, mas não efetivas, costumam vir à tona nos episódios midiáticos. Em Araguaína, assim como as principais cidades do Estado, recebem anualmente uma audiência sobre segurança pública realizada por

políticos e representantes das áreas relacionadas, não se pode mensurar os resultados, mas a cobertura da mídia promove os organizadores, geralmente políticos, como especulamos em Bauman (2008):

Enquanto a proteção social se tornou um grande ponto de venda, talvez o maior; nas estratégias de marketing de mercadorias de consumo, a garantia da “lei e ordem”, cada vez mais confinada à promessa de proteção pessoal, se tornou um grande ponto de venda, talvez o maior, tanto nos manifestos políticos quanto nas campanhas eleitorais – ao mesmo tempo em que as ameaças à segurança pessoal foram promovidas à posição de grande trunfo, talvez o maior, na guerra de audiência dos veículos de comunicação de massa, aumentando ainda mais o sucesso dos usos comerciais e políticos do medo. (como diz Ray Surette, o mundo visto pela TV parece constituído de “cidadãos-ovelhas” protegidos de “criminosos-lobos” por “policiais-cães pastores”).

No VT “PM encontra veículo roubado na noite de quinta-feira”, o apresentador comenta:

A PM recupera carro roubado vinte minutos após o roubo. É o que eu falo, meu irmão, a polícia tem trabalhado, a polícia tem se esforçado. O que se faz necessário é uma força-tarefa e juntar todo mundo, juntar forças e combater a criminalidade.

E logo após o VT, o apresentador comenta:

Parabéns à Polícia Militar! Parabéns a esses profissionais engajados, esses profissionais que trabalham diuturnamente no combate à criminalidade. [...] a gente critica os órgãos de segurança pública, mas são críticas à cúpula da segurança pública no Estado do Tocantins. Porque sabemos do empenho da polícia militar, do empenho da polícia civil, com falta de estrutura, com falta de pessoal, às vezes tem delegacia que até com o aluguel atrasado, a gente conhece, a gente sabe [...] A gente critica, a gente se revolta com a cúpula da segurança pública desse Estado por que não se reúne, por que não junta todo mundo, por que não planeja, por que não cria uma força-tarefa e manda para Araguaína, por que não parte para cima da criminalidade. Não jogando a responsabilidade em cima da polícia civil, em cima da polícia militar, a responsabilidade é do Estado, é do secretário de Segurança Pública e da cúpula de segurança pública.

Ele também provoca a participação do telespectador: “como você está vendo esta onda de violência, esta de criminalidade na cidade de Araguaína? Eu quero a sua opinião, telespectador!”.

Só quero pedir uma ajuda a você, repórter do Voz do Povo, em questão do nosso setor, Lago Azul 4, 1 e 3. Estamos precisando de policiamento lá. Tá perigoso! Agora a pouco tinha uns cara andando a pé, entrando nas casas armado, tão andando armado lá durante o dia. Hoje pela manhã tentaram assaltar as crianças que estavam à espera do ônibus escolar no ‘Bom Vizinho’, pertinho da minha casa. Então, quero pedir a sua ajuda para que mandem mais viaturas para lá, principalmente na hora que as crianças estão saindo da escola porque tá muito perigoso, nós estamos vivendo um momento de ter medo de sair de casa, estão não estão mais nem aí. Tá horrível! (moradora do Lago Azul 4).

A sociedade cobra a quem é de direito a garantia da segurança pública, como explica Coimbra e Santos (2016):

A ineficácia começa a servir como justificativa para a tomada de medidas com o intuito manifesto de enrijecer o sistema, mas de forma latente, assume a função de controle social. Tal situação acaba ganhando amplitude com a importância midiática que ganham os crimes e a violência urbana, sobretudo quando causam comoção pública, o que leva a população a reclamar atitudes endurecedoras pelo Estado, formando-se assim um círculo vicioso.

Acreditamos que propagar as ações, por meio da mídia, é um tipo de estratégia das autoridades para maximizar a força policial diante do controle social.

Dia 6 – 07/10/19 – Programa Lucas Lima na TV (independente)<sup>10</sup>. Também marcado pelos comerciais dos patrocinadores no início, logo em seguida, o apresentador demonstra sua religiosidade relacionado aos fatos que vai veicular no programa: “Todos os dias nós iniciamos o nosso programa pedindo a Deus que traga paz para a nossa cidade, porque foi um final de semana de muita violência. Final de semana de muitas ocorrências policiais”.

---

<sup>10</sup> Programa veiculado de segunda à sexta, de 7h às 8h, na TV Aratins / TV Meio Norte. Apresentador Lucas Limas. Edição do programa disponível em: <https://www.facebook.com/lucaslimanatv1/videos/1219910468182118/>

<b>Retranca</b>	<b>Editoria</b>
1. Caminhão invade residência em Araguaína	Cidade
2. Carro roubado é recuperado pela polícia militar	Polícia
3. Abelhas atacam suspeito que entrou em matagal durante perseguição policial em Araguaína	Polícia
4. Opinião sobre a eleição do Conselho Tutelar	Política
5. Jovem é vítima de tentativa de homicídio e suspeitos são detidos pela Polícia Militar	Polícia
6. Homicídio no setor Tereza Hilário em Araguaína	Polícia

Dia 7 – 08/10/19 – Programa Pancadão na TV (independente)<sup>11</sup>. Veiculado em um horário menos convencional, o programa vai ao ar à noite, mantendo o início com o comercial dos patrocinadores.

<b>Retranca</b>	<b>Editoria</b>
1. Atração musical	Cultura
2. Jovem é baleado na porta de casa	Polícia

Após a veiculação da matéria “Jovem é baleado na porta de casa”, o apresentador comentou.

Mais um brilhante trabalho da polícia militar, que não tem medido esforços para com a segurança do cidadão araguainense e do Tocantins, juntamente com a polícia civil. Nossos sinceros agradecimentos a toda polícia militar, corporação da polícia militar, polícia civil, e também polícia federal.

Dia 8 – 09/10/19 – Araguaína Urgente<sup>12</sup>. O programa possui escalada das notícias do telejornal. O apresentador frisou no início do jornal ao chamar a primeira matéria policial: “eu sempre digo, a Força Tática tá sempre na cidade e você não pode brincar com a Força Tática”.

<sup>11</sup> Programa veiculado de segunda à sexta, de 20h às 21h, na TV Aratins / TV Meio Norte. Apresentador Ricardo Pancadão. Edição do programa disponível em: <https://www.facebook.com/2376556785734667/videos/1034394580236284/>

<sup>12</sup> Programa veiculado de segunda à sexta, de 18h50 às 19h20, na TV Amazônia / Band. Apresentador Rodrigo Magalhães. Edição do programa disponível em: <https://www.facebook.com/araguainaurgenteBand/videos/524455238338969/>





<b>Retranca</b>	<b>Editoria</b>
1. Após roubo de um veículo, Polícia Militar conseguiu capturar um jovem e apreender um menor	Polícia
2. Duas quadras foram isoladas na rua rodoviária, no Bairro São João, em Araguaína, após os ataques de abelhas	Cidade
3. Após suspeita de traição, marido agride e acaba lesionando com chave de fenda	Polícia
4. Durante dois dias um homem ameaça se jogar de um torre por causa da separação	Estado

Dia 9 – 10/10/19 – Repórter Araguaína (independente)<sup>13</sup>. Segue após os cerca de cinco minutos de comerciais dos patrocinadores, uma escalada destacando a atuação da polícia militar. A veiculação do VT “PM faz abordagem a ônibus que vinha do Pará” destaca o trabalho preventivo da polícia militar, visto que não foi verificado nenhuma contravenção:

[...] Daqui a pouco nós vamos falar sobre uma confusão danada que teve lá nas proximidades da rodoviária na cidade de Araguaína. [...] Nós vamos mostrar também um bom trabalho da polícia militar na cidade de Araguaína, fazendo um trabalho preventivo, fazendo abordagem [...].

E dando um destaque retórico à fonte oficial:

O mais importante é que a polícia militar ela tá diuturnamente trabalhando para proporcionar segurança à sociedade. E isso não tem hora, não tem lugar, nós somos sempre presentes. Então, vai um recado para você que vai cometer crime: nós, polícia militar, não vamos deixar você respirar, saiba disso. Este é o nosso papel! Cidadão de bem: viva bem em Araguaína. Você que comete crime, seu lugar já sabe: cadeia.

<b>Retranca</b>	<b>Editoria</b>
1. PM faz abordagem a ônibus que vinha do Pará	Polícia
2. Dois homens são levados à Delegacia após briga, por suspeita de traição	Polícia

<sup>13</sup> Programa veiculado de segunda à sexta, de 18h às 19h, na TV Aratins / TV Meio Norte. Apresentador Renato Gomes. Edição do programa disponível em: <https://www.facebook.com/1209437662515818/videos/568966443935391/>

Dia 10 – 11/10/19 – Ronda do Povão (independente) <sup>14</sup>.

Retranca	Editoria
1. Suspeitos de assaltar passageiros de van são presos pela PM de Nova Olinda	Polícia
2. Atração musical	Cultura

Entendemos que o tema se relaciona com outras discussões necessárias, como as representações sociais geradas por essa massificação da cobertura da violência pela mídia, que nos propomos a debater, visto que a ideologia disseminada nos meios de comunicação de massa é preocupante, os quais buscam elevar os seus níveis de audiência por meio de um conteúdo jornalístico substancialmente sensacionalista.

## 2.2 A pauta é a violência

A prática do jornalismo é baseada nos acontecimentos factuais. Ocorre que o modo como esses fatos são relatados é que dá sentido a uma perspectiva do que é real, ou seja, uma representação do fato. Emergem das narrativas jornalísticas efeitos sobre o lugar que se descreve, como fala Oliveira Jr. (2012) em relação aos lugares geográficos:

Os lugares geográficos são, eles próprios, produtos narrativos que se constituem tanto daquilo que se manifesta física e socialmente neles quanto dos discursos e falas que se dobram sobre eles. Dito de outra forma, o que se diz do Rio de Janeiro - seja em palavras ou imagens - é tanto o Rio de Janeiro quanto todas as construções e pessoas e relações naturais e sociais que se dão naquele ponto do território brasileiro. Isso porque não nos relacionamos e agimos em relação a um lugar - o Rio de Janeiro, por exemplo -, somente com o que existe lá, mas sim, e principalmente, pelo que sabemos de lá - esse saber não é apenas informativo, mas também e fortemente afetivo [medos, atrações, simpatias, amores etc]. O afetivo é aquilo que nos afeta, seja de uma forma ou de outra, aquilo que nos marca e se mantém em nossa memória, de modo a

<sup>14</sup> Programa veiculado de segunda à sexta, de 13h às 14h, na TV Aratins / TV Meio Norte. Apresentador Walison Silva. Edição do programa disponível em: <https://www.facebook.com/walisonilva.official/videos/775770016177178/>

tomar-se mediação em nossa maneira de nos relacionarmos com esse lugar'.  
(p.122-123)

Bourdieu (1997, p.26) fala sobre o trabalho com as palavras: “Porque essas palavras fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias ou, simplesmente, representações falsas”. Segundo o autor, causa o ‘efeito de real’: “[...] a simples narração, o fato de relatar, *to record*, como *repórter*, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização). (grifos do autor)”.

É muito interessante trazer a reflexão de Bourdieu (1997) que se debruçou sobre a temática da televisão, assimilando com as nossas discussões sobre violência. O autor fala sobre a produção na televisão: “O princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à *dramatização*, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico. (grifo do autor)”. (BOURDIEU, 1997, p.25)

Importante também a provocação de Bauman (2008) sobre o critério de ‘interesse público’ sobre a criminalidade. De maneira alguma ele nega a realidade do crime e dos perigos a ele relacionados, mas supõe que é supervalorizado:

A questão é, contudo, que o peso do crime entre todas as outras questões de interesse público tende a ser avaliado, tal como o de outros alvos da atenção do público pela extensão e intensidade da publicidade que lhe é concedida, e não por suas qualidades inatas. O vívido retrato do fenômeno da “celebridade” pintado por Joseph Epstein captura de maneira semelhante os aspectos mais conspícuos do fascínio exercido pela proteção – essa, por assim dizer, “celebridade negativa” genérica da era líquido-moderna. (BAUMAN, 2008).

O fenômeno descrito basearia-se numa “promoção cuidadosa”, “transmissão de uma façanha”, mas também “na invenção de alguma coisa que pode passar por uma façanha”, “algo que não chega sequer a existir”, segundo o autor do termo.

Esses pressupostos nos levam a considerar que a divulgação desenfreada da temática violência atinge a sociedade, que está exposta à representação da violência criada pela mídia, como esclarece Castells (2015),

[...] as ideias são processadas na sociedade de acordo com a maneira como são representadas na esfera da comunicação. E, em última instância, essas ideias atingem os clientes de cada rede, dependendo do nível de exposição das clientelas aos processos de comunicação. (p.92).

Tratar o tema violência é obrigação social da mídia, e não só dos governos e sociedade civil organizada, mas o que verificamos é que a violência na cidade gera notícias e mais notícias sobre criminalidade, sem problematizar.

#### **4 Considerações finais**

Como pudemos observar, a mídia televisiva mantém em seus programas destaque para os fatos relacionados a editoria polícia, com inserções de outros temas ocasionalmente. A imprensa de Araguaína tem um direcionamento específico de cobertura, fazendo ronda do dia para acompanhar a ação das polícias, um dos fatores que implica na padronização dos acontecimentos pautados pelos veículos de comunicação televisivos. Não obstante a veracidade dos fatos e o interesse público como critérios de noticiabilidade, a cobertura jornalística realizada pelos veículos de comunicação levanta questionamentos sobre a definição de pautas jornalísticas.

A seleção e priorização de notícias criminais, em detrimento de outras, é relativo às técnicas de produção que tem por objetivo tornar os produtos jornalísticos atrativos para que gerem audiência e lucro. Essa é uma visão economicista daquilo que é um bem público - concessões públicas, impossibilita o uso de serviços públicos, indiretos, para o bem estar social da população.

Essa unilateralidade no domínio dos instrumentos interfere na sociedade: “O estoque de informações, inclusive as que concernem a cada indivíduo em particular, é manipulado por uma poucas pessoas, que podem fazer dela um uso indevido” (SANTOS, 2007, p.155).

Democratizar o acesso à informação perpassa por qualificar esse produto que chega à sociedade, de forma que a informação seja de interesse social legítimo e que os instrumentos dela sejam partilhados por todos.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O Poder na Sociedade em Rede**. In: O poder da comunicação. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

COIMBRA, Amanda Cruz; SANTOS, Cleidmar Avelar. Laranja Mecânica e as abordagens das teorias sobre crime. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 21, n. 4879, 9 nov. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/53613>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo [orgs]. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

NEVES, Milton. **O Merchandising e o Jornalismo**. Disponível em: [http://portalimprensa.com.br/revista\\_imprensa/chamadas/42656/artigo+o+merchandising+e+o+jornalismo+por+milton+neves](http://portalimprensa.com.br/revista_imprensa/chamadas/42656/artigo+o+merchandising+e+o+jornalismo+por+milton+neves)

OLIVEIRA JR., Wenceslao Machado de. **Lugares Geográficos e(m) Locais Narrativos: um modo de se aproximar das geografias de cinema**. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar? geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

## Capítulo 4

### Povos indígenas: violência na mídia, violência da mídia

*Laudovina Aparecida Pereira*<sup>1</sup>

*Darlene Teixeira Castro*<sup>2</sup>

O problema central que conduziu a autora a escrever este capítulo, foi perceber que a chamada grande mídia, ou mídia tradicional escrita, televisionada e radial quando se refere aos povos indígenas os tratam de forma violenta, ou os mostram de forma violenta, ou, ainda, não veiculam a realidade dos fatos. O que leva à ampliação de preconceitos ou manutenção de estereótipos.

No intuito de colaborar com a reflexão sobre a possibilidade de uma mídia comprometida com o respeito aos direitos humanos e com a garantia dos direitos dos povos indígenas, a autora apresenta sua reflexão com base teórica de cientistas da Comunicação como Pereira (1998), Thompson (1998), Bahia (2009), Shecaira (2001), Castells (1999), Debord (1997), Sodré (1991,1992, 2002), Rossi (2000), Souza (2005), Garfield (2011), Motta e Oliveira (2015) e Nogueira (2017).

A pesquisa ocorreu por meio dos descritores: mídia, violência, povos indígenas, direitos humanos e cultura de paz; nos últimos 20 anos, através da plataforma “Google Acadêmico”. Dentre os títulos, particularizou-se o

---

<sup>1</sup> A autora   bacharel em Comunica o Social pelo CEULP/ULBRA e Pós-graduando na Especializa o em Ensino de Comunica o/Jornalismo: temas contemporâneos, pela Universidade Federal do Tocantins/UFT.

<sup>2</sup> Doutora em Comunica o e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunica o da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Ciência da Informa o pela PUC-Campinas e Graduada em Comunica o Social/Jornalismo (ULBRA) e Letras (ULBRA).   professora pesquisadora na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Atualmente   líder do Grupo de Pesquisa em Comunica o e Cultura Contemporâneas.   professora colaboradora do Mestrado em Comunica o e Sociedade da UFT. E-mail: [darlene.tc@unitins.br](mailto:darlene.tc@unitins.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1867-3804> Titula o. E-mail.

período de 2015 a 2017, para que o artigo pudesse expressar os estudos mais recentes.

Recorreu-se às normativas em Direitos Humanos como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007) e o Plano de Ação do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos – III fase (2015 – 2019). Opção que teve por objetivo fundamentar as bases teóricas nacionais e internacionais, com a perspectiva de que os profissionais de mídia se comprometam com os direitos humanos, a não violência e com a Cultura de Paz.

A experiência de trabalho do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e seus veículos internos de comunicação social, bem como as novas formas de comunicação digital e áudio visual (boletins eletrônicos, jornais, documentários em vídeo, relatório anual sobre violência etc.) servem para ilustrar o modelo de mídia em referência, ainda que de forma alternativa. Sendo este modelo uma experiência de indicações para o comprometimento ético e não violento de jornalistas e veículos de comunicação com a causa indígena.

Diante da seriedade das causas e consequências da atual realidade indígena, e da formatação das notícias veiculadas, reafirmou-se que não há políticas estatais para os povos indígenas, e que eles sofrem graves violações de direitos com essa ausência. Fato que provoca o aumento da violência física, institucional e político-jurídica.

Rocha *et al.* (2018, s/p) referem que os constantes ataques sofridos pelos povos indígenas, por não índios, acontecem principalmente no intuito de ampliação do agronegócio e do capital. No entanto, isso se trata de uma falácia sob a alegação do fortalecimento da economia brasileira. Para tal, colabora a mídia, que, em razão disso, aprofunda a violência da sociedade contra as comunidades indígenas.

Apesar dos avanços da Constituição Federal, segundo Rocha *et al.*, pela supremacia dos interesses de determinados grupos, com os especiais auxílios governamentais, os direitos dos povos indígenas acabam mitigados, violentados e invisíveis também para as futuras gerações.



## 1 Mídia e violência

Mais do que nunca, nesse início do século XXI, constata-se que a mídia representa, nas sociedades atuais, um quarto poder, conforme define Pereira (1998) já no final do século XX:

A mídia é, [...], vista como um quarto poder, nesse modelo de sociedade, duas teses predominam. Uma que defende o pressuposto de que a mídia é pautada por interesses políticos; outra que os interesses comerciais é que definem seu comportamento e a cobertura de assuntos.

Esta constatação depreende-se da observação de que muitas matérias veiculadas pela imprensa são versões de um mesmo episódio, e que cada versão atende a diferentes interesses, quase sempre de fundo político-econômico. Isso não significa, entretanto, que o jornalista pode prescindir, ou não se esforça, ao menos, pela busca da verdade. Uma matéria jornalística ou midiática<sup>3</sup> é escrita por muitas mãos até chegar ao seu interlocutor ou espectador. Sabe-se que o fato passa por uma série de edições, no sentido de que a informação ou notícia<sup>4</sup> veiculada, atenda às aspirações de uma sociedade. Esse grupo humano, em sua maioria, se alimenta de espetáculos e tem ânsia do grotesco, do bárbaro e do violento, reflexos das contradições e desequilíbrios do sistema no qual está inserido.

No entanto, alguns autores divergem sobre até que ponto, diante dos pressupostos que garantem a mídia como um quarto poder, pode-se confiar na sua objetividade. Outros, também, divergem sobre o quanto se pode confiar na seriedade e fidedignidade das informações veiculadas pela mídia.

Bahia (2009, p. 15) afirma que é preciso conjugar equilíbrio e honestidade na procura da informação, e que “a informação objetiva é, assim,

---

<sup>3</sup>Matéria jornalística são títulos ou abordagens sobre temas ou fatos comunicados sob a forma principal de informação, artigo, notícia ou reportagem. Em jornalismo, matéria é sinônimo de material jornalístico.

<sup>4</sup> Segundo BAHIA, Juarez, “substância da comunicação, informação nem sempre é o mesmo que comunicação, embora não haja diferenças profundas entre uma e outra.” (1971, p. 10)

uma resposta à notícia escandalosa, interesseira, imprecisa, manipulada”. O autor refere que se trata da tentativa incessante de oferecer ao leitor, todos os dias, um quadro o mais realista possível. É o chamado compromisso com a verdade, que supostamente todo veículo jornalístico deveria assumir.

Porém, para Rossi (2000, p. 8 *apud* SOUZA, 2005, p. 2) a evidência de que a objetividade é impossível, acabou por transferi-la

a todas as páginas dos jornais. Afinal, entre o *fato* e a *versão* que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa há a mediação de um jornalista (não raro, de vários jornalistas), que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um *background* pessoal, eventualmente opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando, o que leva a ver o fato de maneira distinta de outro companheiro com formação, *background* e opiniões diversas.

Aparece, portanto, o fenômeno da simulação em que, segundo Sodré (2002), a mídia espelha uma realidade, mas não como simples cópia, reprodução ou reflexo. Essa visão implicaria uma nova forma de vida, que traria novas formas de interpretação coletiva. Neste contexto, reconhece-se que a mídia dispõe “de um potencial de transformação da realidade vivida, que não se confunde com manipulação de conteúdos ideológicos”, conforme o referido autor (p.23)

Por outro lado, Souza (2005) explica que, na mídia e sociedade do espetáculo, “há uma normalização de mensagens”, em que imagens de guerra real chegam a ser absorvidas como “partes de filmes de ação”. Na realidade, isto teria o impacto de provocar o nivelamento de todo o conteúdo no quadro de imagens de cada pessoa.

Segundo Castells (1999, p. 358 *apud* SOUZA, 2005, p. 4),

[...] como representa o tecido simbólico de nossa vida, a mídia tende a afetar o consciente e o comportamento como a experiência real afeta os sonhos, fornecendo a matéria-prima para o funcionamento de nosso cérebro. É como se o mundo dos sonhos visuais (informação/entretenimento oferecidos pela televisão) devolvesse ao nosso consciente o poder de selecionar, recombinar e

interpretar as imagens e os sons gerados mediante nossas práticas coletivas sob as preferências individuais. É um sistema de *feedbacks* entre espelhos de formadores: a mídia é a expressão de nossa cultura, e nossa cultura funciona principalmente por intermédio dos materiais da mídia.

Trata-se, portanto, de um binômio influenciador entre emissor (ora, a mídia – quando veicula as informações; ora a sociedade – quando disponibiliza os fatos), e, no caso do receptor (ora a mídia – quando capta a informação para transformá-la em persuasão da consciência, do espetáculo; ora a sociedade – quando recebe a notícia, ingere e degusta seus efeitos, chegando a disseminá-la coletivamente). Gerando, assim, a cultura de um determinado grupo social.

Shecaira (2001, p. 356) concorda com Castells, quando defende que “sentimentos intensos e ocultos, como a agressividade, os preconceitos sociais, raciais e morais e, principalmente, os medos ganham vida própria no grande espetáculo”. Não se pode negar, portanto, diante de tantas reflexões que se articulam, que além de espetacularizar a violência e o grotesco, a mídia cria e provoca novas formas de furor, comunica e reinventa o grotesco e cria novos espetáculos.

Diante dessa análise, Sodré (1992, p. 22) já definia o grotesco como uma “categoria estética mais apropriada para a apreensão desse *ethos* escatológico da cultura de massa nacional”. É aquilo que escapa do considerado normal à pessoa; algo que parece distante dela. O autor acrescenta, ainda, que o conceito possa ser estendido à esfera da cultura de massa: “o miserável, o estropiado [...], são grotescos em face da sofisticação da sociedade de consumo, especialmente quando são apresentados como espetáculo”.

Essa face macabra da mídia também foi abordada por Debord ([1997] *apud* NOGUEIRA, 2017, p. 11) que cunhou a expressão “sociedade do espetáculo” para definir a “avidez do público pelo espetacular; pela visibilidade que a mídia possibilita aos vários agentes sociais que, por sua vez, dominam códigos midiáticos [...]” e que, por sua vez, “[...] tornam os assuntos adequados à lógica do espetáculo; pelas ações sociais que incorporam a

dimensão midiática; e pela interpretação de que a “realidade” é a “realidade” criada pela mídia’. (NOGUEIRA, 2017, p. 11).

O poder indiscutível da mídia – até por ser reconhecida como quarto poder, exige da sociedade uma reflexão bem mais profunda sobre as causas e consequências que esse instrumento de veiculação de fatos provoca na cultura social.

Segundo o que demonstra Souza (2005, p. 13), é preciso que se questione a “imprensa enquanto instituição”, diante da constatação de que, praticamente, todos os veículos dão um tratamento à informação e à notícia de forma sensacionalista<sup>5</sup>. Desta forma, afasta-se o resultado que deveria advir da função da mídia, aquela de “formar” e “informar”; para, em seu lugar, aprofundar distorções éticas e estéticas. Opções midiáticas que não são pautadas na verdade, na justiça, na igualdade, no respeito e na não violência. O que reforça que a sociedade prefere e cria o grotesco.

Para o controle social e a sociedade civil organizada em movimentos, além das instituições que fazem o controle da mídia, torna-se um dever exigir

[...] comprometimento com a verdade, devendo o jornalista ser fiel aos fatos, sem conferir a eles uma amplitude inexistente. A liberdade de imprensa, tão cara aos cidadãos brasileiros e muitas vezes ameaçada por governantes, deve ser exercida com ética e responsabilidade, livre de valores puramente comerciais. (SOUZA, 2005, p. 13).

É dever, portanto, defender a liberdade e a ética na imprensa como forma de garantir os direitos humanos, além de reconhecer o importante papel que a mídia exerce na promoção e educação deste referido universo. A mídia é considerada pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH – BRASIL/2007), como um patrimônio social. E, por essa

---

<sup>5</sup>Segundo Gabriella Porto “sensacionalismo” é o nome que se dá para uma postura na comunicação em massa, em que os eventos e assuntos das histórias são exibidos de maneiras muito exageradas, para aumentar a audiência dos telespectadores ou dos leitores. Pode incluir notícias sobre assuntos insignificantes e eventos que não influenciam a sociedade em geral, além de envolver apresentações tendenciosas de temas populares de uma maneira trivial, em formas de tablóide. Algumas táticas conhecidas incluem abordagens insensíveis, apelações emotivas, criação de polêmicas, notícias com fatos intencionalmente omitidos. Basicamente, quaisquer formas de se obter forte atenção popular. <<https://www.infoescola.com/jornalismo/sensacionalismo/>>.

responsabilidade, deve zelar pelos compromissos em torno dos direitos fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil e nos marcos dos Direitos Humanos Internacionais.

Segundo o PNEDH – BRASIL/2007, a mídia deve zelar pelos seguintes direitos: cultura de paz, o meio ambiente, a tolerância, o respeito à diversidade de etnias, respeito às raças, às pessoas com deficiência, às culturas, gêneros, orientações sexuais e religiosas, dentre outras. Ademais, os princípios para a ação dos meios de comunicação de massa são: a liberdade do exercício de expressão e opinião; o compromisso com a divulgação de conteúdos que valorizem a cidadania, reconheçam as diferenças e promovam a diversidade cultural (base da Cultura de Paz); e a apropriação de temas de educação em Direitos Humanos.

Mais do que a apropriação desses temas educativos, o Plano de Ação do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH)<sup>6</sup> – III fase (ONU, 2015, p. 18 – 23) apresenta o contexto em que a mídia e seus profissionais estão inseridos, considerando estratégica a sua formação. Premissa que deve se basear em inúmeros instrumentos como tratados internacionais e documentos nacionais sobre Direitos Humanos, em várias áreas. Além disso, em seu item 37, o referido Plano de Ação, realmente, prima por apontar as responsabilidades especiais dos profissionais de mídia no que tange aos Direitos Humanos, a saber:

37. Os instrumentos das Nações Unidas também especificam as responsabilidades dos profissionais de mídia e dos jornalistas quanto a respeitar os direitos humanos enquanto desempenham suas funções. As normas internacionais de direitos humanos reconhecem que o exercício de liberdade de expressão implica deveres e responsabilidades especiais e pode estar sujeito a certas restrições, por exemplo, por motivos de segurança e difamação, após rigorosos testes de legalidade, necessidade e proporcionalidade, bem como em relação a outras normas, como o direito à privacidade ou a proibição do discurso do ódio. O Comitê de Direitos Humanos, entre outros mecanismos, forneceu extensa jurisprudência e orientação oficial sobre essas questões. (ONU, 2015, p. 21).

---

<sup>6</sup>ONU. UNESCO. *Plano de ação: Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos - III fase*, p. 18 – 23, 2015.

Pode-se constatar que ao responsabilizar a mídia como ator estratégico, para a construção de uma cultura de paz e direitos humanos, os instrumentos internacionais e nacionais buscam claramente dar limites à função que essa teve até então. Ou seja: propagar e construir a sociedade do espetáculo e a cultura do grotesco e da barbárie. A sociedade encontra-se na plena vigência desta estratégia de educação em Direitos Humanos.

De posse de tal conhecimento, a sociedade deve engajar-se, ainda mais, na divulgação e monitoramento da mídia, em especial a chamada grande mídia. Esse empoderamento dos cidadãos os impulsionará a militar na defesa da mídia ética e responsável, como também, para que o maior número de jornalistas e suas instituições sejam formados e educados nos referidos paradigmas. Todo esse processo tem por objetivo alavancar o número de jornalistas para que cumpram autêntica e legitimamente suas funções sociais dentro da modernidade.

## **2 Mídia, violência e povos indígenas**

Quando se fala em limitar a prática jornalística de conformação ética e com os parâmetros de Direitos Humanos, sobeja discutir e debater o tema da violência, já tão corriqueiro, tanto no questionamento quanto no exercício da mídia. Segundo Nogueira (2017), a violência é discutida pelas pessoas em seu cotidiano. Tanto pelas pessoas simples, em seu conhecimento do senso comum, quanto por intelectuais de diversas áreas, além de políticos e empresários. O que leva, naturalmente, à discussão sobre os meios de comunicação de massa, que, em geral, promovem e escrevem seus discursos sobre a violência com a tendência de massificá-los ou de torná-los normativos. Em geral, de forma fatalista.

A violência, sobretudo, faz parte dos interesses da mídia, “partindo do pressuposto de que as relações com a mídia são uma marca das interações sociais modernas” (THOMPSON, 1998). É preciso, então, que estes interesses sejam balizados, em referência ao combate da violência e das violações de direitos humanos. Já que é uma preocupação dos organismos

internacionais; inclusive, acrescentando-se, também, a própria segurança e sobrevivência dos profissionais de mídia.

Os temas relacionados com a mídia e violência geram maior preocupação aos organismos internacionais de Direitos Humanos, e são apresentados no Plano de Ação do PMEDH – III fase, principalmente em seu item 35, que preconiza:

35. Considerados em conjunto, os documentos e instrumentos internacionais destacam vários assuntos relacionados ao jornalismo, os quais os Estados-membros das Nações Unidas têm enfatizado. Um primeiro tema é o papel da mídia e do desenvolvimento. A liberdade de expressão, incluindo a liberdade para procurar, receber e divulgar informações por qualquer mídia, como previsto no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos (Art. 19), é uma condição necessária para que haja participação, transparência e responsabilização, as quais, por sua vez, são essenciais para a promoção e a proteção dos direitos humanos; e uma imprensa, ou qualquer outra mídia, livre, sem censura e sem obstáculos, é fundamental em qualquer sociedade para garantir liberdade de expressão. A Convenção sobre os Direitos da Criança destaca o papel e a responsabilidade dos meios de comunicação de massa na disseminação de informações e materiais de interesse social e cultural para as crianças, levando em conta as necessidades linguísticas de crianças que pertencem a minorias ou a comunidades indígenas (Art. 17). A Declaração da UNESCO afirma que a mídia de massa tem uma função essencial a desempenhar na educação em direitos humanos, sobretudo entre os jovens, e pode efetivamente contribuir para combater “a guerra, o racismo, o apartheid e outras violações aos direitos humanos causadas, entre outros, pelo preconceito e pela ignorância” (Art. III (2)). A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial reconhece que medidas efetivas nos campos de educação, ensino, cultura e informação podem combater preconceitos que levam à discriminação racial (Art. 7). (ONU, 2015, p.20).

Chega-se ao ponto central deste estudo, que é tanger a questão de como a mídia trata ou subleva a questão da violência e os povos indígenas. Esse grupo, denominado povos originários, corriqueiramente está imerso e vulnerável às contendas sociais, culturais e estruturais em relação com o Estado e com a sociedade. A questão da posse da terra tradicional se torna

tema candente e principal, segundo Garfield (2011), referindo-se ao estado do Mato Grosso que representa bem essa realidade.

A terra sempre foi fonte de poder e prestígio [...] além de ser uma maneira de cimentar acordos políticos e apoio eleitoral. Obviamente, nesse contexto, as terras dos Xavante, desde sua “pacificação”, em 1946, também são vistas como cenários para a acumulação e expansão do capital. A década seguinte marca um período de venda desenfreada de terras públicas e dos indígenas no estado, e a pouca influência do governo federal no Centro-Oeste impede o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) de exercer autoridade sobre as políticas fundiárias do Mato Grosso. Como resultado, muitos dos territórios indígenas do estado são repassados a particulares. (MOTTA; OLIVEIRA, p. 434)

O exemplo do Mato Grosso ilumina a realidade histórica nacional sobre a importância da terra para o sistema governamental. Pois o Estado ou os interesses políticos e econômicos demonstram claramente seus objetivos por trás de cada uma de suas investidas contra os povos originários e/ou pequenos proprietários de terra. Fala-se, especificamente, do caso da desintrusão de Marãiwatsédé, que, segundo Motta e Oliveira (2015), foi significativo para pensar sobre a dinâmica de produção de representações sociais e o papel da mídia nesse processo.

Os autores elucidam que, mesmo tentando fazer alegações simplistas, a mídia revela aos poucos a complexidade da questão dos fatos e das diferentes abordagens. Motta e Oliveira (2015) exemplificam essa realidade recorrendo às matérias que se apresentam como dissidências, no cenário geral, de reportagens veiculadas. Exemplo dessa constatação é o caso de grupos tratados como homogêneos e coesos. Cita-se, nesse caso, os posseiros - apresentados pela mídia como resignados com a desintrusão, os quais queriam sair, mas eram ameaçados por resistentes.

Ainda no que tange às representações sociais de indígenas veiculados pela mídia, verificou que “diversas instâncias de formulação das narrativas sobre os fatos são colocadas em movimento: o que, quem, como, quando, por quê? (por) onde. [...] produzem representações as mais diversas” (MOTTA; OLIVEIRA, 2015, p. 454). As representações sociais são mutáveis



e sua amarração à dimensão contextual é percebida, por exemplo, quando o espaço, o âmbito geográfico e a distância concreta dos fenômenos, a que se referem, produzem variações nas representações sobre determinados fatos, destacam tais autores (2015).

Constata-se que, em diferentes situações, as estruturas sociais e contextos de interação constituem um mesmo processo de representação social em questões relacionadas com a terra. Percebe-se, então, o interesse em políticas desenvolvimentistas para mostrar o indígena em proximidade e cuidado com a natureza; em demonstrar as ligações existentes entre os políticos e os veículos da grande mídia; as influências de lideranças locais sobre suas comunidades.

Com base no caso da desintrusão de Marãiwatsédé, apresentada por Motta e Oliveira (2015), após a leitura de 73 textos jornalísticos, foi constatada a “ausência dos índios como fonte no discurso jornalístico e, por extensão, o peso social dado a eles no ambiente em questão” (2015, p. 455). Os autores afirmam que

Raríssimas vezes eles foram agentes de suas falas, quase sempre representados por órgãos oficiais, como a Funai, ou mesmo entidades ligadas aos indígenas, como o Cimi. A repercussão das decisões judiciais para os não índios é constante em todos os jornais, porém, nunca se sabe como os indígenas se sentiram frente aos vaivens jurídicos que os atingiam diretamente. No caso concreto, esse silêncio talvez esteja ligado ao isolamento geográfico imposto aos indígenas, em virtude do clima de ameaças constantes que recebiam. (MOTTA; OLIVEIRA, 2015, p. 455)

Há ainda referências de uma visão que apresenta os indígenas como pessoas “inertes, resignadas e incapazes de transitar pelos códigos não índios, ainda persiste na mídia” (MOTTA; OLIVEIRA, 2015, p. 456), e que há ausência de especialistas na produção dos textos e na audiência dessas fontes. Quanto à questão indígena, as abordagens jornalísticas se baseiam em opiniões peneiras de “achismos” e vieses, ou são produzidas com base em informações de órgãos oficiais. Geralmente, há manifestações mais favoráveis aos não índios, e, segundo Motta e Oliveira (2015, p.456), há a

reprodução de ‘certas formas de "coronelismo midiático", caracterizado pela instrumentalização dos meios de comunicação pelos líderes políticos do lugar’.

Os jornais impressos apresentaram, privilegiadamente, uma visão de que a desintrusão é um “desperdício de recursos e desrespeito aos produtores rurais, tomados como verdadeiros financiadores do País e da região – cuja economia se baseia na agricultura” (2015, p. 456). Leitura que evidencia a rivalidade entre grandes produtores e sua economia de monoculturas e a defesa de direitos dos povos indígenas, tidos como preguiçosos, “improdutivos e desnecessários”. Para os autores,

Confirma-se a denúncia de Jovchelovitch (2000, p.178-179) de que as representações sociais da mídia são “produto de lutas simbólicas que se relacionam com lutas maiores, presentes em todas as sociedades. [...] Alguns grupos possuem mais oportunidades do que outros para assegurar sua versão da realidade”. (MOTTA; OLIVEIRA, 2015, p. 456).

Certificou-se que, quanto maior for o veículo de comunicação e sua representatividade, em nível regional e nacional, a exemplo do jornal o *Estadão*, as ênfases serão fixadas nos aspectos jurídicos e legais. Com insistência em demonstrar que os índios são o polo mais fraco da relação jurídica. Há, entretanto, outros veículos, como a revista *Veja*, que “não vê problemas em se posicionar do lado dos não índios” (MOTTA; OLIVEIRA, 2015, p. 456). Os autores consideram, finalmente, que

A partir do panorama geral apresentado, percebe-se que a representação social dos indígenas em certos veículos e em determinadas situações é marcada pelo reforço de estereótipos já sedimentados, que os colocam como preguiçoso, atrasado, entrave ao desenvolvimento, mas também revela outras formas de considerá-lo, por exemplo, a partir de seu agenciamento político. (MOTTA; OLIVEIRA, 2015, p. 456).

Verifica-se que, ainda é presente na mídia e no senso comum da sociedade, aquela visão de que os indígenas são brutos, não civilizados, selvagens e silvícolas, ligados romanticamente à natureza. Para piorar, as

pessoas contrárias à causa indígena, em especial os produtores rurais, sem legitimidade, buscam adquirir tal direito pela

articulação de agentes políticos para induzir decisões judiciais a seu favor e pela manifestação pública até mesmo violenta e radicalizada, naturalmente, valendo-se do uso da mídia para tal finalidade. Sem crises de consciência, eles contribuem para uma visão grotesca e que vai de encontro à satisfação dos desejos e das representações da sociedade do espetáculo; que leva a uma barbárie e aprofundamento da violência sofrida pelos povos indígenas em geral. Cabe aqui a pergunta: “quem de fato é o bárbaro e o civilizado nesse debate?” (MOTTA; OLIVEIRA, 2015, p.456).

Além da questão da terra e do meio ambiente, outras questões referentes à violência aos e entre os povos indígenas, relacionadas com a mídia, dizem respeito também à preservação de suas culturas, às relações internas ao Mundo-Aldeia e ao Mundo-Estado, às relações de gênero etc. Porém, são pautas subutilizadas pelas mídias. Assim, questões como o acesso de indígenas à saúde, à educação, à segurança, à relação com outras sociedades, quase não são tratadas. Os principais veículos se limitam a tentar demonstrar aquela visão original do indígena coexistindo pacífica e ingenuamente com a natureza, e não suas lutas e interações com a sociedade estatizada.

Por trás desta omissão midiática, há a visão de que os indígenas estão assimilados pela cultura dominante, advinda do colonialismo e/ou que estão protegidos e resguardados no distanciamento e isolamento das aldeias. As imagens e discursos ainda os atrelam ao que nos trouxeram as literaturas românticas ou ao que a televisão insiste em demonstrar sobre a realidade de indígenas em novelas e minisséries. Destacam-se os homens como guerreiros, violentos, perigosos ou selvagens agressivos; enquanto as mulheres são submissas, inertes, desinteressadas.

Outras representações sobre indígenas advêm das novas mídias, em especial, as mídias eletrônicas manuseadas e instrumentalizadas pelos próprios indígenas (o que merecerá um artigo à parte, escrito pela própria autora deste estudo). Nesta nova perspectiva, os indígenas são vinculados

a imagens e discursos de libertação e que os inserem em uma realidade histórica dinâmica, mutável e humana.

### **3 O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a experiência da produção de vídeos, jornais, boletins, revistas e relatórios no enfrentamento à violência aos povos indígenas**

Um exemplo de como a mídia pode veicular uma visão que condiga com a realidade histórica-política e socioeconômica, e que vise superar um *status quo* que violenta ainda mais os povos indígenas, são as produções escritas e audiovisuais; em especial, as revistas e os documentários no formato de pequena e média duração de vídeos produzidos pelo Cimi Goiás-Tocantins. As produções tratam de temas candentes, como as questões relativas à demarcação e posse de terras; os modelos de agricultura e os principais trabalhos realizados pelos índios dos vários povos da região. Assuntos que também são abordados pela grande mídia, mas de maneira a favorecer prioritariamente o lado dos não índios.

Os documentários do Cimi se preocupam em demonstrar as culturas indígenas; sua relação com a produção e a preservação do meio ambiente; sua relação com a defesa das águas do Cerrado, com os rios e com as matas; a perspectiva de atuação proativa nas lutas pela demarcação de suas terras e pela recuperação de terras tradicionais. Destaca-se, especialmente, a produção agroecológica dos povos indígenas: o acompanhar e o articular com outros setores que defendem uma visão benéfica da agricultura familiar, agroambiental e agroecológica. Sempre em contraposição ao modelo de agronegócio de monocultura, ao modelo depredador, invasivo e tóxico que se (in) sustenta à base de agrotóxicos.

Há o esforço em demonstrar, por intermédio destas mídias, de forma pedagógica e adaptada à simplicidade inteligente destes povos, como os grandes projetos de desenvolvimento, em especial as hidrelétricas, as mineradoras e o agronegócio exportador de soja impactam de forma negativa

toda uma cosmovisão, uma organização política e a realidade material dos povos indígenas.

A autora<sup>7</sup> deste artigo escreve a partir de sua prática empírica e conhecimento profissional; pois, por ser jornalista, tem coordenado a produção destes materiais midiáticos do Cimi Goiás-Tocantins.

Em nível nacional, o Cimi divulga o Boletim *Mundo que nos Rodeia* que tem sua versão eletrônica, e o jornal impresso *Porantim*. Além de notícias sobre os temas já mencionados, as mídias escritas e audiovisuais, nesse nível, priorizam os depoimentos dos próprios indígenas. Exemplo o boletim eletrônico de junho<sup>8</sup> de 2017, que trata dos impactos da Barragem Norte sobre a terra indígena Lakãño / Xokleng.

A Barragem Norte, localizada no município de José Boiteux, é uma das três barragens que controlam o forte fluxo de água que entra no Rio Itajaí-Açu. Sua capacidade é de aproximadamente 355.000.000 m<sup>3</sup> que alagam uma área de mais de mil hectares de terra. Praticamente 90% desta área de alagamento concentram-se na Terra Indígena Laklãnō / Xokleng, a qual afeta mais de 650 famílias, totalizando aproximadamente 3.000 pessoas. (CIMI, 2017, s/p, *online*).

Nesta publicação, o Cimi se preocupou em veicular o seguinte manifesto do povo<sup>9</sup>:

1. Repudiamos o descaso do Poder Público, sua negligência na resolução da mitigação e indenização justa pelos impactos da Barragem Norte, expressa no não cumprimento de acordos e convênios firmados;
2. Repudiamos a forma como grande parte da imprensa catarinense noticia o caso, criminalizando o povo Laklãnō / Xokleng, acusando-os de ser uma ameaça ao Vale do Itajaí, criando imaginário de periculosidade, e, tratando o fato de forma unilateral, sem considerar o histórico descaso do Poder

---

<sup>7</sup> PEREIRA, Laudovina Aparecida. Jornalista, produtora de vídeos e documentários.

<sup>8</sup> Disponível em <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=9322>>, acessado em 23. Nov. 2017.

<sup>9</sup> O documentário citado está disponível em: *sobre a Barragem Norte*: <<https://www.youtube.com/watch?v=KTKN-mogdQAY&t=21s>>

Público, bem como os efeitos maléficos da Barragem Norte para com este povo;

3. Posicionamo-nos (Sic) contrários à forma equivocada da Defesa Civil catarinense de se manifestar sobre os fatos, dando margem a manifestações de hostilidades da população local contra o povo Laklãnõ / Xokleng;
4. Apoiamos as manifestações e reivindicações legítimas da comunidade Laklãnõ / Xokleng na defesa de seus direitos, diante do histórico processo de negligência e descaso do Poder Público;
5. Conclamamos a população do Vale do Itajaí e a sociedade catarinense a conhecer mais de perto a realidade do povo Laklãnõ / Xokleng, o histórico processo de violência, preconceito e sofrimento a que estão submetidos. É necessário e urgente estabelecer um diálogo franco e respeitoso. Sugerimos que assistam o documentário sobre a Barragem Norte [...].

Uma mídia coerente, preocupada com os direitos humanos dos povos originários e com a construção de um discurso e narrativa que coloquem os indígenas em situação protagônica, atuante e soberana, é verossímil. Mas, precisa ser assumida pela grande mídia. Apesar da qualidade e do empenho na disseminação destes veículos, pelas organizações indígenas e indigenistas - que são especialistas e se dedicam com empenho a esta causa, ainda existe um longo caminho a ser percorrido para a conscientização dos mass media. A título de exemplificação, os temas mais recorrentes nas publicações não violentas e especializadas do Boletim Mundo podem ser verificados, na publicação nº 979<sup>10</sup> que tratou especificamente da semana de manifestações contra a Usina de Belo Monte. A saber:

**Boletim Mundo que nos rodeia: Morosidade, paralisação, redução de Terras Indígenas... Está na hora de um ponto final**

*Ao mesmo tempo em que agia com lentidão relativamente à implementação do direito dos povos às suas terras, o governo inflacionou os financiamentos subsidiados e incentivos aos setores políticos...*

---

<sup>10</sup> Disponível em <[http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=5765&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=5765&action=read)

>. Acesso em: 24. Nov. 2017.

**Boletim Mundo que nos rodeia: Omissão do governo é a maior causa da violência contra os indígenas no Brasil**

*Um dos mais explícitos indícios da omissão governamental foi a total paralisação das demarcações de terras indígenas em 2013. Faça o download do 'Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas do...*

**Boletim Mundo que nos rodeia: Relatório da PF apontou ação de fazendeiros armados contra o povo Xakriabá de Cocos, mas nenhuma medida foi tomada**

*MILÍCIAS ANTI-INDÍGENAS? Interesses ligados ao agronegócio e à construção de barragens estão por trás da ofensiva de fazendeiros e capangas contra os indígenas. A demarcação segue paralisada.*

**Boletim Mundo que nos rodeia: Ka'apor fecham BR-316 pela expulsão de madeireiros das terras indígenas no Maranhão**

*O grupo ocupa a rodovia desde a manhã desta quinta-feira. Os indígenas sofrem com ameaças e frequentes ataques de grupos de madeireiros.*

**Boletim Mundo que nos rodeia: Indígenas de Apyka'i podem ser despejados para BR-463, onde oito já morreram**

*No MS, famílias Guarani-Kaiowá do TekoháApyka'i vivem momentos de tensão pelo iminente risco de despejo, que se ocorrer os forçará a voltar a viver nas margens da BR-463.*

(Fonte: CIMI, 2011, s/p, online). Formatação própria

Nas páginas virtuais do site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), encontram-se locados também os relatórios de violências, a partir do ano de 2003, os quais são consistentes no relato de uma realidade não apresentada nas grandes mídias. No link Observatório da Violência, merece especial destaque o Relatório de 2016, pois ele evidencia “aumento de violência e violação de direitos em comparação com 2015. Mortalidade infantil, suicídio, assassinato e omissão e morosidade na regularização das terras tradicionais, são alguns dos índices que aumentaram”. (CIMI, 2017, s/p, online).

Uma resenha contida no próprio site do Cimi afirma que

Os retrocessos políticos que vêm açoitando os direitos da maioria da população brasileira têm como um de seus principais focos a apropriação das terras ancestrais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. E, obviamente, dos bens comuns nelas existentes, como a madeira, a água e os minérios,

dentre tantos outros. Esta ofensiva anti-indígena, comandada pela bancada ruralista com apoio contundente dos poderes Executivo e Judiciário, extravasa os gabinetes oficiais e se concretiza “no chão”, tanto em ataques diretos às comunidades como no não cumprimento dos direitos constitucionais destes povos à demarcação de seus territórios, inviabilizando seu modo de vida tradicional. (CIMI, 2017, s/p, *online*).

A análise trazida no Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil (2016) evidenciou mais uma vez que a problemática principal da violência contra esse grupo está relacionada com a questão da terra, e que esta ferocidade aumentou. A publicação ressalta, ainda, que os registros da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) mostra a ocorrência de

735 casos de óbito de crianças indígenas menores de 5 anos em 2016. No ano anterior, haviam sido registradas 599 mortes. O maior número de mortes ocorreu na área de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Yanomami, com 103 óbitos, seguido pelo Dsei Xavante, onde foram registradas 87 mortes de crianças menores de 5 anos. É bastante preocupante também o elevado número de mortes de crianças nestas idades nas áreas de abrangência dos Dsei Maranhão (54), Médio Rio Solimões e Afluentes (53), Leste de Roraima (37) e Mato Grosso do Sul (30). Apesar da falta de mais informações sobre os óbitos das crianças, a própria Sesai reconhece que mortes ocorrem por falta de assistência e desnutrição grave. (CIMI, 2017, *online*).

Preocupantes, também, são os números de suicídios, cujos dados oficiais apontam e registram a ocorrência de 106 casos entre os povos indígenas no ano de 2016; 19 a mais que em 2015. Os registros evidenciam uma inquietante preocupação com a situação no estado do Amazonas. Local onde foram registrados 50 suicídios nas áreas de abrangência dos Dsei Alto Rio Negro (6), Alto Rio Solimões (30), Médio Rio Purus (6), Médio Rio Solimões e Afluentes (6) e Vale do Javari (2).

Os dados apontam, do mesmo modo, que em 2016 foram registrados 118 assassinatos de indígenas no País. O relatório denuncia: “Chama atenção o alto número de óbitos registrados na área de abrangência do Dsei Yanomami, um total de 44. O Mato Grosso do Sul foi o segundo estado com a maior quantidade de casos registrados em 2016; 18 assassinatos”.



## O relatório (CIMI, 2016) faz questão de demarcar que

[...] Uma das tragédias mais sintomáticas de 2016 ocorreu no município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul, e ficou conhecida como o “[massacre de Caarapó](#)”. O assassinato de Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza ocorreu em meio a um violento ataque perpetrado contra a comunidade Tey i Kue, do povo Guarani-Kaiowá, em uma retomada da Fazenda Yvu, incidente sobre a terra indígena que está em processo de demarcação no Ministério da Justiça (MJ). O acampamento foi barbaramente atacado por mais de uma centena de agressores armados que chegaram em caminhonetes, atirando, e queimaram motos e diversos pertences dos indígenas. Outras seis pessoas ficaram feridas, entre elas uma criança de 12 anos. Episódios como este são frequentes no Mato Grosso do Sul, e marcam com horror as tentativas desesperadas e inevitáveis de retomar as terras que, por direito, pertencem aos indígenas. (CIMI, 2017, *s/p, online*).

Ainda “houve o registro de 23 tentativas de assassinato; 11 casos de homicídio culposo; 10 registros de ameaça de morte; 7 casos de ameaças várias; 11 casos de lesões corporais dolosas; 8 de abuso de poder; 17 casos de racismo; e 13 de violência sexual” (Cimi, 2017, *s/p, online*). Confirma-se, portanto, a potente fonte de informações e de dados reais, a partir de uma labuta cotidiana com a realidade das várias etnias de povos indígenas no Brasil, realizada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A partir de uma ação técnica, profissional, ética e militante, e que nos leva a considerar que, por uma década e meia, pelo menos (2003-2018), pudemos veicular dados fidedignos da real situação dos povos indígenas de Goiás e Tocantins.

### **Considerações finais**

Neste artigo, refletiu-se, porém não exaustivamente, com margem à continuidade das reflexões sobre a ética e a responsabilidade da mídia em promover uma cultura de não violência, uma cultura de respeito aos direitos dos povos indígenas e da efetivação da paz.

Pôde-se constatar que, ao responsabilizar-se a mídia como ator estratégico para a construção de uma cultura de paz e direitos humanos, os

instrumentos internacionais e nacionais buscaram dar limites a esta função dentro da sociedade consumista, neoliberal, normatizado pelo urbano. Ao mesmo tempo em que estão à disposição, por meio destes instrumentos, os tópicos, conteúdos e ambientes favoráveis para a formação e para a proteção e segurança dos próprios profissionais de mídia. Não se justificando mais, a não ser pela adesão voluntária, que jornalistas exerçam suas funções sem nenhum compromisso com a verdade, com a ética e com a não violência.

Sustentar os anseios da sociedade do espetáculo não é meramente navegar sob os ditames desta mesma sociedade, mas, igualmente, aderir, aceitar de boa fé, agir em conluio. Atualmente, há, além dos instrumentos internacionais de direitos humanos e do controle social da mídia, as organizações de classes sindicais e de formação acadêmica e não formal, dispostas a realizar a educação em direitos humanos de qualidade.

Há, principalmente, os pares; e é com estes que se deve contar, com prioridade, na promoção e defesa de uma educação e comunicação para os direitos humanos e para a não violência. Quando se fala em pares, se fala em veículos de mídia; de formação coletiva de seus profissionais; além de organizações de jornalistas da sociedade civil e ligadas a essas empresas, se autofortalecendo e fazendo educação permanente para seus membros.

O engajamento que se propôs, no segundo tópico deste artigo, foi a criação de novas mídias, mais comprometidas com o controle social e com o monitoramento, em particular a chamada grande mídia. Ação que pode nos impulsionar a militar para que o maior número de jornalistas e suas instituições sejam formados e educados nos referidos parâmetros. Proposta que energiza um comportamento que cumpra autêntica e legitimamente suas funções sociais dentro da modernidade. Isto pode e deve ser feito pelas associações de classe jornalística, por organizações da sociedade civil, inclusive pelos cursos de nível superior e pós-graduações e pelas próprias organizações indígenas e indigenistas.

Os assuntos relacionados no conjunto de documentos e instrumentos internacionais de educação em direitos humanos destacam o papel da

mídia nas sociedades democráticas, na construção da paz, da democracia e do desenvolvimento. Mas, para isso, deve ser garantida a liberdade de expressão e a liberdade de existir, de ir e vir, a liberdade intrinsecamente dita.

Recorda-se, em especial, a declaração da UNESCO de que “a mídia de massa tem uma função essencial a desempenhar na educação em direitos humanos, sobretudo entre os jovens”, e pode efetivamente contribuir para combater “a guerra, o racismo, o apartheid e outras violações aos direitos humanos, causadas, entre outros, pelo preconceito e pela ignorância”. Pode-se dizer que tal função já está acontecendo, principalmente por meio das redes sociais virtuais e mídias alternativas, que precisam, no entanto, também serem controladas socialmente e serem reguladas por marcos jurídicos e econômicos que favoreçam ao acesso universal.

Reafirma-se, também, que a mídia tem o dever de manifestar outras representações sociais sobre indígenas das etnias do Brasil, que atualmente vivem em uma realidade histórica dinâmica, mutável e socializada, advindas, sobretudo, da realidade de inclusão digital e das novas mídias. Em particular, as mídias eletrônicas manuseadas e instrumentalizadas pelos próprios indígenas.

É notável mencionar a contribuição que deve ser dada pela mídia em discutir e demonstrar os temas conflitantes, geralmente bilaterais, que atingem os povos indígenas de forma negativa e violam seus direitos; e que, além disso, são disseminados desfavoravelmente aos povos originários.

Entre estes temas, está a questão da morosidade, paralisação, redução, não demarcação e desintrusão de terras indígenas; a omissão do Estado, dos governos e da sociedade urbanizada, como causa e manutenção da violência contra os povos originários no País. Acrescentando-se, ademais, a impunidade de grileiros, posseiros, fazendeiros, madeireiros, mineradores, milícias anti-indígenas, grandes empresas nacionais e transnacionais com suas várias formas e práticas que impetram violência a este agrupamento social do Brasil.

Cabe a nós, jornalistas e comunicadores sociais, preparar uma pauta de comunicação comprometida com a não violência e com a ética. Instrumento novo, que não seja somente favorável ao capital e aos grupos de poder; que seja hegemônico e preferido pela sociedade. Longe de nós, a sociedade do espetáculo; longe de nós, o aplauso ao grotesco; longe de nós, a barbárie. Em contraposição, que seja dado lugar ao especializado, ao compromisso com a verdade e com os sujeitos aos quais defendemos, a exemplo do trabalho jornalístico realizado pelo Cimi, no Brasil; e, em especial, pelo Cimi Goiás/Tocantins.

## Referências

- ALVES, José Augusto Lindgren. **Os Direitos Humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. V. 2. 4. Ed. rev. e aum. RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. V. 1 (A era da
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência, pesquisa de antropologia política**. São Paulo: Cosac&Naif, [1983]2004.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para Oeste e os índios Xavante (1937-1988)**. São Paulo: UNESP, 2011.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Umesp, informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MOTTA, Diego Airoso da; OLIVEIRA, Natália Araujo de. A leitura da mídia ao processo de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé. **Interseções** [Rio de Janeiro], v. 17 n. 2, p. 429-458, dez. 2015.

NOGUEIRA, Sílvia Garcia. **A violência, o campo midiático e a construção social de uma cultura de direitos humanos**. Artigo científico. Rio de Janeiro – RJ, 2017. Disponível em: Google acadêmico. Acesso em: 16.11.2017.

ONU. UNESCO. **Plano de ação: Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos – III fase**. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos: Brasília – DF, 2015.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000. São Paulo: Ática, 1990.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Mídia e criminalidade. In: \_\_\_\_\_. **Estudos criminais em homenagem a Evandro Lins e Silva**. São Paulo: Método, 2001. p. 353-67.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco** – introdução à cultura de massa brasileira. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

\_\_\_\_\_, PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

\_\_\_\_\_. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ, 1991.

SOUZA, Diana Paula de. **Jornalismo e Criminalidade**: a produção midiática da violência e suas implicações nas leis penais brasileiras. **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – UERJ – 5 a 9 de setembro de 2005.

## Capítulo 5

### **História e Propaganda: Discussão sobre a construção identitária da mulher negra na publicidade brasileira**

*Monnalisa Coelho Viana*<sup>1</sup>

*Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior*<sup>2</sup>

#### **Introdução: identidade e representações**

O processo de construção identitária passa pelas representações sociais, influenciados pelos meios de comunicação, pelos grupos sociais, seja ele família, escola, religião, entre outros. Ou seja, pensar sobre representação é pensar em um sistema cultural e refletir sobre a relação entre a cultura e os significados, onde se estabelece identidades individuais e coletivas das quais podemos nos apropriar ou reconstruir. Sendo assim, existe uma cultura midiática que oferece aos espectadores base para que eles possam muitas vezes construir seu senso social, de classe, raça, nacionalidade e gênero, ela ajuda na construção da identidade e de distinção na determinação do que é o outro.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado para obtenção de título de especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas contemporâneos, do Observatório de Pesquisas Aplicadas em comunicação e Educação (Opaje) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Orientador prof. Dr. Gilson Porto.

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA) e licenciado em Pedagogia pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo e Pedagogia da UFT. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). Email: gilsonportouft@gmail.com.

O conceito de identidade é formado a partir da reunião de elementos naturais ou coletivos de um grupo que comportam duas dimensões: a pessoal e a social. O sujeito social é resultante de um processo de reflexão em que avalia a si e aquele que o cerca. Onde o processo de construção da sua identidade não é estático-, e pode ser alterado por pressões externas e internas. As externas são provenientes de uma exigência da sociedade, onde a pessoa para ser aceita tem de possuir determinadas características, de preferência as consideradas, ideologicamente, “certas”. As pressões internas, diferentemente, nascem das experiências que o indivíduo tem desde a infância, como os adultos que, fizeram parte de seu desenvolvimento, transmitiram informações importantes de conceitos básicos da convivência humana, como, por exemplo, aprender a viver em sociedade.

Por isso, ao abordar sobre identidade é preciso tratar de representações, pois é por meio das representações que a identidade sofre influência em sua construção. Segundo Silva (2000), quem tem o poder de representar define e determina a identidade, e questiona tanto ela quando os sistemas de representação que lhes dão suporte e sustentação. Considerando que a representação é um sistema cultural, é preciso refletir sobre a relação entre a cultura e o significado, e os sistemas simbólicos cuja representação estabelece identidades individuais e coletivas.

Uma vez que a identidade é resultado de uma construção social e da influência dos grupos sociais, ela não pode ser considerada como algo concreto, essencial ou permanente, pois essa visão dificulta o entendimento de diversos processos de identidades presentes na sociedade. O sujeito que está inserido em várias culturas fabrica a sua própria identidade, fazendo isso de maneira global. Assim, a identidade permite que o sujeito se localize em um sistema social e que seja localizado socialmente. Segundo Stuart Hall (2006, p.13), “Os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam”, de modo que “somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e variável de identidades possíveis,

com cada uma das quais poderíamos nos identificar ainda que temporariamente. ”

Assim, a identidade do sujeito pós-moderno é fragmentada, diferente do que fora anteriormente, permanente e estável. Essa fragmentação ocorreu devido às constantes mudanças sofridas pela sociedade moderna no mundo globalizado, que tornou o sujeito menos individualizado e composto por várias identidades.

Dessa maneira, ao buscar compreender as formações identitárias e a construção dela na contemporaneidade, é importante considerarmos a influência da mídia nesse processo, pois ela é um importante meio pelo qual são formuladas e distribuídas as representações sociais. Na sociedade pós-moderna, a publicidade ocupa um espaço de grande importância. Ela modela atitudes e comportamentos do mundo contemporâneo.

É possível afirmar que a publicidade participa da constituição do sujeito à medida que produz significados e sentidos que são capazes de influenciá-lo na formação de seus valores, no modo de pensar, agir e relacionar-se com o mundo. Se a mídia possui o poder de influenciar na construção identitária do sujeito, torna-se necessário analisar como se estruturou a participação das mulheres negras neste meio de comunicação. É necessário lançar um olhar histórico sobre a presença da mulher negra nos anúncios publicitários de épocas distintas, a fim de uma reflexão sobre a inserção das mulheres negras na publicidade hoje. Segundo Martin Barbero:

A identidade contemporânea, como a identidade étnica negra, está continuamente construindo-se e modificando-se, e a mídia atua neste processo, inclusive para seu reconhecimento social. O que esses indivíduos querem não é tanto ser representados, mas, sim, reconhecidos: fazerem-se visíveis socialmente em sua diferença. (MARTIN-BARBERO apud RODRIGUES, 2007)

No Brasil, após a independência em 1822, houve um despertar para a necessidade de construir uma identidade nacional que se mostrasse



como civilizada. Embora tenha sido de grande valor, a independência não provocou rupturas sociais. O povo mais pobre se quer acompanhou ou entendeu o significado da independência. Além disso, a estrutura agrária continuou a mesma, a escravidão se manteve e a distribuição de renda continuou desigual.

O regime escravocrata no Brasil permaneceu por mais de 60 anos ainda, pois só em 1888 que foi assinada a Lei Áurea e a partir desse momento que se intensificou o processo de construção da identidade nacional, porém sem a presença dos negros, já libertos. As elites nacionais pautaram-se nas teorias racionalistas para criar uma imagem do país sem a presença de negros.

Tais teorias difundiam a inferioridade da etnia negra, apresentando-a como animalesca e incivilizada. Neste cenário preconceituoso e excludente, restaram ao negro, as posições mais subalternas da sociedade. Segundo Sodré (1999, p. 85) “as teorias raciais transformavam-se em ferramentas para a invenção de uma identidade nacional”. Diante do cenário nacional do período pós abolição, se desenvolveu o processo de embranquecimento da nação brasileira. Visando promover a tal imagem “civilizada e culta” do país, as elites da época incentivaram a imigração de trabalhadores europeus para o Brasil. Os imigrantes ajudariam no processo de branqueamento da população brasileira.

As teorias racialistas que orientam projetos de nação nos tempos de Brasil Império, apesar de ultrapassadas no continente europeu, continuaram em voga nos primeiros anos do Brasil República. Assim, ao lado do avanço e econômico e da necessidade de instituições modernas, o aprimoramento racial da população persistia como fator determinante do progresso da nação. (MARTINS, 2009, p.31)

Quando pensamos na construção das identidades e na representação da mulher negra, tratamos de processo denso, movediço, múltiplo, construído cultural e historicamente pelos sujeitos sociais. Segundo Hall (2000, p. 8) “as identidades não são unificadas, [...] singulares, mas

multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas”.

Por isso, ao tratar de identidades e representações da mulher negra construídas na mídia publicitária, torna-se necessário, primeiramente, apresentar uma discussão sobre uma construção histórica e cultural de sua identidade. O que é um desafio, em uma sociedade que, analisando historicamente, lhe ensinou, desde a infância que para conseguir aceitação é preciso negar-se a si.

### A representação da mulher negra em campanhas publicitárias

Ao verificar a história da publicidade brasileira no período pós-escravidão, é possível constatar a carência do espaço negro na mídia, embora a população afrodescendente já fosse autônoma como consumidora. Até a primeira metade do século XX, as mulheres negras pouco apareciam em anúncios publicitários, e quando isso acontecia, estavam em uma posição de inferioridade social, portanto, o papel da mulher negra era o da invisibilidade.

Figura 1 – Anúncio de esponja de aço – Ano 1952

**KRESPINHA**  
*-a queridinha do Rio está agora em São Paulo!*

No Rio, todos me conhecem.  
Sou KRESPINHA - a melhor esponja para a limpeza de cozinha.  
As qualidades também vão me querer bem. Vocês me encontram em suas ordens na "SABARCO", rua Florêncio de Abreu, 407.

S. A. BARROS LOUREIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO "Sabarco"  
Rua Florêncio de Abreu, 407

Ao observar o anúncio da esponja de aço Krespinha, nota-se a associação do cabelo crespo da garotinha negra com a esponja de aço. Suas características étnicas eram motivo de zombaria e conseqüentemente desvalorização, afinal, fazer analogia da palha de aço, um produto duro e seco, com o cabelo da negra, é inferiorizar a raça. Essa deturpação da imagem de mulheres na publicidade era assunto praticamente intocável, velado. O século XX passou sem consideráveis mudanças no que diz respeito à inclusão e valorização da negra na mídia de forma geral. Produções televisivas e materiais impressos da época teimavam em esconder os afrodescendentes dos demais consumidores. De acordo com Domingues (2002, p.581).

Ora, na ausência de modelos positivos em que pudesse se espelhar, o negro recusava sua própria natureza, desembocando, muitas vezes, em crise de identidade étnica, descaracterizando-se, na busca pela supressão dos traços raciais afro.

É possível notar a estereotipização e como ela tem reflexo nos produtos midiáticos, sendo a propagada, em muitos casos, pelo mercado publicitário. Foi assim que a identidade nacional, e conseqüentemente a imagem da mulher negra, foi estrategicamente planejada pelas elites brasileiras. Este processo identitário demarcou diferenças entre os sujeitos da sociedade. Ramos (2002, p.9) considera que:

Discutir as dinâmicas da mídia frente às questões de raça e etnicidade é, em grande medida, discutir as matrizes do racismo no Brasil. Os meios de comunicação são, por assim dizer, um caso modelo de representação das nossas relações sociais.

Portanto, é preciso entender a mídia como uma das entidades que produzem subjetividades, assim como tantas outras, como a família, a igreja e a universidade. O diferencial da mídia para as demais entidades reside na capacidade de alcance das subjetividades produzidas. A esfera midiática atravessa todas as outras esferas, através de seus mais variados produtos, como os produzidos pela publicidade.

A mulher negra foi discriminada na história da publicidade no Brasil, por muitos anos ela era vista como a empregada doméstica, que ajudava a patroa branca a comprar determinado produto para a limpeza ou para a alimentação. Sua presença foi secundária, como complemento de cenário, e nunca como beneficiária direta do produto. Esse fato, onde a mulher negra ser colocada de lado, sempre representando o papel subsidiário nas propagandas é uma evidência do racismo e da discriminação.

Figura 2 – Anúncio da União Fabril – Sabão Português



Fonte: Acervo O Globo – 05 de Julho de 1960, geral, página 19

A imagem representa a patroa e sua empregada, que aprovam a eficiência do sabão português. Os anúncios eram dirigidos às donas de casa para que essas, por sua vez, delegavam o serviço para suas empregadas, ou criadas, como se costumava chamar. É significativo notar como, nas peças mais antigas, a propaganda não hesitava em reforçar as características raciais das empregadas domésticas. Por outro lado, a dona de casa que realiza trabalhos domésticos é apresentada, nos anúncios, de forma bem diferente das empregadas. São mulheres esbeltas, de postura elegante, algumas até de salto alto e avental, sempre bem penteadas.

Assim sendo, as representações construídas na mídia podem tanto valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las,

discriminá-las, segregá-las e, até mesmo, negá-las. Ao verificar o processo histórico e evolutivo das campanhas publicitárias, os casos das representações negativas muitas vezes são mostrados tão diluídas e estão tão naturalizadas para muitos olhares, o que torna comum não perceberem a contribuição dessas representações para a propagação da desigualdade, segregação racial e a formação de identidades sólidas de uma mulher negra inferiorizada, e da mulher branca como ideal intelectual, estético, moral e ético.

Na primeira metade do século XX, a publicidade, assim como outros setores da mídia, menosprezava a existência dos negros. Por muitos anos, para as empresas publicitárias brasileiras, colocar artistas negros em seus comerciais significava pôr em risco a empatia do produto junto aos consumidores. A publicidade até podia enxergar o negro como consumidor de produtos, mas não o queria como modelo em frente às câmaras ou nos anúncios impressos. Para Lopes (2007, p. 176):

E a publicidade, que dá suporte financeiro às produções televisivas, insiste em não associar à imagem do povo negro os produtos que anuncia mesmo aqueles sabidamente consumidos pelos afro-brasileiros em geral.

Daí o dilema, da jovem negra que se acha feia por não ser parecida com as modelos dos anúncios, pois não tem a mesma pele clara, nem mesmo os cabelos louros e sedosos. E muito pior, daí também, o drama das meninas que, na fantasia maternal de sua infância, são obrigadas a embalar em seus colinhos as bonecas louras e rosadas de sempre.

Os anúncios publicitários valorizavam a etnia branca em relação às outras, em decorrência de III séculos de racismo oficializado pelo Estado brasileiro. Criou-se um padrão de exclusão baseado na cor e na raça eurocêntrica. A mulher negra teve pouca visibilidade na mídia por ser o oposto do padrão almejado pelo Brasil no período pós-escravidão, duplamente antítese pela raça e pelo gênero. Existiu uma ideologia que vendeu a representação negra nos meios de comunicação como produto a ser consumido e não como consumidora.

## **Raça identificada: a quebra da subrepresentação da mulher negra**

Apesar de todas as adversidades, o cenário da mulher negra passou por uma mudança significativa, a partir da década de 1990, com a chegada na revista *Raça*, voltada especialmente ao público negro. Por possuir um teor afirmativo da questão social, além de ter uma abordagem centrada em assuntos relacionados a estética e moda. A revista foi êxito em vendas em suas primeiras edições, pois, atraiu o interesse de leitores negros, por contribuir com a construção da autoestima. Consequentemente, a *Raça* conseguiu influenciar o comportamento publicitário, que passou a incluir e valorizar a mulher negra nas campanhas publicitárias. Castro (2010, p. 106) faz considerações sobre o papel da publicação:

Foi esta discussão que nos fez perceber que, em *Raça Brasil*, o negro e a negra estão sempre bem vestidos, sempre bem penteados e sempre bem maquiados, por mais que se fale em problemas de periferia, de quilombo ou de favela. O homem e a mulher negros de periferia podem obter ascensão social, dignidade, fama e dinheiro sem que precisem adentrar o mundo do crime.

A *Raça Brasil*, desde seu início, teve como um de seus principais objetivos reverter o quadro de invisibilidade social desse grupo étnico, de grande presença no país. Nas palavras de Sandra Almada, colaboradora da publicação,

Essa revista trouxe uma contribuição crucial para o movimento negro, para o jornalismo e para a imprensa negra. Não apenas em termos mercadológicos, mas também porque colaborou de forma importante para uma mudança na cultura de imagem, apresentando uma imagem do negro que, de certa forma, desmitifica as imagens tradicionais que nós víamos na mídia, do pagodeiro ou dos nossos excluídos, que compunham as manchetes do noticiário policial (Almada, 2002, p. 52)

Além disso, a revista trouxe também uma mudança mercadológica no que concerne aos produtos oferecidos aos negros. Se antes do

surgimento da publicação, os negros não eram vistos como potenciais consumidores, diante da percepção e divulgação de uma classe média negra – muito em função do trabalho desenvolvido em Raça Brasil, o mercado passou a se dedicar mais e a lançar produtos voltados a esse público.

A revista surgiu em razão dos interesses comerciais da editora Símbolo, que procurou encontrar novos segmentos de mercado para desenvolver produtos culturais voltados aos negros. Apropriado-se de algumas manifestações dos movimentos sociais que teve, entre outras metas, a redefinição da identidade negra, a luta contra o racismo, a construção da auto-estima positiva para a população negra, melhores condições econômicas, acesso ao mercado de trabalho, a consideração da diversidade racial do país e a aceitação dos mestiços como negros. Segundo Santos (2004, p.10). Uma das características mais destacáveis na revista Raça é o orgulho pelos traços estéticos do afrodescendente.

Figura 4 - 1º edição da Revista Raça Brasil em Setembro de 1996



Fonte: Site revista Raça Brasil

Neste contexto, os afros descentes passaram a ser considerados consumidores ativos, como consequência, houve uma maior inclusão de negros em produções culturais, telejornalismo, novelas. A revista até hoje é considerada ícone da identidade negra no Brasil, levando muita gente, que de outra forma se considera morena, mulata, a considerar-se também “negra”.

Fato também é, que a negra, mesmo que timidamente, começou a ascender socialmente no fim do século XX. A classe média negra despertou o interesse das grandes empresas publicitárias. Na segunda metade dos anos 1990, foi crescente o número de anúncios que tinham a etnia negra como público alvo. Hoje, há produtos destinados especificamente aos negros, e em especial na linha dos cosméticos, marcas famosas utilizam negras para estrelarem campanhas massivamente divulgadas.

Após as conquistas dos movimentos e manifestações que têm como objetivo a igualdade e luta contra o preconceito e discriminações raciais, verificamos a ampliação de um mercado direcionado aos afrodescendentes, que tem atraído muitos investimentos e capital. De certa forma, é necessário que os negros se identifiquem com os produtos que irão comprar, especialmente se trazem imagens que possibilitam isso; porém não se deve descartar a ideia de que o mercado se aproveitou do momento para lucrar com uma discussão em movimento. De acordo com Coutinho:

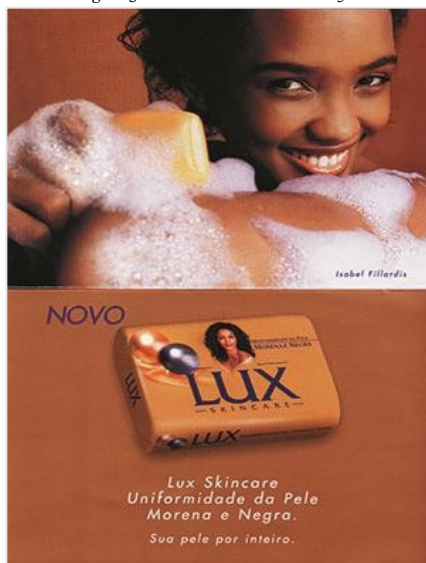
“Notavelmente, nos últimos anos, a publicidade brasileira teve avanços em relação à inserção do negro em materiais produzidos pela publicidade. Sobretudo, é necessário avaliar de que forma esses avanços aconteceram. Mais do que isso, é importante compreender todos os valores e interesses que estão em jogo no discurso das empresas que passaram a incluir mais negros em suas campanhas. (2011, p. 8)”

Um mercado que aumentou significativamente a inserção do negro em sua propaganda, foi a indústria de cosméticos, sendo, a campanha publicitária, do sabonete Lux Luxo - Perola Negra, uma das primeiras a ser protagonizada por uma negra, em 1988. Em décadas anteriores a quantidade de atrizes negras em papéis de destaque na televisão, bem



como em campanhas publicitárias, era baixa. É visível, nos últimos anos, a presença de mulheres negras na publicidade brasileira. Este aumento de negros na mídia se dá pelo interesse de muitas empresas que já perceberam que esse segmento corresponde à metade população brasileira, representa um mercado consumidor considerável, o que fora detectado anteriormente pelas indústrias de produtos específicos para essa população afro- descendente. Apesar dos avanços em relação a adição de matérias, é preciso observar se eles realmente contribuíram para a construção identitária da mulher negra.

Figura 5 – Anúncio Sabonete Lux – 1988



Fonte: História Unilever

A partir da década de 2000, a mulher negra tem aparecido mais na mídia (incluam-se aí as novelas, os humorísticos, os jornais e as peças publicitárias), seja por força de lei ou por um “modismo” oriundo do politicamente correto. Porém, essa ainda escassa participação do negro na mídia como um todo, não o tem feito ser o protagonista da cena ou, do ponto de vista semiótico, o ator, o sujeito do fazer. Várias pesquisas apontam o crescimento da presença do negro na publicidade nos últimos anos,

mas sem que tenha havido grandes avanços na direção de uma representação mais positiva nas mídias tradicionais.

Todavia, há uma ferramenta que potencializou o aparecimento e empoderamento dos negros, que foi a internet. Mas quando falamos em internet no Brasil, deve-se considerar ainda o enorme atraso que existe no acesso. Apenas 54% da população brasileira possui acesso à internet em seu domicílio.<sup>3</sup> Aproximadamente 95 milhões de brasileiros e brasileiras não possuem nenhum tipo de conexão em casa, nem mesmo a partir do celular. Isto significa que, se falta acesso à internet ainda reproduz abismo socioeconômico e regional no Brasil, certamente também reproduz mais um abismo racial no país. Para inferir este resultado, basta tomar como referência a conclusão de Sueli Carneiro de que raça é um estruturante de classe no Brasil. Ninguém mais duvida do poder da internet enquanto promotora de novas narrativas. Representatividade negra, embora ainda bastante reivindicada na televisão e no cinema – com razão – agora ocupa outros espaços. E não são brechas, são espaços significativos e em crescente expansão.

À mídia tradicional tem restado o papel de acompanhar essa movimentação e, como consequência de força da rede, pautar temas que até então eram considerados menores ou visto como problemas de grupos específicos, mesmo quando negros (pretos e pardos) já ultrapassavam 50% da população brasileira.

Portanto, quando lançamos o olhar para a programação da TV aberta percebemos o aumento da produção de conteúdos pautados na temática da negritude e/ou enfrentamento ao racismo. A mudança de comportamento da mídia tradicional deve ser encarada como um ganho da luta promovida pelos movimentos negros, em diferentes esferas: Acesso à educação, políticas de ações afirmativas, maior ingresso no mercado de trabalho e maior incidência na política.

---

<sup>3</sup> Pesquisa TIC Domicílios realizados pelo CETIC.BR

## O discurso do preconceito

Apesar da presença das mulheres negras na mídia, de forma geral ainda é muito pequena, muito embora estes já atinjam, mesmo que minoritariamente, um espaço significativo no mercado publicitário; como dito anteriormente, é necessário que se faça uma observação acerca da inserção das mulheres negras na publicidade. Todavia, não deve ser desmerecida a ainda tímida, porém já significativa, inclusão da imagem da negra em algumas propagandas brasileiras, mesmo porque, a invisibilização desta população não pode ser considerada uma forma geral na comunicação, principalmente depois que a Lei de BRASIL nº 12.288- 10 (Estatuto da Igualdade Racial), de 20 de julho de 2010, Art. 43º e 44º estabelece que as produções veiculadas pelos órgãos de comunicação devem valorizar a herança cultural e a participação da população negra na história do país, além disso deve ser adotado oportunidades de emprego a atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística.

Portanto, a lei determina a porcentagem mínima de negros que deve atuar na publicidade, indicando assim que existe uma preocupação em tornar possível a efetiva inserção do negro nos diversos espaços de atuação da sociedade.

É preciso reconhecer o espaço que a mulher negra tem conquistado na sociedade, mas ainda que ela tenha sido percebida pelo mercado, isso não promove tratamento igual às mulheres brancas nos veículos de comunicação. De acordo com, Martin- Barbero (2006), a mídia é essencial no processo de construção da identidade negra, pois é o meio para formação de opinião junto à sociedade.

A prova que ainda hoje mulheres negras e brancas não são tratadas da mesma forma pela publicidade é a campanha da Dove lançada em 2017. Em uma sequência de fotos, aparece uma mulher negra vestindo uma blusa marrom, depois ela retira e surge uma mulher branca. A transição de uma mulher negra para uma branca causou mal-estar e

indignação por remeter a uma fórmula racista presente em anúncios de sabonete e outros cosméticos no passado: a da pessoa negra “suja” que se torna branca ao se limpar. Após manifestações nas redes sociais, o anúncio foi removido e a empresa fez um pedido de desculpas publicamente.

Figura 6 - Anúncio sabonete Dove - 2017



Fonte: Jornal Nexo

Após muitos anos de rompimento com os grilhões que os acorrentavam a escravidão, muito ainda necessita ser discutida a questão racial em nossa sociedade contemporânea. Após anos de comemoração por uma dita abolição de um regime escravocrata, nos parece ainda distante a realização verdadeira desse rompimento. Isto porque a figura da mulher negra em nossa sociedade, ainda segue ligada a preconceitos e injustiças sociais constituídos num passado que insiste em permanecer presente nas ações e na raiz de um país gerado sob a força da injustiça trazida de uma Europa eurocêntrica.

Infelizmente no Brasil, país dito democrático, são ainda nos dias atuais muito fortes as correntes de pensamentos racistas. Essas correntes ficam evidentes em muitos discursos comuns em nosso dia a dia além de vários discursos exibidos por inúmeros veículos de comunicação nacional. Na sua maioria, esses discursos são “indiretos”, cabendo até mesmo

à defesa de muitos discursistas alegando que, a interpretação feita de seu discurso, não corresponde com a intenção daquele que discursou. No entanto, não é raro, ouvirmos pessoas que se dizem contrárias ao racismo, usando expressões que inferiorizam os negros. Pior ainda é ver que tais práticas se tornaram habituais e corriqueiras, e trazem, em seu interior, a essência discriminatória. Embora exista a possibilidade da defesa de tais discursistas, sabe-se que todo discurso é construído a partir de signos ideológicos. Para Bakhtin, a saber, todo discurso é ideológico. Assim sendo, há intencionalidade na construção de cada discurso, e na escolha dos signos responsáveis por se transmitir aquilo que se deseja transmitir. “[...] Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico.” (BAKHTIN, 1997, Pg.33).

## Conclusão

O Brasil é um país de muitas raças, marcado pela miscigenação. Contudo, uma característica muito forte do nosso país durante muito tempo foi à valorização do corpo branco e europeu como resultado de nossa colonização e herança cultural. Por esse motivo, a identidade negra é entendida, no contexto deste trabalho, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial <sup>4</sup>

Para este estudo foi necessário retornar à história da escravidão, do racismo, da propaganda e da promoção da igualdade social, pois é perceptível que os meios de comunicação estão deixando de ser dominados por uma cultura branca. Por sua vez, a propaganda e a publicidade foi um potente canal que veiculou esse grande duelo branco versus negro. A intenção era apontar questões que levassem a uma reflexão, onde os

---

<sup>4</sup> Mito da Democracia Racial - A democracia racial é um termo usado por algumas pessoas para descrever relações raciais no Brasil. O termo denota a crença de alguns estudiosos que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial. Estudiosos afirmam que os brasileiros não vêem uns aos outros através da lente da raça e não abrigam o preconceito racial em relação um ao outro. Acesso: <http://www.infoescola.com/sociologia/democracia-racial/>

muitos olhares dessa diversidade étnica e social possam ser discutidos dentro e fora do âmbito publicitário.

A análise da história da publicidade no Brasil revela que a exclusão do negro decorre de duas razões: o racismo que marca a história da propaganda e o racismo da sociedade brasileira, a última a abolir a escravidão no mundo. Superada esta fase de racismo explícito, a análise revela que estamos vivendo uma nova etapa de discriminação muito mais sutil, ela se manifesta pelo fato de que somente os negros que se enquadram em uma estética de branqueamento, conseguem espaço na publicidade.

Embora ainda de forma tímida, observa-se a inserção contínua do negro na mídia brasileira, principalmente na propaganda. No entanto, essa inserção não traduz ainda o grande avanço do Brasil na luta contra a discriminação racial. O que se vê claramente é que o mercado chegou à conclusão de que a raça negra está se apresentando como um forte segmento consumidor e, desta forma, está percebendo nitidamente que a presença do negro na mídia pode ser um importante aliado na divulgação dos seus produtos.

Dessa forma, afirmo que a identidade do negro brasileiro, originada pelo mercado publicitário é definida pela lógica do consumo fato que, em minha opinião, ao reproduzir os estereótipos clássicos sobre a etnia negra servem de reforço para a manutenção da discriminação racial na sociedade brasileira.

## Referências

- ALMADA, S.. **A imprensa e o racismo**. In: RAMOS, S. (org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. \_\_\_ ed.. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

- CASTRO, Ana Lúcia de. **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades** – olhares sobre o corpo, mídia e novas tecnologias. São Paulo. Cultura Acadêmica. 2010.
- CORRÊA, L. G. **De corpo presente: o negro na publicidade em revista**. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- COUTINHO, Cassi Ladi Reis. **A Estética e o mercado produtor-consumidor de beleza e cultura**. 2011.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. 2007.
- GIACOMINI, Gino. **Consumidor versus propaganda**. São Paulo. Summus. 1991. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LOPES, Nei. **O racismo: explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro. Agir. 2007. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003
- MARTIN-BARBERO, Jesus. **Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século**. IN: MORAES, Denis de (org.). Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006
- PIRES, R. O negro como modelo publicitário. **Revista Propaganda**, São Paulo, n.40, p. 10-18. 1988.
- RAMOS, Sílvia. **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro. Pallas. 2002.
- RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 31º ed. Editora Vozes: Petrópolis, 2003.
- SANTOS, João Batista Nascimento do. **O negro representado na revista Raça Brasil: a estratégia de identidade na mídia étnica**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.

SODRÉ, Muniz (1988) – ‘**O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**’. Vozes: Petrópolis.

SILVA, Tomás Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomás Tadeu (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 73-103.

### **Acesso sites:**

**AFROPRESS**. Disponível em: <<http://www.afropress.com/post.asp?id=15404>> Acessado em 06/06/2018

**O GLOBO**. Anuncio empregada doméstica. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/propaganda/vida-domestica/a-hierarquia-da-limpeza-14230573>> Acessado em 01/06/2018

**PROPAGANDAS HISTÓRICAS**. Krespinha. Disponível em: <<http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/08/krespinha-esponja-de-aco-1952.html>> Acessado em 01/06/2018

### **Propaganda dove racista**

<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/10/10/As-cr%C3%ADticas-a-uma-propaganda-da-Dove.-E-o-debate-sobre-racismo-na-publicidade> Acessado em 02/06/2018



## Capítulo 6

### **Aplicativo revista observatório: uma proposta de aplicativo para dispositivos móveis para a revista observatório – Opaje/UFT**

*Kécia Garcia Ferreira*<sup>1</sup>

*Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior*<sup>2</sup>

#### **Introdução**

Atualmente a sociedade encontra-se num contexto em que as pessoas vivem, na sua maioria, conectadas com seus *gadgets*, consumindo informação por meio de aplicativos diversos. O celular se tornou uma extensão do nosso corpo, ampliando nossa forma de se comunicação, de tal maneira que a dependência do mesmo é nítida quando a bateria acaba. A tecnologia digital, no contexto educacional do ensino superior, já é presente há tempos no que diz respeito aos estudos teóricos e práticos no campo da Comunicação, do Jornalismo e da Educação, porém suas plataformas de divulgação do conteúdo produzido no âmbito acadêmico, ainda estão aquém das utilizadas pelo mercado, o que cria uma situação contraditória.

---

<sup>1</sup> Publicitária, Produtora e Cineasta, atua como Produtora Audiovisual na empresa Tapioca Cine e como Diretora Tesoureira na ATCV - Associação Tocantinense de Cinema e Vídeo e na ABD/TO - Associação Brasileira dos Documentaristas no Tocantins. Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Goiás (2003/2006), graduação em Administração pela Universidade Anhambí Morumbi (2017/2019) e Mestrado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: keciagf@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA) e licenciado em Pedagogia pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo e Pedagogia da UFT. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). Email: gilsonportouft@gmail.com.

A grande área da Comunicação, em seu âmbito acadêmico, discorre em seus diversos textos acadêmicos sobre fatos e tendências da atualidade, que evidenciam as características pós-modernidade, de uma sociedade líquida e fluida (inspirados nos textos de Bauman). Todavia estas reflexões ainda se encontram em formas sólidas de propagação de conteúdo, como livros, sites pouco atrativos, que basicamente migraram do texto para a tela, sem a dinamicidade exigida pelas plataformas digitais. Os formatos institucionais de construção de websites trazem a rigidez necessária, aos olhos da instituição, para assegurar o nome e o respeito de uma instituição superior de ensino, que, muitas vezes, privilegia o conteúdo sobre a forma. Porém sabe-se que, em se tratando de plataformas digitais, a forma impacta fundamentalmente na experiência do usuário, fazendo-o decidir reutilizar um website ou não, por exemplo.

O Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino, Opaje, ligado à área da Comunicação na Universidade Federal do Tocantins, UFT, é um núcleo com propostas multi e interdisciplinares, destinado a coordenar e executar atividades de pesquisas, estudos e extensão na confluência em Comunicação e Educação e áreas afins. Como o núcleo tem mantido diversas atividades e ofertado diversos produtos para a sociedade, sua coordenação pretende refletir as discussões teóricas sobre práticas contemporâneas e tendências, em suas práticas cotidianas dentro de sua estrutura interna. Uma das propostas seria tornar os canais de comunicação entre a universidade e o aluno, especialmente os canais que divulgam conteúdo digital, resultante das pesquisas do núcleo, cada vez mais semelhantes aos canais usados pela comunidade em geral. Neste contexto, surge então a necessidade de se criar um aplicativo que pudesse trazer as informações do site da Revista Observatório para uma interface mais acessível aos usuários da revista, de forma a explorar as diversas possibilidades que essa forma de comunicação oferece.

Os dispositivos móveis, como os conhecidos *smartphones* e *tablets*, oferecem inúmeros recursos que vão além da simples comunicação oral e textual. Ao trazer o conteúdo da Revista para um aplicativo, o Opaje

proporciona a possibilidade de engajamento, diferentemente do website, que pressupõe esporádicas visitas rápidas e esparsas. O fato de o usuário baixar o aplicativo em seu dispositivo móvel já demonstra um grau de envolvimento com a Revista. O aplicativo permitirá que o conteúdo esteja disponível para o usuário mesmo ele estando off-line e o torna passível de ser notificado a cada nova publicação e/ou atualização. Isso se difere do website na medida em que se torna algo presente a um clique de distância, não exigindo muito esforço da parte do usuário.

Com esta perspectiva então, a presente pesquisa pretende apresentar uma proposta de aplicativo para dispositivos móveis que seja passível de ser utilizado pela maior quantidade de usuários da Revista Observatório. Assim, objetivo central da proposta se baseia na criação um aplicativo que possa facilitar a comunicação da Revista Observatório para com seus usuários, leitores, autores e comunidade acadêmica em geral, por meio de uma interface intuitiva e de fácil utilização, criando assim mais um canal de divulgação e propagação dos estudos da Comunicação, Jornalismo e Educação.

## **Conceitos Iniciais**

Para iniciar uma proposta de aplicativo para dispositivos móveis é necessária a apresentação dos conceitos a serem utilizados da área da tecnologia. O processo proposto se chama “desenvolvimento de aplicação para dispositivos móveis”. Nesse processo será possível acompanhar desde sua concepção, as escolhas de tecnologias para o desenvolvimento, as linguagens utilizadas e o resultado final. O conceito de dispositivos móveis já é amplamente utilizado para caracterizar celulares. Porém esse conceito abarca uma quantidade muito maior de *gadgets*.

Santos (2013) conceitua dispositivo móvel como “toda a tecnologia que permite a mobilidade de seus usuários”. Ele ainda menciona que o aparelho proporciona ao usuário estar “... em profunda integração com seus semelhantes e as máquinas que dão suporte a sua conexão digital”.

Ou seja, para ser um dispositivo móvel, o aparelho deve ser capaz de conectar minimamente o usuário com um segundo sujeito ou outra máquina que disponibilize acesso a estrutura e dados. Como exemplo para dispositivos móveis, Santos (2013) cita palmtops, notebooks, smartphones e até pendrives e Hds externos. Para esta proposta, no entanto, consideraremos apenas como dispositivos móveis os aparelhos capazes de instalar uma aplicação e executá-la. Isso inclui os seguintes aparelhos:

**Celulares:** aparelhos de comunicação de telefonia móvel, que funcionam por meio de ondas eletromagnéticas;

*Smartphones:* aparelhos “inteligentes”, em sua tradução literal do inglês, capazes de executar as mesmas funções de um celular comum, porém com uma quantidade maior de recursos, como câmera fotográfica, *touch screen*, reconhecimento de digital e íris para bloqueio e desbloqueio, execução de jogos com gráficos e exibição de vídeos em alta definição, dentre outras características;

*Tablets:* Hardware criado pela Apple, que se popularizou por reunir características de um computador em um aparelho menor com majoritariamente duas faces, uma tela, capaz de ser utilizada tanto como tela quanto como teclado, e o verso, que se assemelha ao fundo de um *smartphone*. Hoje, outras marcas fabricam *tablets*, inclusive em formatos mais resistentes e interface simples para crianças;

Ainda utilizando os conceitos de Santos (2013), os aplicativos são “*softwares* ou programas que, de acordo com a necessidade de seus usuários, realizam determinadas tarefas”. Isso quer dizer que para ser um aplicativo (também conhecido como aplicação), o software ou programa deve ter como objetivo o suprimento de demandas específicas.

Apesar dos aparelhos exercerem funções semelhantes na maioria das funcionalidades utilizadas pelos usuários, cada empresa desenvolve plataformas operacionais diferentes, o que exige de uma proposta de criação de aplicação uma reflexão mais ampla sobre o funcionamento desta no maior número de dispositivos móveis disponibilizados no mercado.

Para a escolha da portabilidade, plataformas operacionais, recursos nativos, recursos web, dentre outras decisões tecnológicas a serem definidas para o aplicativo, foram considerados primeiramente os aspectos

básicos da utilização pretendida para o mesmo, como contemplar uma quantidade considerável dos usuários, facilitar a navegabilidade, utilizar as funcionalidades do celular, dentre outros aspectos. Dessa forma, serão confrontados os aspectos principais de utilização do aplicativo com a tecnologia existente hoje no mercado.

Existem diferentes sistemas operacionais utilizados pela comunidade acadêmica, especialmente considerando o raio de atuação da revista no Brasil e no exterior, área esta que vem aumentando com os indexadores de diversos países e com as parcerias feitas da UFT com outras universidades. Os sistemas IOS, Android e Windows são alguns dos sistemas mais utilizados. Aplicativos nativos (*Native App*) desses sistemas operacionais são criados para interagir com o celular e suas funcionalidades, não podendo assim migrar de um sistema para outro. Como exemplo podemos citar a linguagem Java para Android, C++ para Windows Phone, Objective C para IOS. Para cada sistema, seria necessário reescrever toda a linguagem do aplicativo, tornando o processo extremamente demorado. Desta forma, a opção pela criação de aplicações nativas foi descartada.

Já as aplicações web (*Web App*) são executadas no *browser* do celular, podendo assim ser executada em qualquer aparelho, o que apresentaria uma opção mais acessível para a equipe de desenvolvimento. Esse tipo de aplicação, porém, limita suas funcionalidades ao suporte do *browser* em que é executado, o que, num futuro próximo, poderá limitar o desenvolvimento de novas funcionalidades para o aplicativo (CHARLAND & LEROUX, 2011; HUY & VANTHANH, 2012; XANTHOPOULOS, S., & XINO GALOS, S., 2013).

Buscando esse viés, mas visando potencializar o aplicativo, encontramos uma abordagem de desenvolvimento híbrido, no qual tecnologias web (HTML, CSS, JavaScript) são utilizadas de forma conjunta com os recursos nativos de uma interface de programação. Nessa possibilidade foi encontrado então um cenário favorável para o desenvolvimento do aplicativo da Revista Observatório.

*Hybrid apps* (ou aplicativos híbridos) originários do processo que se denomina nesse trabalho de Desenvolvimento Híbrido. O desenvolvimento híbrido tenta combinar as vantagens do desenvolvimento web e nativo. Há diferentes frameworks e ferramentas para desenvolvimento híbrido, a citar: Appcelerator Titanium, Adobe PhoneGap e Apache Cordova. Apesar de utilizarem diferentes abordagens, de um modo geral, essas ferramentas permitem que parte do desenvolvimento seja feito utilizando tecnologias voltadas para o desenvolvimento web, como por exemplo HTML5 e JavaScript, e ao final do processo o aplicativo seja instalado no dispositivo da mesma forma que um aplicativo nativo, diminuindo parte do conhecimento específico necessário para a programação em diferentes plataformas permitindo que ao menos uma parte do código desenvolvido seja aproveitado em diferentes plataformas (cross-plataform) (DUMONT, 2015).

As tecnologias web são amplamente conhecidas pelos desenvolvedores. Enquanto o HTML é o responsável pela estrutura da aplicação, o CSS corresponde aos comandos de design para layout e o JavaScript responde por ações específicas. Assim, o desenvolvimento de aplicações híbridas permite que o desenvolvedor crie o aplicativo para diversos dispositivos, dominando predominantemente as tecnologias web.

## **Revista Observatório**

A Revista Observatório é um periódico acadêmico online que publica trimestralmente artigos científicos, resultados de pesquisas e debates sobre questões teórico-metodológicas da pesquisa em Comunicação, Jornalismo e Educação, com o propósito de contribuir para a criação e fortalecimento de uma rede de pesquisadores na confluência dessas áreas em nível nacional e internacional, tendo por base os grupos e núcleos de pesquisa no Brasil e no Exterior. A revista foi criada pelo OPAJE, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e do Grupo de Pesquisa Democracia e Gestão Social (GEDS) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) que tem como missão atuar na promoção da discussão acadêmica e de estudos interdisciplinares avançados no campo da Comunicação, do Jornalismo e da Educação.

A Revista hoje se encontra hospedada no domínio <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/index>. Nele é possível encontrar as diretrizes da revista, edições já lançadas, chamadas para novas publicações, dentre outras informações pertinentes à mesma.

Um dos grandes desafios a serem superados hoje é a transposição de um conteúdo majoritariamente textual para uma interface atrativa e de fácil manuseio. O aplicativo surgiu para facilitar a navegabilidade do usuário oferecendo assim uma opção mais atrativa.

Para a criação do aplicativo da Revista Observatório então, foi utilizada a ferramenta PhoneGap, que permitiu o desenvolvimento de um aplicativo híbrido, que pudesse ser baixado na maioria possível de celulares.

## **Phone Gap**

O Adobe PhoneGap é uma ferramenta open source (software com código fonte aberto) da Adobe, que possibilita o desenvolvimento de aplicações híbridas para dispositivos móveis por meio de tecnologias web, como HTML, CSS e Javascript, distribuído por Cordova (Wargo, 2012), com suporte para os sistemas operacionais iOS, Android, Windows Phone, Symbian, Bada e BlackBerry (Santiago, 2013).

Essa ferramenta de desenvolvimento permite a utilização de tecnologias web de forma integrada com os recursos nativos de dispositivos móveis, o que possibilita usar as funcionalidades do aparelho.

## **Sublime Text**

Para iniciar a construção do aplicativo faz-se necessário também a escolha de um aplicativo editor de HTML, que lhe permita a edição do código da aplicação. No que se refere à relação entre o Phone Gap e o editor de HTML durante o desenvolvimento do código, enquanto aquele faz a leitura dos arquivos interpretando as informações do código fonte,

codificando e decodificando-o para a visualização do aplicativo pelo desenvolvedor, o editor ou IDE (Integrated Development Environment ou Ambiente Integrado de Desenvolvimento) permite a escrita do código-fonte. Os editores possuem popularidade de acordo com o nível de conhecimento de linguagem do desenvolvedor. Existem opções gratuitas como o NotePad++, Atom, Brackets, Microsoft Visual Studio Code, dentre outros facilmente encontrados na internet, assim como existem versões pagas, que também são utilizadas por organizações diversas. As opções gratuitas não são necessariamente inferiores às versões pagas, muito pelo contrário. Os softwares livres, por terem código aberto, são passíveis de mais contribuições externas que podem resultar no aperfeiçoamento constante da aplicação, melhorando sua usabilidade em diversos.

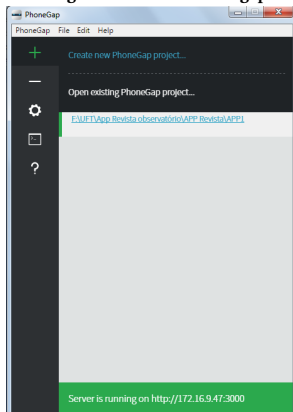
Para esta proposta, foi utilizada, aleatoriamente, a versão gratuita do aplicativo Sublime Text, um editor de código HTML que possibilita a identificação dos comandos por meio de cores, o que facilita a escrita do código, já informando dessa forma se o comando está digitado corretamente.

### **Construção da Aplicação**

Para o início da construção do aplicativo, o primeiro passo foi a abertura de pastas e arquivos, que pudessem ser lidos pelo Phone Gap. Para isso existem duas opções possíveis: a primeira, feita manualmente, com a criação de pastas e arquivos por meio do Windows Explorer (ou equivalente em outros sistemas operacionais); ou, automaticamente, abrindo um novo projeto no Phone Gap. Na segunda opção, o próprio aplicativo cria as pastas e arquivos necessários para a criação de um aplicativo, o que torna o processo mais simples, no qual um comando provoca a criação de todo o conjunto necessário para o início do projeto. Para isso, clica-se no ícone “+” e, em seguida, no menu suspenso, clica-se na opção “Create new PhoneGap Project...” , conforme ilustração abaixo:



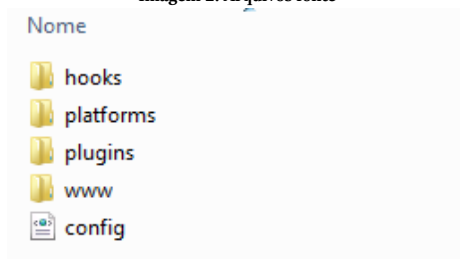
Imagem 1: Interface Phonegap



Fonte: Print da tela de início do aplicativo.

Segue a seguir a estrutura criada pelo Phone Gap. Essa estrutura possui uma forma padrão, para ser passível de ser lida por outras plataformas.

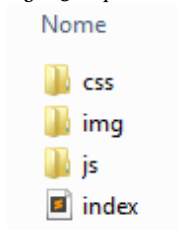
Imagem 2: Arquivos fonte



Fonte: Print das pastas criadas no Windows.

Dentro da pasta do projeto haverá, então, as pastas “hook”, “platforms”, “plugins” e “www”, e o arquivo “config”, conforme ilustra a figura acima. O nome da pasta mãe, na qual estas pastas e arquivos estarão, é definida pelo próprio desenvolvedor no momento da criação do projeto, o que não interfere na estrutura. A partir dos itens identificados dentro da pasta mãe, aqui aleatoriamente denominada APP1, poderá ser identificada a pasta www, pasta esta de fundamental importância pois contém a estrutura mestra da aplicação. Dentro desta pasta, existirão outras três pastas e o arquivo “index.html” conforme figura abaixo:

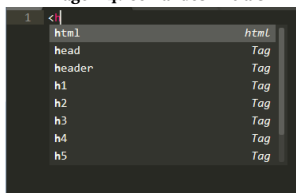
Imagem 3: Arquivos fonte



Fonte: Print das pastas criadas no Windows.

O arquivo central do aplicativo se encontrará no arquivo “index.html”. Estando o aplicativo Sublime Text já instalado no computador o arquivo “index.html” pode se aberto. Para iniciar a aplicação, utiliza-se o comando “<!DOCTYPE html>” para que o próprio programa escreva a estrutura base HTML. Ao iniciar a digitação do comando “<h” logo aparecerá a opção <html>, conforme figura abaixo:

Imagem 4: Comandos iniciais



Fonte: Print das pastas criadas no Windows.

Ao clicar na tecla “tab”, a descrição padrão logo será apresentada na tela. O texto que se apresenta descreve a estrutura base de uma aplicação HTML.

Imagem 4: Preset Código Fonte



Fonte: Print das pastas criadas no Windows.

A partir da estrutura apresentada acima foi desenvolvida uma proposta de aplicativo para a Revista Observatório.

## Aplicativo Revista Observatório

A tela inicial do aplicativo foi desenvolvida com o intuito de apresentar de forma clara e objetiva os itens elencados. Desta forma, o layout contém a identidade visual da Revista, o nome, o menu de opções e uma breve descrição sobre a Revista, como segue no modelo abaixo.



Para o início do desenvolvimento do aplicativo foi necessária a reconstrução da arquitetura da informação do website da revista, para uma versão resumida e atrativa específica para mobile.

Desta forma, o menu passou a ser:

- Edições
- Chamadas de Artigos
- Redes Sociais
- Notícias
- Downloads
- OPAJE
- Fale Conosco

Ao clicar no item Edições, o usuário será levado a nova página (ilustrada abaixo) e nesta conterá todas as edições já publicadas na Revista.

Para voltar ao menu inicial basta o usuário clicar na seta no canto superior esquerdo da tela.

Ao clicar no item Chamadas de Artigos, o usuário será levado a nova página (ilustrada abaixo), e neste o aplicativo apresentará as chamadas de artigos existentes para a Revista. A lista estará na ordem decrescente, da mais recente para a mais antiga.

Ao clicar no item Redes Sociais, o usuário será levado a nova página (ilustrada abaixo), e neste o aplicativo apresentará as redes sociais existentes para a divulgação da Revista. Dentre elas estão Facebook, Twitter e a Página da UFT.

Ao clicar no item Notícias, o usuário será levado a nova página (ilustrada abaixo), e neste o aplicativo apresentará as notícias pertinente à Revista e seus parceiros.

Ao clicar no item Downloads, o usuário será levado a nova página (ilustrada abaixo), e neste o aplicativo apresentará a lista de PDFs disponíveis para download Revista e seus parceiros. Estes podem ser instruções de como enviar um artigo, publicações avulsas, dentre outros documentos.

Ao clicar no item OPAJE, o usuário será levado a nova página (ilustrada abaixo), e neste o aplicativo apresentará informações sobre os organizadores da Revista.

Ao clicar no item Fale Conosco, o usuário será levado a nova página (ilustrada abaixo), e neste o aplicativo irá direcionar o usuário para a página de contatos oficial da Revista, que contém os dados de contato dos responsáveis pela Revista.

## **Resultado e Discussão**

Em se tratando de um aplicativo que possa ser baixado e utilizado pelo maior número de usuários, a aplicação híbrida pode não ser a que explora e utiliza o maior número de 100% das funcionalidades de um aparelho celular, porém é a aplicação que permite que os usuários possam ter acesso ao aplicativo da Revista Observatório em qualquer celular ou

gadget, tenha ele o sistema operacional IOS, Android, Windows, etc. Mas essa diferença entre uma aplicação nativa e uma aplicação híbrida só é notada quando o aplicativo precisa de um processamento acima do comumente utilizado pelo aparelho, como é o caso de jogos complexos, com vídeos. Neste caso a performance de uma aplicativo nativo é considerada melhor do que a de um aplicativo híbrido. Esse não é o caso do aplicativo da Revista, que possui conteúdo predominantemente textual.

As aplicações híbridas usam então as linguagens da web, que são as linguagens padronizadas (Lopes, 2016). Para um desenvolvedor iniciante, além da familiaridade com linguagem HTML, a possibilidade de usar o próprio navegador como ambiente de execução para se construir aplicativos pode ser uma grande vantagem. Os aplicativos híbridos são instaláveis e usam os recursos nativos do aparelho, como câmera, touch (uso do toque para controlar ações) e outras funções, por meio de linguagem escrita em HTML, CSS e JavaScript.

A primeira versão do aplicativo ainda é experimental e pode sofrer alterações no que diz respeito ao layout, estrutura, menu dentre outros aspectos, após o primeiro período de utilização do mesmo por seus usuários. A opção pelo desenvolvimento de aplicativo híbrido traz ao projeto ainda mais desafios, que serão testados e levados a alterações com o tempo e utilização.

## **Conclusões**

Desenvolver aplicativos para atender uma demanda não é uma tarefa fácil de ser executada quando existem métodos e técnicas no âmbito da tecnologia que necessitam um entendimento do contexto dos usuários e conteúdo para identificar soluções tecnológicas existentes para suprir essa demanda. O desenvolvimento do aplicativo da Revista Observatório tornou então possível o exercício de explorar as diversas abordagens de desenvolvimento de aplicativos, trazendo para a academia as tecnologias

mais avançadas no que se refere a pensar soluções que independem de plataformas para serem executadas.

As funcionalidades apresentadas para o aplicativo, assim como as plataformas *open source*, possuem o pensamento de um construir coletivo, que se coloca à disposição de críticas, mudanças, transformações, para evoluir na medida em que as tecnologias avançam. Entender as necessidades dos usuários e as demandas da revista trarão, com o tempo, novos problemas a serem resolvidos nos aspectos técnicos do aplicativo, e isso, nada mais é do que a construção conjunta para a evolução do mesmo.

## Referências

CAMPOS, Augusto. O que é software livre. BR-Linux. Florianópolis, março de 2006. Disponível em <http://www.engwhere.com.br/empreiteiros/O-que-e-software-livre.pdf>. Consultado em 01/022019.

CHARLAND, A., & LEROUX, B. mobile application Development : Web vs . native. Communications of the ACM, 54, 0-5. 2011.

DEITEL, Paul J.; Deitel, Harvey M. Ajax, Rich Internet Applications, and Web Development for Programmers [M]. Beijing: Publishing House of Electronics Industry, 2010.

GATHOL, Rohit; Patel, Yogesh. Beginning PhoneGap: Mobile Web Framework for JavaScript and HTML5. Apress, 2013.

HUY, N. P., & VANTHANH, D. Evaluation of mobile app paradigms. Proceedings of the 10th International Conference on Advances in Mobile Computing & Multimedia - MoMM '12, 25. 2012.

LOPES, Sérgio. Aplicações mobile híbridas com Cordova e PhoneGap. 2016.

SANTIAGO, Mayron Cachina. Revista Mobile Magazine 39: Desenvolvendo aplicações para Android com PhoneGap. DevMedia, 2013.

WARGO, J. M. Apache Cordova 4 Programming. Person Education. 2015.

\_\_\_\_\_. PhoneGap Essentials: building cross-platform mobile apps. Addison-Wesley professional. 2012.

XANTHOPOULOS, S., & XINOGALOS, S. A Comparative Analysis of Cross-platform Development Approaches for Mobile Applications. Proceedings of the 6th Balkan Conference in Informatics, 213–220. 2013.

ZEMEL, T. Web Design Responsivo: páginas adaptáveis para todos os dispositivos. Casa do Código, 2012.

### **Sites:**

<https://phonegap.com/#benefits> acesso em 11/07/2018.

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/foco> acesso em 11/08/2018.

<https://opensource.org/docs/definition.php> acesso em 01/02/2019.

## Capítulo 7

### **Ensino de Comunicação/Jornalismo na Amazônia: um panorama sobre a produção docente**

*Sinomar Soares de Carvalho Silva*<sup>1</sup>

*Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior*<sup>2</sup>

#### **Introdução**

O conhecimento produzido pela ciência foi responsável por revolucionar as relações sociais em diversas épocas. Sejam os conhecimentos produzidos pelas Ciências Exatas que continuam a impulsionar os avanços tecnológicos ou pelas Ciências Humanas que nos ajudam a entender a influência dessas tecnologias em nosso cotidiano.

No Brasil o desenvolvimento da ciência, seja exata ou humana, ocorre primordialmente nas universidades, sobretudo as públicas. Durham (1998) aponta que apesar da perda do prestígio a partir da década de 1980, as universidades brasileiras ainda são o suporte indispensável para nossa ciência.

Sobre o conhecimento científico produzido nas universidades há diversas discussões qualificando ou quantificando a produção, uma espécie de “conhecimento do conhecimento” que discute a epistemologia da ciência e

---

<sup>1</sup> Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins e Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins. *E-mail*: sinomaruft@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/7663037157986323>.

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA) e licenciado em Pedagogia pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo e Pedagogia da UFT. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). Email: gilsonportouft@gmail.com.



os desdobramentos que os estudos científicos podem ter (FRANCELIN, 2004). Esta temática tem despertado o interesse de diversos estudos como o de Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2015) sobre a evolução quantitativa e regional da ciência brasileira ou de Schwartzman (2008) sobre o conhecimento produzido pela ciência na universidade e sua ligação com a política.

Contudo, os estudos sobre a ciência produzida pela área da Comunicação são limitados. Quando adicionamos a Região Norte as buscas são infrutíferas. A Comunicação, de acordo com Sodré (2014) não é eterna em constituição e alinhamento. Seus movimentos provocam alterações nos sistemas educacionais, na constituição da esfera pública e na produção social da subjetividade. Portanto, entender a Comunicação é de extrema importância para a sociedade. E o conhecimento sobre a área é fornecido essencialmente pela pesquisa produzida nas universidades.

Nesse ponto reside a originalidade e a importância de nosso estudo que tem como objetivo construir um panorama sobre a produção científica das universidades federais da Região Norte que oferecem o curso de Comunicação Social/Jornalismo, a saber: Universidade Federal do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Quando nos aproximamos do tema percebemos que parte substancial dos estudos científicos são produzidos nos programas de pós-graduação, de maior tradição de pesquisa. Assim, reduzimos o escopo de nosso trabalho produzindo também um panorama sobre a produção dos mestrados em Comunicação de três estados: Amazonas, Pará e Tocantins, os únicos oferecidos por instituições públicas na Região Norte. Esta parte focaliza a produção de artigos de periódico e discute as redes de coautoria, importante indicador tanto para as métricas e avaliações governamentais como para o próprio desenvolvimento da ciência regional.

### **Percurso metodológico**

O objetivo deste estudo é construir um panorama sobre a produção científica realizada pelos docentes dos cursos de graduação em

Comunicação Social/Jornalismo e pós-graduação em Comunicação oferecidos pelas universidades federais da Região Norte. Um levantamento bibliográfico foi realizado para construir esta pesquisa e verificou-se que o material sobre o tema é escasso. Esta constatação influenciou diretamente parte de nossa metodologia. De acordo com Gil (2008) quando um conteúdo é pouco estudado e é necessária uma aproximação com o tema o modelo de pesquisa mais apropriado é a exploratória.

O estudo de caso do tipo exploratório foi a estratégia utilizada para responder nossas perguntas do tipo “onde” e “quantos”, no sentido de ampliar informações sobre os cursos e a produção científica dos docentes (YIN, 2001). Fonseca (2002) aponta que este procedimento pode ser utilizado para estudar uma instituição, um sistema educativo, buscando construir uma perspectiva global e coerente com os objetivos propostos pelo pesquisador. De acordo com Yin (2001, p.33) “a pesquisa de estudo de caso pode incluir tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos”, que ao fim convergem para uma mesma análise. Assim, o levantamento da produção dos docentes de diferentes universidades produzirá uma única análise, apresentada na seção 4.

No estudo de caso os fenômenos e o seu contexto não estão claramente definidos (YIN, 2001). Dessa forma, os resultados que levantamos e seu contexto de produção não estão visivelmente claros. Nesse momento a pesquisa beneficia-se da literatura já escrita sobre produção docente e outras teorias, como a de campo científico de Bourdieu (2004), para construir uma análise que compagina os dados da pesquisa com a literatura disponível.

A análise que produzimos é um amálgama de dados quantitativos e qualitativos. De acordo com Creswell (2007) esta combinação é cada vez mais frequente nas ciências sociais. Assim, surgiram os métodos mistos como forma de responder a multiplicidade de dados que a coleta pode produzir. Nesse ir e vir de dados mistos a pesquisa por vezes será considerada descritiva, resultado da proposta exploratória que segundo Yin (2001) não tem os limites bem delimitados em relação à pesquisa descritiva.

YIN (2001) aponta que num estudo de caso há fontes diversas de evidência. Confirmamos esta assertiva no levantamento da produção, que inicialmente contou com um corpus de 113 docentes de sete universidades federais na Região Norte onde o curso de Comunicação Social/Jornalismo

é oferecido. Para o levantamento utilizamos a plataforma Sucupira, os portais das universidades na internet e os currículos disponíveis no sistema Lattes. Os professores substitutos não foram considerados.

Com estas informações formamos um banco de dados com as áreas de estudo, idioma e ano de publicação e os tipos de documentos. Escolhemos mapear a produção por meio de artigos de periódicos, livros, capítulos de livros e trabalhos completos publicados em anais de eventos. Para esta pesquisa fizemos um recorte temporal entre os anos de 2015 e 2017.

Em seguida refinamos nosso corpus passando a analisar apenas a produção de artigos de periódico dos docentes da pós-graduação. Assim, a análise concentrou-se em 36 docentes. Com as informações coletadas na plataforma Lattes foi possível levantar as revistas que mais receberam publicações.

Utilizando a Plataforma Sucupira (BRASIL, 2018) realizamos o levantamento do Qualis das revistas que foi adicionado ao conjunto de dados de que já dispúnhamos. No levantamento quantitativo da produção científica quando dois docentes assinam um mesmo produto este foi contado como apenas um para evitar duplicações no resultado.

Um aspecto importante da produção docente é a formação de rede, uma vez que a ciência presume cooperação. Na plataforma Lattes coletamos os coautores da produção de artigos de periódico o que nos possibilitou formar uma rede de coautoria. De acordo com Bordin, Gonçalves e Todesco (2014) esta rede é representada por um grafo com nós e vértices. Com o uso dos grafos poderemos visualizar a densidade da rede. Quanto mais pontos ligados mais densa é a rede e por consequência maior é a cooperação. Em nossa pesquisa cada nó representa um docente e cada vértice uma colaboração. As setas duplas indicam colaboração entre os docentes do programa ou com docentes dos outros programas analisados.

O grafo que apresentamos aponta ainda a colaboração com outros pesquisadores, que também podem ser seus orientandos. A função da criação de uma rede de coautoria é visualizar o nível de colaboração, importante quesito de avaliação dos programas. É a análise destas redes que garantem parte dos recursos destinados a pesquisa para determinada região ou universidade (BORDIN, GONÇALVES e TODESCO, 2014).

Yin (2001) aponta que uma das possibilidades, e é a que utilizamos, para analisar os dados advindos de um estudo de caso é a criação de tabelas e frequências capazes criar categorias e dispor as informações coletadas

nestas categorias, mas sempre tomando o cuidado para não produzir resultados tendenciosos. Portanto, depois de toda a coleta de informações realizamos e apresentamos em seguida a análise dos dados

## Resultados e discussão

O curso de Comunicação Social/Jornalismo é oferecido em sete universidades federais da Região Norte. Os resultados aqui apresentados não intentam promover qualquer tipo de comparação com outras regiões, mas com efeito propor uma ampliação do conhecimento sobre o norte do país e a produção científica desenvolvida pelas instituições públicas federais.

De acordo com os dados coletados, até dezembro de 2017 existiam 113 funções docentes no curso de Comunicação Social/Jornalismo e nas pós-graduações em Comunicação, com uma predominância de doutores. Os professores substitutos não foram considerados (TAB. 1).

Tabela 1 - Quantidade de funções docentes até dezembro de 2017

Instituição	Doutores	Mestres	Especialistas	Graduados	Total
UFAC	3	3	1	0	7
UFAM	10	2	2	2	16
UFPA	20	3	1	0	24
UFRR	10	4	0	0	14
UFT	24	3	0	0	27
UNIFAP	8	4	0	0	12
UNIR	7	5	0	1	13
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>24</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>113</b>

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018)

No triênio 2015-2017 estes docentes produziram 958 trabalhos entre artigos de periódico, livros (publicados/organizados/editados), capítulo de livro e trabalhos completos publicados em anais de eventos. Das quatro categorias a que teve o menor percentual (TAB. 2) foi livro/capítulo de livro que representou 27% de toda a produção do período.

Menezes, Pinheiro e Silva (2003) afirmam que nas humanidades pode existir uma preferência pela publicação de livros, mas a demora na edição e o tempo maior das pesquisas pode impactar nos números da produção. Esta tendência foi confirmada em nosso estudo, embora a área de Comunicação esteja classificada como Ciências Sociais Aplicadas. No caso de publicações por meio de editoras institucionais esta demora pode ser potencializada em razão da burocracia estatal.

Tabela 2 - Produção da graduação e pós-graduação entre os anos de 2015 e 2017

Instituição	Artigos de periódico	Livros	Capítulos de Livros	Eventos	Total
TOTAL	346	68	189	352	955

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018)

No quadro docente do Tocantins e do Amapá existem professores que ministram aulas simultaneamente na graduação e nos mestrados em História e Educação. Os números da produção apresentados até aqui considera estes professores porque o foco é a produção geral entre graduação e pós-graduação.

A publicação de trabalhos completos em anais de eventos representou 36,8% de toda a produção no período. Este número maior justifica-se porque os eventos científicos apresentam diversas pesquisas em curso, com resultados ainda preliminares. De todos os eventos que tiveram a participação dos docentes pesquisados 42,2% foram organizados pela **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom em suas edições regionais e nacionais. Apenas 3% foram organizados pela** Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós.

O compartilhamento de experiências e a apresentação de trabalhos em eventos aconteceu primordialmente em encontros realizados no Brasil, apenas 5,1% dos eventos foram em outros países, notadamente em países de língua espanhola como México, Colômbia e Espanha. Uma das pistas para esse resultado pode ser a barreira da língua, que justifica também a presença em alguns eventos realizados em Portugal. Sousa e Pôrto Júnior (2017) apontam que os pesquisadores de Ciências Sociais Aplicadas trabalham mais com publicações em sua língua materna, enquanto os estudos das áreas exatas e naturais procuram publicar em inglês. Quando analisamos os pormenores e os dados de todas as publicações encontramos apenas 6,8% em outra língua. Porém, deste número 58% são na língua inglesa e 33% em espanhol, outros 9% foram publicados em francês. Portanto, apesar de poucas publicações em relação ao total produzido, o que está em outra língua foi produzido em sua maioria em inglês.

A maior taxa de publicação em inglês está nos artigos de periódicos que representaram 36,2% de toda a produção no período, sendo portanto a segunda maior fonte de divulgação dos trabalhos produzidos. Um número considerável da produção de artigos foi realizada por docentes que fazem parte dos programas de pós-graduação (TAB. 3).

Tabela 3 - Produção no período de 2015 a 2017 por nível e tipo de material

Nível	Artigos de periódico	Livros	Capítulos de Livros	Eventos	Total por nível	Representatividade do nível %
Graduação	63	39	52	133	287	30%
Pós-Graduação	283	29	139	220	671	70%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>346</b>	<b>68</b>	<b>191</b>	<b>353</b>	<b>958</b>	<b>100</b>

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018)

A observação destes números atestam que a compatibilização entre ensino e pesquisa é problemática. Schwartzman (2008) destaca que o modelo de ensino superior implantado no Brasil teve a intenção de outorgar títulos e qualificações profissionais. Aliado a isso a sociedade brasileira não incorporou os valores e as motivações da atividade científica e o fraco desempenho econômico do país não criou a demanda por mais ciência como forma de resolver seus problemas. Assim, criou-se uma compatibilização problemática.

A menor produção de artigos de periódico na graduação pode ser resultado destas questões estruturais e de diferentes realidades vividas em relação à pós-graduação. Os artigos de periódico representam um importante critério de análise de programas de pós-graduação, progressão na carreira docente, além da obtenção de investimentos de agências de fomento. Em termos de divulgação científica podem alcançar um público maior que os eventos isolados. Muitos pesquisadores não podem dedicar-se integralmente aos seus projetos de pesquisa porque devem exercer outras atividades como as orientações, aulas e por vezes atividades administrativas dentro das instituições (ROSA, 2008 *apud* MACEDO E PORTO JÚNIOR, 2017).

Escolher o caminho da pós-graduação não exclui automaticamente o docente destas atribuições, mas há uma liberdade maior para o desenvolvimento da pesquisa uma vez que a pós-graduação oferece menos créditos, portanto o tempo na sala de aula comparativamente pode ser menor. Em suas recomendações para a abertura de novos programas de pós-graduação a Capes considera que o excesso de disciplinas restringe o desenvolvimento de pesquisas pelo discente (BRASIL, 2017).

Assim, há uma possibilidade maior do desenvolvimento de uma tradição de pesquisa. Na graduação o momento de maior contato com a pesquisa pode ser o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Em

Comunicação Social/Jornalismo esse contato tende a dividir espaço com uma educação voltada para a prática jornalística.

Durante as discussões para aprovação das novas diretrizes para o curso em 2009, foi proposto pela comissão de especialistas formada pelo MEC a substituição do TCC por um trabalho prático de cunho jornalístico avaliado por uma banca composta por docentes e jornalistas profissionais convidados.

Este foi um dos vários pontos sobre os quais a Compós manteve posição contrária. Para a instituição essa opção pelo trabalho eminentemente prático retira a possibilidade do aluno fazer um trabalho de caráter científico ou de crítica jornalística. Retirar o caráter de pesquisa científica do TCC não permitiria que houvesse um processo de iniciação científica, porque a docência e a pesquisa também são áreas de atuação para os egressos (COMPÓS, 2009).

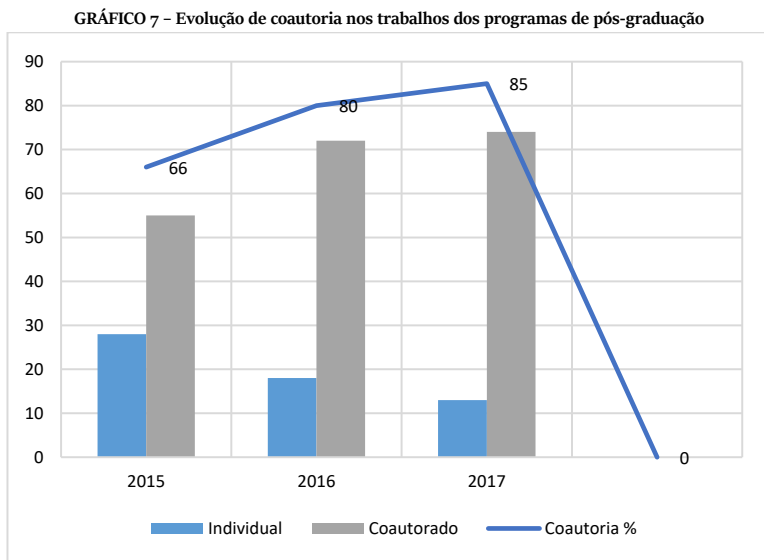
Como um meio termo entre os que desejavam um curso de caráter mais profissional e os que entendem que a base teórica deve ser ressaltada, o governo aprovou em 2013 as novas diretrizes com o TCC podendo ser de caráter teórico ou prático e a presença de jornalistas profissionais na banca ficando a critério de cada instituição (BRASIL, 2013). As alterações entrarem em vigor em 2015. Pelo caráter recente, pesquisas futuras terão maiores possibilidades de responder sobre o processo de produção científica na graduação depois das últimas alterações nas diretrizes.

Como vimos, a maior parte da produção foi realizada pelos professores ligados aos programas de pós-graduação. Iremos apresentar agora um panorama da produção com números baseados apenas nesta produção docente, notadamente dos artigos de periódico. Será dado enfoque ao processo de colaboração e os estratos das revistas onde os artigos foram publicados. Os dados a seguir consideram apenas os números dos professores dos programas de pós-graduação em Comunicação, exclui-se os docentes dos mestrados em História e Educação.

A colaboração sempre esteve no cerne da ciência, a complementaridade de saberes foi responsável por grandes avanços em todas as áreas do conhecimento. Com a evolução tecnológica e o encurtamento das distâncias essa cooperação foi potencializada. As chamadas redes de coautoria são um tipo de rede social onde os pesquisadores são os principais agentes (BORDIN, GONÇALVES e TODESCO, 2014).

É importante compreender os papéis destas redes de colaboração. Ao escolher determinado parceiro um pesquisador consegue dar novos contornos à sua pesquisa o que pode otimizar seu impacto. Uma razão prática para estimular a cooperação nas pesquisas diz respeito às agências de fomento que podem escolher alocar seus recursos em determinada área para a realização de projetos colaborativos entre os diferentes atores da região (SIDONE, HADDAD e MENA-CHALCO, 2014).

Os três programas de pós-graduação em Comunicação da região possuem 36 docentes. A produção de 36,1% destes pesquisadores é realizada integralmente em colaboração. No triênio 2015-2017 houve uma evolução nas produções realizadas em colaboração.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018)

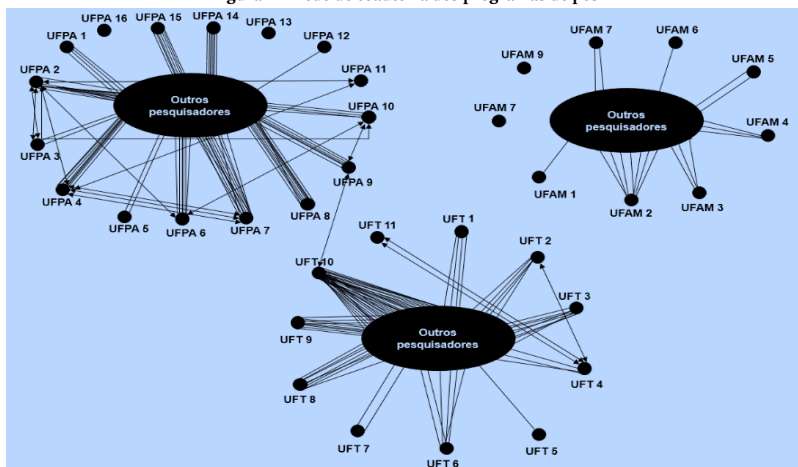
No contexto de uma rede de colaboração a análise é importante para entender o nível de interação entre os integrantes da rede. Entre os três programas de pós-graduação analisados é perceptível (FIG. 1) que a colaboração configura-se principalmente entre os docentes dos programas e não entre os docentes de instituições diferentes. Assim, percebemos que o grau de densidade da rede é baixo, pois de acordo com Bordin, Gonçalves e Todesco (2014) a densidade mede o nível de ligação, quanto mais pontos



ligados mais densa é a rede e por consequência maior a colaboração. Com a ilustração também é possível perceber a concentração da produção em alguns docentes.

Em termos de densidade percebe-se que a UFPA realizou mais trabalhos colaborativos entre seus docentes. Mas em todas as redes, a colaboração com outros pesquisadores, sobretudo entre orientadores e orientandos, foi visivelmente maior. Há dois pesquisadores na UFAM e na UFPA que não produziram artigos no triênio 2015-2017.

Figura 2 – Rede de coautoria dos programas de pós



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018)

A colaboração na pesquisa deve ser entendida não apenas como mecanismo para o crescimento da área, dos financiamentos e a melhoria nas avaliações das pós-graduações. Ao falarmos do norte e sua produção não podemos realizar apenas uma ligação direta dos números ao contexto da região. De acordo com Bourdieu (2004) entre os números e o contexto há um campo social, uma ciência que não é totalmente dependente do governo e que também não se desvincula totalmente das questões sociais.

Todo campo científico é um espaço de forças que buscam conservá-lo ou transformá-lo. Nesse aspecto conseguir capital científico desempenha papel chave. Quanto maior o capital científico maior a capacidade de alterar a estrutura do campo. No sentido de nossa discussão a estrutura

do campo seria alterada por meio de uma pressão e ocupação dos espaços deixados pelas ilhas da produção científica que não se movem em busca de capital que pode advir da colaboração e do avanço das pesquisas (BOUDIEU, 2004). Analisando a rede de colaboração (FIG. 1) é possível notar que 16 docentes tiveram produção menor que três artigos em 36 meses, destes, quatro não tiveram produção no período pesquisado.

Mas o que seria capital em nossa discussão de produção científica? O reconhecimento e o crédito conferido pelos pares que proporciona autoridade é uma das faces mais visíveis do capital científico (BOURDIEU, 2004). Na área da divulgação há um local de muito prestígio e reconhecimento ocupado pelas revistas científicas. Com o objetivo de ser um espaço de divulgação das pesquisas em Comunicação, Educação e Jornalismo que tematizam a Amazônia foi criada a revista Pan-Amazônica Aturá. O comitê editorial é formado por professores das federais do Tocantins, Roraima, Rondônia e Pará (PORTÔ JÚNIOR e COLFERAI, 2017). Esta é mais uma face da colaboração científica na Região Norte, para além da assinatura conjunta de artigos periódicos.

Portanto, a colaboração também pode ser responsável pela mudança na estrutura do campo científico por meio da criação de espaços que valeram-se do elevado capital que lhes é conferido para tentar mudar as realidades do campo ou mesmo mostrar a existência desse campo numa arena maior.

Segundo Meadows (1999) as revistas são o canal formal da ciência, é sua publicação que legitima as teorias e descobertas científicas. A capacidade de estar a disposição do público alvo por um longo tempo as transforma nas fontes mais importantes que as comunicações formais e efêmeras. Esta capacidade de comunicação e permanência dos periódicos confere grandes poderes aos editores científicos e promove um maior rigor para aceitação das produções.

Como contraponto e forma de também preservar a informação as universidades têm criado seus repositórios institucionais para manter sua produção aberta, visível e permanentemente disponível ao público. O uso

dessa ferramenta também é uma forma de prestação de contas dos recursos investidos pela sociedade por meio das agências de fomento. Mas Andrade (2014) aponta que considerar que os repositórios promovem visibilidade não condiz com a realidade da maioria das instituições, pois o pesquisador vai buscar informações em instituições de prestígio, não acessando as de menor tradição de pesquisa.

Em mais uma face da colaboração e para evitar a dispersão da produção e a pouca visibilidade em 2014 dez instituições federais da Região Norte firmaram um acordo para criar um consórcio de repositórios para abrigar toda a produção. Assim, as buscas retornariam pesquisas de todas as universidades participantes o que aumentaria o protagonismo da região (BRASIL, 2014). Mas o caminho em busca do prestígio conferido às revistas ainda é longo. São estas ferramentas de divulgação que a Capes utiliza para qualificar a produção dos programas de pós-graduação por meio do Qualis, o que confere ainda mais importância aos periódicos científicos.

A imensa quantidade de artigos produzidos pelos programas de pós-graduação impossibilita a Capes de avaliar a qualidade. Assim, a instituição optou por usar a classificação dos periódicos, pressupondo-se que um artigo aceito por revistas que cumpram padrões de revisão, periodicidade e uma série de outros quesitos que tornam os processos de seleção mais competitivos, garantem, de certo modo a qualidade e a relevância para a área (BARATA, 2016).

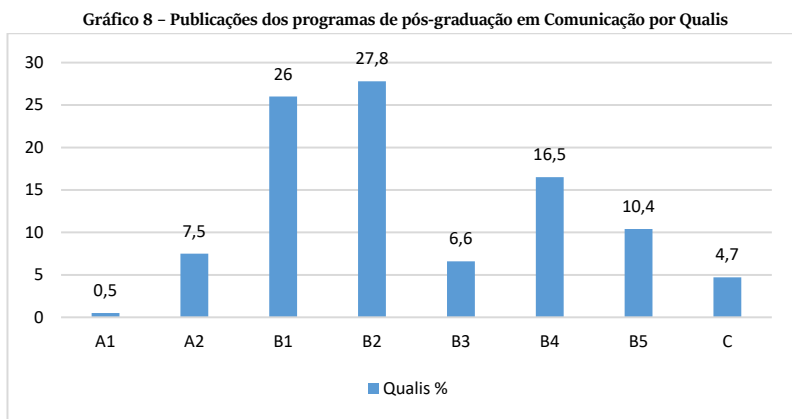
Os periódicos são classificados por cada área do conhecimento, em seguida a Capes utiliza a classificação para mensurar a qualidade do que foi produzido pelos programas. Os periódicos são classificados em sete estratos (A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5). Há ainda o estrato C para publicações que não obedecem critérios mínimos estabelecidos por cada área ou não são considerados científicos (BARATA, 2016).

Portanto, o fluxo é assim desenvolvido: a área classifica os periódicos considerados relevantes de acordo com seus critérios formando uma lista com os estratos. Os programas informam anualmente a produção realizada e a Capes cruza esta informação com a classificação feita pela área a

qual pertence o programa. Um mesmo periódico pode ter vários Qualis, podendo ir de A1 em determinada área até C em outra. Isto acontece porque um determinado periódico é considerado mais importante para uma área do que para outra (BARATA, 2016). Assim, na Comunicação temos periódicos mais próximos do Jornalismo ou da saúde, há uma grande diversidade.

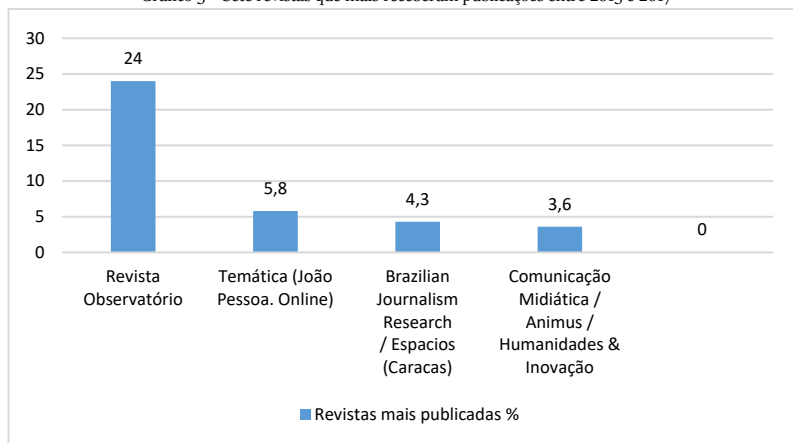
No triênio analisado foram publicados trabalhos em 137 periódicos diferentes, de publicações eminentemente da Comunicação até as mais voltadas para a Administração, por exemplo. De todas as publicações 23,3% não têm Qualis em Comunicação e Informação, área de concentração dos programas estudados. Mas estes periódicos não são desconsiderados para a avaliação dos programas.

Porém, em função da diversidade, e para demonstrar os estratos que mais receberam artigos resolvemos analisar as publicações realizadas apenas no periódicos com Qualis em Comunicação e Informação que representaram 76,7% (GRAF. 4).



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018)

Gráfico 5 – Sete revistas que mais receberam publicações entre 2015 e 2017



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018)

Conforme o Gráfico 5 as revistas que receberam mais publicações estão localizadas no Tocantins, João Pessoa, Brasília, Caracas e Rio Grande do Sul.

Como vimos há uma heterogeneidade de Qualis e revistas. Em todo o período analisado 43% de todas as revistas receberam apenas uma publicação com diversos temas, de música a cultura indígena. Estes resultados refletem também a alta taxa de docentes de outras áreas. Dos 36 professores dos programas analisados a maioria, 58,3%, são formados em outras áreas. Mas esta não é uma condição negativa, mas positiva uma vez que diversidade também é a palavra que podemos utilizar para descrever a região amazônica.

Portanto, é preciso aproveitar a diversidade de formações e a facilidade técnica para fortalecer as interações que produzirão novos trabalhos, novas descobertas que fortalecerão a pesquisa amazônica. Este fortalecimento deve valorizar o regional e pode dar forças para deslocar investimentos e profissionais para a Região Norte em busca de um maior equilíbrio de forças na pesquisa brasileira.

#### 4. Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi apresentar um panorama sobre a pesquisa científica produzida pelos cursos de Comunicação Social/Jornalismo oferecido pelas universidades federais da Região Norte. Antes, apresentamos um debate sobre a oferta do curso relacionando instituições públicas e privadas. Os resultados mostraram que há uma presença maior das universidades públicas oferecendo o curso no interior, a despeito da existência de mais instituições privadas.

Acreditamos que o objetivo do trabalho foi cumprido. Demonstramos um rico panorama sobre a produção científica, com uma predominância dos eventos científicos e dos artigos de periódico. Entre os níveis da formação, mostramos que a pós-graduação responde por 70% de toda a produção realizada entre os anos de 2015 e 2017.

Os artigos de periódico são considerados os canais formais da ciência (MEADOWS, 1999). Nesta categoria há também hegemonia da pós-graduação, que respondeu por 81,7% da produção no triênio pesquisado. Estes artigos foram divulgados em sua maioria em revistas com Qualis B1 e B2, o que atesta a qualidade da produção no período.

Apesar da qualidade da produção e de sua hegemonia em relação à graduação, os docentes dos programas de pós-graduação não têm realizado trabalhos cooperativos, considerando apenas a produção de artigos científicos que são os mais valorizados produtos de divulgação científica.

A despeito da evolução tecnológica ser capaz de diminuir distâncias e facilitar a cooperação, estes instrumentos não têm sido utilizados, é o que mostra o resultado da análise. E na Região Norte que é caracterizada pelas grandes dimensões o uso da tecnologia e do trabalho cooperativo é de suma importância para o desenvolvimento da ciência regional.

Contudo, pesquisas futuras podem mostrar resultados diferentes uma vez que os conhecimentos científicos são provisórios e parciais (FRANCELIN, 2014). Por isso é necessário o desenvolvimento de novos trabalhos para continuar mostrando a realidade da Região Norte,

principalmente trabalhos cooperativos, há um emaranhado de informações, sistemas, legislação que prescindem de vários pesquisadores para entender.

## Referências

- ANDRADE, Viviane Toraci Alonso de. Política de comunicação científica em rede: repositórios institucionais como dispersão. **Revista Iberto-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 2, p.1-16, dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/10250>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, [s.l.], p.1-18, 11 ago. 2016. Disponível em: <CAPES. <http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.947>>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Unesp, 2004. 85 p.
- BORDIN, Andréa Sabedra; GONÇALVES, Alexandre Leopoldo; TODESCO, José Leomar. Análise da colaboração científica departamental através de redes de coautoria. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 19, n. 2, p.37-52, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/1796>
- COMPÓS. **Posicionamento da Compós sobre as novas diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo**. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/M4hgTw>>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- BRASIL. **Carta de Belém**. 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ufpa.br/jspui/Carta de Belem.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/Carta%20de%20Belem.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. **APCN: Propostas de Cursos Novos à CAPES**. 2017. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Sistema E-Mec: Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. 2018. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2018.
- CRESWELL, John W.. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. São Paulo: Artmed/bookman, 2007. 248 p.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **As Universidades Públicas e a Pesquisa no Brasil**. 1998. Disponível em: <nupps.usp.br/downloads/docs/dt9809.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

[FRANCELIN, Marivalde Moacir](http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652004000300004). **Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos**. Ci. Inf. [online]. 2004, vol.33, n.3, pp.26-34. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652004000300004>.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos livros, 1999. 268p.

PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças; SOUSA, Poliana Macedo de. Divulgação científica: mapeamento da produção científica dos docentes do curso de Jornalismo do estado do Tocantins. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson et al (Org.). **Comunicação, ensino e tecnologia: Experiências e discussões pertinentes à formação do profissional**. Porto Alegre: Fi, 2017. Cap. 3. p. 53-64. (Comunicação, Jornalismo e Educação).

\_\_\_\_\_; COLFERAI, Sandro. Por novas fronteiras na Amazônia: tecendo e compartilhando pesquisas. **Aturá Revista Pan - Amazônica de Comunicação**, Palmas, v. 1, n. 1, p.09-14, abr. 2017.

SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Transinformação**, [s.l.], v. 28, n. 1, p.15-32, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892016002800002>.

SCHWARTZMAN, S. Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008. Miséria da ideologia. 141 p.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014. 323 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.



## Capítulo 8

### Mídia x Língua: Como (e quando) erros gramaticais são abordados \_Estudo de caso Uol Educação\_

*Andréia Rocha*<sup>1</sup>

*Ana Carolina Costa dos Anjos*<sup>2</sup>

#### Introdução

O uso da língua pode envolver mitos e preconceitos. Isso se dá porque ainda reina no meio social, incluindo o meio midiático, o conceito acientífico da língua, tornando-a um mero arcabouço de regras gramaticais indissolúveis. E é justamente esse aspecto rígido que consolida, no âmbito social, a ideia de que a língua é difícil e que, ainda com anos de vida escolar, o indivíduo continua acreditando que não sabe a língua portuguesa.

O avanço dos estudos da língua(gem) tem crescido em todo o mundo. A Linguística, ciência que se consolidou, sobretudo, nos meados dos anos de 1920, trouxe o questionamento do que seria a língua, levando esse universo vivo, mutável e tão organicamente humano, para um patamar além do aspecto normativo e tecnicista da gramática.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Comunicação Social /Jornalismo pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC), licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Aluna de Especialização em Comunicação e Temas Contemporâneos do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [jornalistaandreiarocha@gmail.com](mailto:jornalistaandreiarocha@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFT (2012), Especialista em Comunicação, Jornalismo e Ensino (Opaje-UFT, 2017), Mestra em Ciências do Ambiente (2015), Doutoranda em Sociologia (Universidade Federal de São Carlos, 2018-2022). E-mail: [carolcdosanjos@gmail.com](mailto:carolcdosanjos@gmail.com)

Com isso, cientistas propuseram uma abordagem mais social para a análise linguística. Ora, se a língua é um organismo humano, integra a estrutura sociocognitiva dos indivíduos, seria lícito avaliar as manifestações linguísticas não dentro do compêndio gramatical, mas sim, no meio social, onde o sistema linguístico é de fato produzido, e mais do que isso, reformulado e ampliado constantemente.

Seguindo essa linha, começou-se a pensar, a partir dos anos de 1960, mais precisamente com os estudos da Sociolinguística<sup>3</sup>, que cada língua, na verdade, não era uma, e sim, múltipla. A partir de então, estudiosos, como William Labov, começaram a utilizar o termo “variação linguística” que consiste, a grosso modo, que a língua varia conforme diversos fatores como idade, profissão, sexo e região geográfica.

Dessa forma, a noção de erro x acerto no uso da língua passou a ser questionado, tendo como princípio básico o entendimento de que a língua é, antes de tudo, meio pelo qual a comunicação acontece dentro de uma dada comunidade. Assim, falar ou escrever “corretamente” não está ligado apenas ao respeito/obediência às regras gramaticais. Portanto, seria importante também, conforme estudos da Sociolinguística, avaliar o contexto social do ato de fala, o que nem sempre requereria as chamadas variedades de prestígio, que são aquelas utilizadas pela classe social letrada, econômica e socialmente mais prestigiada na sociedade, em atos de fala mais monitorados e formais.

Partindo desse conceito de língua, à luz da Sociolinguística, este artigo pretende discutir como a mídia, especificamente o portal de notícias Uol, pode colaborar com o esclarecimento de questões gramaticais, pontuando as prescrições da gramática, sem emitir juízos de valor e sem deixar leitores e internautas diante de narrativas simplistas e meramente exemplificadoras. É por considerar o alcance que veículos de comunicação como *sites* e portais têm na sociedade que se faz necessário zelar por matérias que tenham abordagens mais didáticas e (in)formativas, quando o assunto

---

<sup>3</sup> Sociolinguística: ciência ramificada da Linguística que estuda o caráter social da língua de uma determinada comunidade, considerando aspectos extralinguísticos, como sociais, econômicos, regionais etc.

é língua. Além do mais, o jornalismo precisa colaborar com a formação de uma sociedade que tenha mais luz de conhecimento, e menos obscurantismos, que podem gerar preconceitos e discriminação.

## 2. A língua como valor-notícia

Os veículos de comunicação configuram uma arena onde cenários são construídos a partir de fatos colhidos na sociedade. Acontecimentos das mais variadas origens e envolvendo personagens diversos ganham espaço na mídia, seja por notoriedade, proximidade, novidade, relevância, impacto. Esses fatores, chamados de valor-notícia, podem ser a “credencial”, o “passaporte” para que o acontecimento seja pauta do veículo de comunicação. Nessa arena, também podem estar em jogo fatores de outras esferas, ou seja, que não estão dentro do âmbito do jornalismo. São fatores de cunho político, econômico- mais especificamente empresas financiadoras do veículo de comunicação, fontes de investimento publicitário- que também podem direcionar a seleção dos fatos que se tornarão notícias. Nesse universo, a figura do “gatekeeper”, profissional que vai selecionar os acontecimentos, é peça importante na configuração do debate. Conforme aponta Pena (2006, p.132):

Ou seja, diante de um grande número de acontecimentos, só viram notícia aqueles que passam por uma cancela ou portão (*gate* em inglês). E quem decide isso é uma espécie de porteiro ou selecionador (o *gatekeeper*), que é o próprio jornalista. [grifo do autor]

É a partir da escolha dos fatos que a sociedade vai ter acesso a dados e acontecimentos de forma a propiciar no meio social o debate e a reflexão. Aqui, nesse ponto, é válido destacar que a *agenda setting*, teoria da comunicação que aponta a mídia como fonte dos temas sobre os quais o público vai discutir na sociedade, também foi impactada com o “boom” das redes sociais. Atualmente, não somente os veículos de comunicação de massa noticiam. A notícia pode partir de qualquer indivíduo e o meio pelo qual a

notícia é veiculada ultrapassou os muros de veículos de comunicação tradicionais, estando agora também nas redes sociais.

Entretanto, ainda que determinado fato tenha um valor-notícia, o jornalista não deve esquecer que tem, como uma premissa para o exercício da sua profissão, a responsabilidade social. É por meio dela que o comunicador, seja em rádio, impresso, TV ou online, deve propiciar à sociedade um momento de reflexão, debate e conhecimento. Faz parte da rotina diária do profissional jornalista apontar fatos e apresentá-los mediante um quadro, no qual sejam expostos cenas, dados, conceitos, contrapontos, contextos e cronologias. Mediante isso, a execução dessa tarefa requer apresentar um cenário com, no mínimo, duas versões e/ou hipóteses, a fim de evitar controvérsias, equívocos e superficialidades.

Foi dentro dessa busca por fatos que o jornalista ganhou nas últimas décadas um celeiro fértil: as redes sociais. Nelas, ele consegue mais proximidade com artistas, já que as celebridades se utilizam de suas contas pessoais para expor não só sua vida artística e pessoal, mas também para, inclusive, reagir a fatos políticos e sociais. Com essa exposição, tanto a mídia como a sociedade têm acesso a pontos de vista e, por meio de declarações via redes sociais, mídia e sociedade se apoderam da exposição da celebridade. Assim, veículos ganham suas pautas, e a sociedade, assuntos para conversas informais em seu cotidiano. Além disso, a exposição nas redes sociais ainda permite que o internauta responda, afronte e critique declarações dessas celebridades, parecendo diminuir a distância entre cidadão comum e artistas.

É nesse celeiro novo que a mídia tem encontrado material diversificado, seja seguindo um tom comportamental, quando artistas fazem declarações polêmicas, o que gera audiência e debates; seja para dar dicas de moda, de culinária, de hábitos saudáveis, tendo como base também as celebridades. É aqui que a língua pode ser outro ponto de partida. Uma pessoa comum cometendo deslize ortográfico em sua conta no *Twitter* não desperta interesse da mídia, mas artistas, sim.

Então, a partir desse deslize gramatical/ortográfico cometido por artistas/celebridades, a pauta nasce. Mas, que valor-notícia respalda a pauta? Pode-se concluir que, como valor-notícia para esse tipo de matéria na mídia, poderia ser citada a notoriedade dos personagens, ou como define Erbolato (2006, p.61), a proeminência, já que “Tudo que se refere a pessoas importantes (proeminentes) encontra interessados”. Assim, o uso da língua dessas pessoas notórias e proeminentes se torna um valor-notícia, não tomando como base a sua importância ou relevância, mas como alerta sobre o “bom uso” da língua. É comum encontrar na mídia colunas que abordem a língua portuguesa, funcionando como dicas rápidas do Português. Por outro lado, também é comum encontrar notícias sobre deslizes gramaticais cometidos por artistas/celebridades que só trazem narrativas simplistas, sem contextos, sem o caráter formativo/didático. No entanto, esse aspecto não será o foco deste artigo, pois já foi abordado em outro momento.

No caso estudado neste artigo, o portal Uol utilizou deslizes gramaticais e ortográficos de celebridades cometidos no *Twitter* para abordar, de maneira didática para seus leitores, as prescrições gramaticais. Entende-se que o valor-notícia da notoriedade/proeminência dos personagens envolvidos foi o ponto de partida para a matéria. E, a partir desses deslizes, o internauta pôde rever e/ou aprender regras de ortografia e gramática, o que pode colaborar com aqueles que buscavam e se interessavam por esse tipo de conteúdo.

### **3. Estudo de caso-Portal Uol Educação**

O Portal Uol Notícias foi criado em abril de 1996. Segundo dados do IBOPE Nielsen online, o Uol contabiliza mais de 50 milhões de visitantes e 6, 7 bilhões de páginas visitadas ao mês, o que o torna o maior portal do Brasil.

O Universo Online deixou a estrutura de site para se tornar portal ainda no primeiro ano da sua criação. Considerado como o portal com

maior fluxo de notícias em língua portuguesa do mundo, tendo sete milhões de páginas e mais de mil canais de notícias, o espaço midiático tem em sua estrutura canais voltados especificamente para assuntos variados, dentre eles, a Educação. O Uol Educação oferece ao internauta informações sobre cursos, vestibular, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), além de abas como “dicionário”, “plano de aula” e “onde estudar”, com orientações acerca de cursos a distância, - tendo inclusive o Uol Cursos Online voltado para estudo de línguas, graduação e pós-graduação-, bem como seções referentes ao exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e intercâmbio.

Dentro desse ambiente do UOL voltado exclusivamente para assuntos de educação é que foram coletadas duas matérias acerca da língua portuguesa. Os casos registram deslizos gramaticais/ortográficos cometidos por celebridades brasileiras em suas contas pessoais na rede social *Twitter*. A coletânea de casos foi registrada nos anos de 2012, 2013 e 2016.

### **3.1 Celebidades x Twitter- “escorregadelas” na língua**

Em janeiro de 2016, o portal UOL publicou 15 casos de erros gramaticais cometidos por artistas, sejam eles cantores, atores ou apresentadores, em suas contas pessoais no *Twitter*. A publicação, que reúne diversas imagens pertencentes a um álbum específico, traz a imagem do *tweet* do artista, com o erro gramatical/ortográfico destacado e, logo abaixo, breve texto introdutório informando sobre do que se trata tal desliz, a forma correta e um link intitulado “Veja mais”, que leva o internauta a uma página com a explicação mais detalhada sobre o caso citado e como seria a forma correta, prescrita pela norma gramatical.

A primeira imagem do referido álbum registra um texto introdutório. Nele, aparece a palavra “lapso”, em referência aos erros gramaticais/ortográficos que serão apresentados em seguida. O texto também sugere que esses “lapsos” podem ter sido publicados “sem querer” e reforça ainda que o internauta deve tomar cuidado ao “postar qualquer

coisa na internet ou nas redes sociais”, sendo necessário, portanto, tomar bastante atenção e revisar o texto antes da publicação.

Figura 1- Imagem introdutória/álbum “Erros de português das celebridades”



Fonte: Portal Uol Educação- 10 de setembro de 2017

Entre os 15 exemplos citados nesta matéria, a ortografia e a pontuação foram os casos que apresentaram maior número. Seis celebridades cometeram “lapso” de ortografia, utilizando palavras como “ancioso”, no lugar de ansioso; ou “sínico”, no lugar de “cínico”. Em alguns *tweets*, foram cometidos mais de um lapso, envolvendo formas verbais equivocadas ou o mau uso do porquê. Também lidera o número de “escorregadelas gramaticais” o emprego incorreto da vírgula, separando o sujeito do predicado, o que a gramática não prescreve.

Ainda apareceram na mesma compilação de *tweets* retratados no Portal Uol, casos em que artistas não obedeceram a regras de concordância verbal, de crase e, até, casos em que foram utilizadas expressões mais informais, bem comum em atos de fala menos monitorado. É o que se pode perceber na figura 2:

Figura 2: Cantor Naldo comete deslizes gramaticais no Twitter



Fonte: Portal Uol Educação- 10 de setembro de 2017

No exemplo acima, o cantor Naldo utilizou formas verbais consideradas equivocadas, segundo as regras gramaticais. Primeiramente, ele usa o “to”, no lugar de estou e o “ta”, em vez de estar, configurando um equívoco duplo, como pontuou o texto do professor Antônio Carlos Olivieri, fonte da matéria. *“Usa-se tá no lugar de está, mas não no lugar de estar”*. Além disso, o artista ainda confundiu a colocação pronominal, misturando a primeira pessoa (eu) com o pronome oblíquo de segunda pessoa (se), devendo ter utilizado o “me”, que é o correspondente da primeira pessoa.

Nesse caso citado, não há o link “Veja mais” para que o leitor conheça melhor a regra e tenha acesso a outras dicas. Outros dois casos, entre os 15 apresentados na matéria, também não apresentam o link. São deslizes quanto às regras gramaticais e ortográficas cometidos pela apresentadora Angélica e atriz Thaila Ayla. A primeira utilizou a expressão “há oito anos atrás”, que é considerada redundante, uma vez que possui em sua estrutura duas palavras que remetem ao tempo passado, sejam elas o verbo “haver” e o advérbio “atrás”. Já a atriz Thaila Ayla cometeu dois deslizes, um de ortografia, com a palavra contramão escrita de forma separada

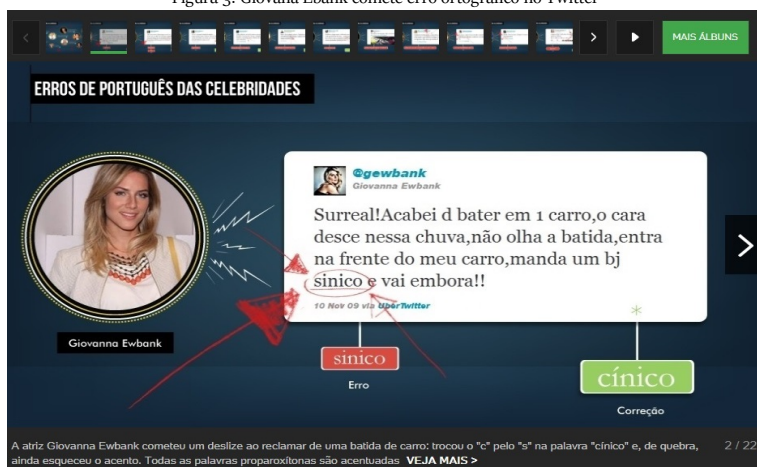


(“contra mão”); e o uso equivocado da vírgula, separando sujeito e predicado, deslize que apareceu em outros cinco casos retratados na matéria.

Dessa forma, pode-se inferir que o *link* foi dispensado nestes casos porque outros *tweets* já tinham apresentado tais deslizes e, neles, foi inserido o *link* do “Veja Mais” que conduzia o internauta a uma página com mais conteúdo acerca daquele lapso gramatical, tornando desnecessário repetir o mesmo *link*. Embora isso possa ser uma justificativa, a repetição do *link* poderia ser um reforço ao conteúdo, já que o tom da matéria é instrutivo.

Em outra publicação, registrada em janeiro de 2013, o Uol Educação elencou outros dez casos de “lapsos” gramaticais cometidos por celebridades, nos anos de 2012 e início de 2013. Destes, seis foram referentes a desvios de regras ortográficas. Novamente, a ortografia aparece com o maior número de “erros” das celebridades no *Twitter* e, diferentemente da matéria mencionada anteriormente, o Uol Educação trouxe logo abaixo da imagem do *tweet* do artista a forma correta correspondente em cada caso. É o que se pode observar na figura 3:

Figura 3: Giovanna Ebank comete erro ortográfico no Twitter



Fonte: Portal Uol Educação- 10 de setembro de 2017

A artista escreveu “sínico”, em vez de “cínico”, que é a forma correta segundo as regras da ortografia. No texto abaixo da imagem, que insere também o *link* “Veja mais” para mais informações sobre o caso, destacou-

se ainda que toda palavra proparoxítona é acentuada, pois, no mesmo *tweet*, a atriz também esqueceu o acento agudo da palavra, o que configura o segundo lapso na escrita da mesma palavra.

Sobre o mesmo âmbito da ortografia, a atriz Nana Gouvea apareceu duas vezes na matéria. Foram dois *tweets* da artista com lapsos ortográficos. Em um deles, a celebridade ainda acentuou equivocadamente o pronome “Tu”, trocou letras da palavra “clima” e pluralizou o advérbio (palavra invariável, segundo a gramática) “sempre”, conforme a figura 4:

Figura 4: Nana Gouvea comete lapsos de língua portuguesa no Twitter

ERROS DE PORTUGUÊS DAS CELEBRIDADES

**Nana Gouvea**

Deu no [www.cilmatempo.com.br](http://www.cilmatempo.com.br) q vai fazer 36º no Rio de Janeiro a semana inteira! Obrigada Senhor! **Tú** sempre **houves** as minhas preces! Aleluia!!

© Nov 09 via web

**houves** (Erro)      **ouves** (Correção)

**Tú** (Erro)      **Tu** (Correção)

Foi tanta emoção com o sol no Rio de Janeiro que a atriz/modelo/dançarina Nana Gouvea derrapou no português: colocou um acento inexistente no pronome "tu", trocou letras de posição na palavra "clima", escreveu "sempre" no plural (advérbios são invariáveis) e inventou um "houves" que não existe em "houves". Isso para não falar da falta de vírgula separando o vocábulo do resto da oração. **VEJA MAIS.**

3 / 22

Fonte: Portal UOL Educação- 10 de setembro de 2017

Na publicação, foi colocado um tom, que pode ser considerado de brincadeira ou irônico, no texto que se segue logo abaixo do *tweet* da artista, com a declaração: “Foi tanta emoção com o sol no Rio de Janeiro que a atriz/modelo/dançarina Nana Gouvea derrapou no português”. No entanto, tal declaração pode ser entendida como maneira mais descontraída de abordar o assunto, num tom menos magisterial, e mais próximo do público interessado em notícias que envolvam celebridades. Importante ressaltar, porém, que o *link* de “Veja mais” leva a uma página que trata com mais detalhes sobre o desvio gramatical cometido, em linguagem fácil e sem juízos de valor acerca da celebridade.

### 3.2. A língua portuguesa- uma “aula” virtual no Portal Uol Educação

Estudiosos, como o linguista Marcos Bagno<sup>4</sup>, têm realizado pesquisas que envolvem língua e mídia. Bagno denomina de comandos paragramaticais<sup>5</sup> todo o material midiático voltado para a língua portuguesa, como CD-ROMs, blogs, colunas etc. Segundo o linguista, esse material contribui para o fortalecimento de mitos linguísticos na sociedade como “o português é muito difícil”, ou “brasileiros não sabem português”. Dessa forma, a mídia pode ser considerada como mais uma força que consolida a visão equivocada de língua, ou seja, a língua como sendo apenas o conjunto de regras gramaticais.

Os estudos linguísticos apontam ainda que a ortografia também se constitui, no senso comum, como sendo a própria língua portuguesa. No entanto, pesquisas da Linguística já apontam que o conhecimento de uma língua não está necessariamente atrelado à sua ortografia, como afirma Bagno (2015, pp. 186 e 187):

Ora, saber ortografia não tem nada a ver com saber a língua. São dois tipos diferentes de conhecimento. A ortografia não faz parte da gramática da língua, isto é, das regras de funcionamento da língua (...). A ortografia oficial é fruto de um decreto, de um ato institucional por parte do governo, e fica muitas vezes sujeita aos gostos pessoais ou às interpretações dos fenômenos linguísticos por parte dos filólogos que ajudam a estabelecê-la.

Ou seja, com isso, pode-se concluir que a ortografia, enquanto sistema prescritivo da escrita, não deve ser fator único de estudo da língua, nem mesmo o mais importante. Como analisa Bagno (2017, p. 30):

Falar sua língua materna é uma competência do mesmo tipo de respirar, andar, chorar, espirrar, dormir... São capacidades que qualquer ser humano normal

---

<sup>4</sup> Marcos Bagno é Doutor em Filologia e pesquisador no campo da Sociolinguística. Suas obras tratam de mitos acerca da língua e dos juízos de valor emitidos no âmbito social sobre os desvios gramaticais, questionando as concepções sobre o que seja “certo” ou “errado”.

<sup>5</sup> Comandos paragramaticais: termo utilizado por Marcos Bagno para designar matérias midiáticas no estilo “dicas de português”, que têm como concepção de língua o mero conjunto de regras gramaticais, validado pelos dicionaristas.

tem. Por isso, nós as exercemos automaticamente e com excelentes resultados. Escrever de acordo com a ortografia oficial é uma competência do mesmo tipo de dirigir um carro, tocar piano, dançar balé clássico, operar um computador: ninguém nasce sabendo isso, é preciso aprender, treinar, exercitar-se.

A partir dessa concepção, o presente artigo apontou os “lapsos” de gramática e ortografia de matérias do portal Uol Educação. Os equívocos ortográficos são um dos que mais apareceram na listagem. Após cada imagem do *tweet* da celebridade, havia *link* para que o internauta pudesse visitar uma página que continha explicações e orientações acerca do equívoco. Em linguagem direta e, muitas vezes, trazendo mais exemplos, o texto apontava a forma correta, segundo a gramática e a ortografia oficial.

A inserção do *link* no conteúdo funciona como opção dada ao leitor/internauta para que ele se informe mais sobre aquele caso. Por essa óptica, a narrativa presente no conteúdo da matéria avaliada não é meramente simplista ou exemplificadora. A notícia permite ao público ir além do “lapso” cometido pelos artistas em questão. É possível, então, ter acesso a outros casos de ortografia ou de uso da vírgula, tendo como base, o *tweet* do artista mencionado, o que pode configurar um serviço prestado à sociedade. Conforme a figura 5:

Figura 5- Uso da vírgula- UOL Educação

The image shows a screenshot of the UOL Educação website. At the top, there is a navigation bar with links for 'ÚLTIMAS', 'VESTIBULAR', 'DICIONÁRIOS', 'ONDE ESTUDAR', 'PESQUISA ESCOLAR', and 'PLANOS DE AULA'. Below this is a search bar with the text 'Material de estudos' and a search icon. To the right of the search bar are dropdown menus for 'Faculdades', 'UF', and 'Tipo', followed by another search icon and a 'Dicionários' link. Below the search bar, the text 'Português' is displayed. The main content area features a large heading 'Vírgula: Quando usar, ou não' with a 'COMENTE' button. Below the heading is the date '31/07/2005 12h11' and a row of social media icons (Facebook, Twitter, Pinterest, LinkedIn, Email). To the right of these icons are 'Imprimir' and 'Comunicar erro' options. The main text begins with 'O uso da vírgula é um dos casos que mais apresenta problemas para quem escreve. A tabela abaixo resolve os principais deles. Veja também dicas de português dadas por professores e respostas às dúvidas de gramática mais comuns.' Below this text is the heading 'Os principais casos de uso da vírgula'. At the bottom right of the page, the UOL logo is visible.

É importante destacar que os textos que se seguem após a imagem do *tweet* do artista apresentam linguagem fácil que pode ajudar no entendimento do internauta. Além do professor já citado anteriormente, como fonte para o contexto gramatical dos casos, a matéria usa o Manual da Redação do Jornal Folha de S.Paulo. Sem emitir juízos de valor sobre a inteligência ou capacidade linguística das celebridades, o texto explica o “lapso” cometido pelos artistas e aponta as formas corretas segundo regras gramaticais e ortográficas.

É possível encontrar na coletânea de dicas gramaticais e ortográficas, inserida pelo *link* “Veja Mais”, outras fontes, além do professor já citado e do Manual da Redação do Jornal Folha de S.Paulo. Na imagem abaixo, a fonte utilizada foi a professora Alfredina Nery, formada em Letras e Mestre em Educação, autora de um texto, cuja publicação, conforme descrito na matéria, foi um especial para a Página 3- Pedagogia & Comunicação, que produz conteúdo para o portal Uol desde 2005.

Figura 6- Uso da vírgula- UOL Educação

**Ortografia: Regras para escrever corretamente** [COMENTE](#)

Alfredina Nery, Especial para a **Página 3 Pedagogia & Comunicação**  
(Atualizado em 28/04/2014, às 15h55) 26/03/2007 10h19

f t p in e Imprimir Comunicar erro

Não sabe como escrever uma palavra? É com S ou com Z? Para esse tipo de dúvida, tão comum em português, deve-se entender que a língua tem, basicamente dois sistemas de escrita: regular e irregular.

Muitas vezes, as grafias não podem ser explicadas por nenhuma regra, pois é a origem da palavra ou a tradição de uso que justificam a forma de escrever. Por exemplo, a palavra “hoje” é escrita com “h” devido à etimologia do termo, pois a forma latina é “hodie”.

Fonte: Portal UOL Educação- 10 de setembro de 2017

No texto que se segue, a professora aborda a ortografia pontuando fatores importantes sobre a definição das regras de escrita. Essa explicação foge à narrativa simplista sobre o que é certo ou errado e dá ao leitor a oportunidade de conhecer contextos e históricos acerca da língua.

Ter a língua como um valor-notícia, com foco na gramática, sobretudo, nos equívocos gramaticais cometidos em redes sociais ou meio de comunicação, pode ser uma boa maneira de abordar questões linguísticas. O equívoco, ou melhor, o des-serviço de matérias meramente simplistas e exemplificadoras com “certo” e “errado” pode ser substituído por textos que tragam contextualizações e históricos sobre a língua, indo além das esferas da gramática e da ortografia. No entanto, costuma-se ver que as abordagens sobre o uso da língua se concentram principalmente no tecnicismo das regras ou em questões como sotaque. Como pondera Possenti (2009, p.50)

Os valores associados à linguagem são os relativos ao sotaque e a pequenas questiúnculas gramaticais. Toda a imprensa valoriza os que conhecem ridículos quebra-cabeças (concordâncias e regências raras, o feminino de cupim, essas coisas). Quando alguém quer exemplificar a decadência, vem sempre com o mesmo “a nível de”, ou a variante “TV a cores”. Ninguém fala em texto. Na verdade, poucos sabem falar de texto. Por isso, falam de questões pequenas, resolvidas nos livrinhos de sempre, que, aliás, não citam.

As questiúnculas gramaticais às quais se refere Possenti (2009) são justamente aquelas relacionadas ao aspecto tecnicista, ou seja, gramática e ortografia, mencionado anteriormente. Nesse âmbito, os chamados “comandos paragramaticais”, segundo Marcos Bagno, agem de forma a consolidar e a ratificar os ecos do preconceito sobre língua, potencializando os efeitos nocivos provocados pela falta de entendimento acerca do sistema linguístico, tornando-se mais uma forma de coerção social e, por conseguinte, de segregação social. Como avalia Bagno (2015):

O que os *comandos paragramaticais* poderiam representar de utilidade para quem tem dúvidas na hora de falar ou de escrever acaba se perdendo por trás da espessa neblina de preconceito que envolve essas manifestações da (multi) mídia. Assim, tudo o que eles fazem de concreto é perpetuar as velhas noções de que “brasileiro não sabe português” e de que “português é muito difícil”.  
[grifo do autor]

Dessa forma, a abordagem da língua nas matérias analisadas neste artigo pode colaborar com a ampliação e a pluralização do conceito de língua na mídia, já que, ainda que tendo como mote os “desvios” gramaticais/ortográficos, a matéria consegue ir além do tom meramente narrativo e exemplificador para trazer outros pontos sobre o estudo da língua.

A “aula” virtual do Portal Uol se configura ainda como um espaço que envolve mais de um ator. Essa pluralização também contribui para que os assuntos gramaticais e as regras ortográficas sejam abordados e expostos ao público a partir de didática e pontos de vista diferentes. Dos 25 casos de deslizes gramaticais e/ou ortográficos, apresentados nas duas matérias avaliadas, apareceram quatro fontes diferentes, sendo 10 deles analisados pelo site Página 3, cuja voz mais presente é da professora Alfredina Nery, que é professora universitária, consultora pedagógica e docente de cursos de formação continuada para professores na área de língua/linguagem/leitura.

Além da professora, a matéria traz o Manual da Folha de S. Paulo, que reúne diversos colaboradores, e as páginas Escola Kids e Mundo da Educação, ambas do Portal Uol e que também reúnem mais de um colaborador. Assim, internautas podem acessar conteúdos diferenciados, com abordagens distintas, o que pode contribuir para que o espaço se apresente de maneira democrática.

#### **4. Considerações Finais**

As duas matérias do Portal Uol avaliadas podem ser consideradas como uma “luz no fim do túnel” no que diz respeito a notícias referentes à língua. O caminho a ser percorrido ainda é longo, já que continua vigorando no meio social e midiático o conceito de língua meramente gramatical e ortográfico.

Embora as matérias não tenham trazido contextos mais científicos sobre a língua, elas trouxeram contextualizações, ora filológicas, ora etimológicas, e, mais importante, sem emitir juízos de valor acerca de quem cometeu o “lapso” na rede social.

É importante que se consiga abordar a língua no seu aspecto científico e acadêmico, valendo aqui dizer, reconhecendo que assim como a Biologia, a Química, a Física, e a Matemática já conseguem estar no espaço midiático a partir de seus conceitos científicos, a Linguística também consiga, um dia e em breve.

É importante destacar que, assim como qualquer outra ciência, a Linguística já traçou na história da humanidade, um caminho de descobertas, testes comprovados e com metodologias definidas. Pontos e contrapontos estabelecidos de maneira a apresentar novos caminhos, novos formatos e novos olhares sobre o fenômeno língua, fenômeno esse que foi e é tão importante na construção das sociedades ao longo do tempo.

É nessa construção que os meios de comunicação podem contribuir para ampliar e pluralizar o olhar da sociedade acerca da língua. Nesse ponto, o jornalismo se faz importante para que a vida social, seja a “real” ou a “virtual”, tenha menos olhares superficiais e tecnicistas sobre a língua, sobre seu uso, e, sobretudo, seus falantes, provocando, portanto, menos policiamento linguístico e menos condenações àqueles que cometem “lapsos” gramaticais/ortográficos. Quem sabe, a partir daí e ainda que em passos lentos, comece a nascer uma perspectiva de língua que ultrapasse as páginas prescritivas da gramática e se configure como estrutura orgânica do ser humano como de fato ela é. Ou seja, a língua está em cada indivíduo, antes mesmo da aquisição da leitura, ou de se frequentar os bancos das salas de aula, ou que se pronuncie a primeira palavra.

## 5. Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. **Língua, Linguagem e Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

\_\_\_\_\_. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.



ERBOLATO, L. Mário. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

POSSENTI, Sírio. **Mal comportadas línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Figura 1- Imagem introdutória/álbum “Erros de português das celebridades”

<https://educacao.uol.com.br/album/2016/01/02/veja-erros-de-portugues-de-celebridades-nas-redes-sociais.htm#fotoNav=1> - acesso em 10 de setembro de 2017  
Figura 2: Cantor Naldo comete deslizes gramaticais no Twitter

<https://educacao.uol.com.br/album/2016/01/02/veja-erros-de-portugues-de-celebridades-nas-redes-sociais.htm#fotoNav=5> - acesso em 10 de setembro de 2017

Figura 3: Giovana Ebank comete erro ortográfico no Twitter

[https://educacao.uol.com.br/album/120118\\_tuites\\_celebridades\\_album.htm#fotoNav=2](https://educacao.uol.com.br/album/120118_tuites_celebridades_album.htm#fotoNav=2) - acesso em 10 de setembro de 2017

Figura 4: Nana Gouvea comete lapsos de língua portuguesa no Twitter [https://educacao.uol.com.br/album/120118\\_tuites\\_celebridades\\_album.htm#fotoNav=3](https://educacao.uol.com.br/album/120118_tuites_celebridades_album.htm#fotoNav=3) - acesso em 10 de setembro de 2017

Figura 5- Uso da vírgula- UOL Educação

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/virgula-quando-usar-ou-nao.htm> - acesso em 10 de setembro de 2017

Figura 6- Regras para escrever corretamente

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/ortografia-regras-para-escrever-corretamente.htm> - acesso em setembro de 2017

[https://pt.wikipedia.org/wiki/IBOPE\\_Nielsen\\_Online](https://pt.wikipedia.org/wiki/IBOPE_Nielsen_Online)- acesso em setembro de 2017

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



**[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)**  
**[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)**